



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A DINÂMICA FORMAL- INFORMAL DO TRABALHO NO TERRITÓRIO
COMERCIAL DE TORITAMA: O QUE ESTÁ MUDANDO?**

BRUNO MOTA BRAGA



**CAMPINA GRANDE – PB
AGOSTO 2014**

BRUNO MOTA BRAGA

**A DINÂMICA FORMAL E INFORMAL DO TRABALHO NO TERRITÓRIO
COMERCIAL DE TORITAMA: O QUE ESTÁ MUDANDO?**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira

CAMPINA GRANDE – PB

AGOSTO 2014

BRUNO MOTA BRAGA

**A DINÂMICA FORMAL E INFORMAL DO TRABALHO NO TERRITÓRIO
COMERCIAL DE TORITAMA: O QUE ESTÁ MUDANDO?**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Campina Grande para a obtenção
do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Roberto Véras de Oliveira - Orientador – PPGCS/UFCG

Prof. Dr. Ronaldo Laurentino Sales Jr - Examinador Interno PPGCS/UFCG

Prof. Dr. Mario Henrique Guedes Latosky - Examinador Interno – CH/UFCG

Profa. Dra. Eliana Monteiro Moreira - Examinadora Externa – PPGS/UFPB

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à minha família pelo apoio incondicional. À minha mãe Elielza Mota, por ser meu maior exemplo de honestidade, de superação e de luta na vida. Obrigado por todos os sacrifícios para que eu pudesse chegar à universidade. À minha tia, Edleide Mota, por todo o apoio durante a vida e por torcer sempre pelo meu êxito profissional.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Roberto Véras de Oliveira, por acreditar no meu potencial e por tomar este trabalho possível. Muito obrigado pela confiança, suas contribuições não se encontram em uma ou outra parte deste trabalho, mas nele como um todo.

Não tenho palavras para agradecer à Prof^ª. Dr^ª. Eliana Moreira, uma amiga, mãe e companheira de pesquisa. Sou grato por todos os seus conselhos, elogios e críticas.

À Prof^ª. Dr^ª. Roseli de Fátima Corteletti pela atenção com minha pesquisa. Sua ética e respeito são exemplos para todos os seus alunos(as).

À amiga e professora, Angela Metri, pelo exemplo de professora e pelas aulas instigantes e inspiradoras.

Aos colegas do Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas – TDEPP, pelos debates teóricos, discussões e idas e vindas a campo.

A todos os *sulanqueiros, feirantes e empreendedores* pelo modo informal como me receberam nas unidades comerciais e pelas amizades conquistadas.

Às Prof^{as}. Dr^a. Maria Lígia Barbosa e Dr^a. Felícias Picanço e ao Prof. José Ricardo Ramalho pela acolhida e oportunidade de cursar as primeiras disciplinas do mestrado no PPGSA/UFRJ, durante o intercâmbio institucional do PROCAD.

Aos amigos Vinícius Ferreira, Bruno da Paz, Banjaqui Nhaga, Melise Lima, Flávia Ramos, Alire Cavalcanti, Jeanne Bandeira, Milena Lira, João Matias, Soraia Carvalho, Eduardo Cotia, Diego Sousa, Anne Cristine, Joaquim Benevides, Hermano Oliveira, Paulo Ricardo e a todos que vivenciou comigo os desafios de obter êxito em nossas pesquisas de dissertação.

A CAPES pela bolsa concedida, que possibilitou a minha dedicação integral às atividades realizadas na Pós-Graduação e facilitou a pesquisa e elaboração da dissertação.

Aos membros da banca examinadora, o Profs. Ronaldo Sales e Mario Latosky e a Prof^a. Eliana Monteiro Moreira por todos os comentários que possibilitaram avançar em alguns pontos e questionar outros, tornando mais precisos os argumentos aqui defendidos e mais estruturadas as análises realizadas.

Tem certos dias
Em que eu penso em minha gente
E sinto assim
Todo o meu peito se apertar
Porque parece
Que acontece de repente
Como um desejo de eu viver
Sem me notar

Gente Humilde – Chico Buarque de Holanda

RESUMO

Esta pesquisa pretende analisar, sob a perspectiva sociológica, como as novas configurações comerciais, a partir da inauguração do Centro Comercial Parque das Feiras, vêm imprimindo uma nova dinâmica às relações de trabalho, quanto às relações entre o formal e o informal. O Centro Comercial Parque das Feiras surgiu no ano de 2001 por iniciativa do Poder Público Municipal e Estadual, SEBRAE, SENAI e Empresários Locais, na tentativa de reorganização das práticas comerciais, frente à popular *Feira da Sulanca*, marcada historicamente pela informalidade. Do ponto de vista metodológico busca-se contemplar reciprocamente as dimensões objetivas e subjetivas (estruturas, processos e práticas) referidas à constituição história e mudanças recentes (endógenas e exógenas) assumidas nas relações de trabalho do Parque das Feiras e entorno. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se utilizou da combinação dos seguintes instrumentos: procedimentos de observação direta, análise documental e realização de entrevistas (feirantes, lojistas, representantes públicos, associações comerciais e sindicatos).

Palavras-chave: Informalidade. Território Comercial. Parque das Feiras. Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. Feira da Sulanca.

ABSTRACT

This research intends to analyze, under a sociological perspective, how the new commercial configurations denominated the Park of Markets Commercial Center shaped new work relationships referring to formal/informal dynamics. This Commercial Center was founded in 2001 by an effort of State and Municipality public power, SEBRAE, SENAI and local entrepreneurs trying to reorganize the street market called *Feira da Sulanca* which was historically informal. Regarding the methodology we search to cover both objective and subjective dimensions (structures, processes and practices), referring the historic constitution and recent inside and outside changes concerning this Commercial Center and surroundings. We did a qualitative research using direct observation, documental analysis and interviews with local entrepreneurs, street market sellers, public representatives, commercial associations and workers unions.

Keywords: Informality. Commercial territory. Park of markets Commercial Center. *Feira da Sulanca* street market. Agreste region of Pernambuco State in the northeast of Brazil.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de Pernambuco e a abrangência do Polo de Confeccões do Agreste..... 27

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – A Feira da Invasão localizada a uma quadra do Parque das Feiras.....	34
Fotografia 2 – A <i>Feira da Sulanca</i> alocada ao lado	54
Fotografia 3 – Grandes Lojas de Marca.....	54
Fotografia 4 – Lixão na entrada de Toritama, para onde se destinam também os restos de confecções, em sua maioria de <i>jeans</i>	58
Fotografia 5 – Rede de esgoto para onde é destinada a água das lavanderias de <i>jeans</i>	58
Fotografia 6 – Praça de Alimentação do Centro Comercial	61

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Fotografias de Pedro Diniz, Manoel Caboclo e Dedé Moraes.....	36
Imagem 2 – Fotografia de umas das primeiras costureiras de Santa Cruz do Capibaribe.....	39
Imagem 3 – Fotografia do início da Feira da Sulanca em Santa Cruz do Capibaribe.	40
Imagem 4 – Fotografia da Feira da <i>sulanca</i> na cidade de Santa Cruz do Capibaribe em 1940.	41
Imagem 5 – Fotografia da Feira da Sulanca na década de 1980.....	42
Imagem 6 – Fotografia de uma unidade produtiva familiar de calçados (tenda), nos anos de 1940.....	46
Imagem 7 – Vista panorâmica da <i>Feira da Sulanca</i> na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, 50	
Imagem 8 – Cartaz confeccionado pela ALPF (Associação Logística do Parque das Feiras) 51	
Imagem 9 – Planta de Situação do Parque das Feiras e da realocação da <i>Feira da Sulanca</i> (entorno).....	53
Imagem 10 – Vista panorâmica do Parque das Feiras, da <i>Feira da Sulanca</i> (ao lado)	54
Imagem 11 – Cartaz referente ao Festival Anual do Jeans de Toritama.....	58
Imagem 12 – Monumento em referência à cidade de Toritama Fonte: Associação Logística Parque das Feiras – ALPF.....	58
Imagem 13 – Lanchonete localizada na área externa ao PF	61
Imagem 14 – Folder de conscientização no trânsito – Centro Comercial Parque das Feiras. .	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Unidades Produtivas Formais e Informais no PCAP	96
--	----

LISTA DE SIGLAS

ACIT – Associação Comercial e Industrial de Toritama.

AFEST – Associação de Feirantes e Sulanqueiros de Toritama.

ALPF – Associação Logística Parque das Feiras.

BB – Banco do Brasil.

BNDS – Banco Nacional do Desenvolvimento Social.

BX – Boxes (Parque das Feiras)

CDL – Centro de Dirigentes Lojistas.

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

DIESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

DTA – Grupo Trabalho, Desenvolvimento e Meio Ambiente.

DAM - Documento de Arrecadação Municipal.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

FADE/UFPE – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento/Universidade Federal de Pernambuco.

FADIRE – Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional.

FI – Feira da Invasão.

FINAME – Financiamento de Máquinas e Equipamentos.

FS – Feira da Sulanca.

GL – Grandes Lojas.

LJ – Lojas – (Parque das Feiras).

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

PCAP – Polo de Confeções do Agreste Pernambucano.

PF – Parque das Feiras.

PREALC – Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SINDIVEST – Sindicato da Indústria e Vestuário de Pernambuco.

TDEPP – Grupo Trabalho Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Sumário

I	INTRODUÇÃO	16
1.1	Objetivos e justificativa.....	20
1.2	Escolhas metodológicas	21
1.3	Estrutura da dissertação.....	25
II	DA “SULANCA” AO TERRITÓRIO PRODUTIVO-COMERCIAL DE TORITAMA: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E MUDANÇAS RECENTES	26
2.1	Situando o nosso campo de pesquisa: uma abordagem etnográfica do Território Comercial de Toritama.....	27
2.2	Da <i>sulanca</i> ao Polo de Confeções do Agreste Pernambucano	35
2.3	A origem do território produtivo de Toritama: do calçado ao <i>jeans</i>	44
2.4	A Constituição do Parque das Feiras e a reconfiguração do território comercial em Toritama	49
III	ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS COMERCIAIS DO PARQUE DAS FEIRAS E ENTORNO	56
3.1	Reconfiguração do Território Comercial de Toritama	57
3.2	Organização e Estruturação Comercial do Centro Comercial Parque das Feiras	60
3.2.1	Organização Comercial e do Trabalho nos boxes do Parque das Feiras	622
3.2.2	Organização Comercial e do Trabalho nas lojas no Parque das Feiras	666
3.2.3	Organização Comercial e do Trabalho na <i>Feira da Sulanca</i>	688
3.2.4	Organização Comercial e do Trabalho na <i>Feira da Invasão</i>	74
3.2.5	Organização e Estruturação Comercial e do Trabalho nas Grandes Lojas.....	777
IV	ATORES ESTRATÉGICOS E A DINÂMICA FORMAL-INFORMAL DO TRABALHO NO TERRITÓRIO COMERCIAL DE TORITAMA	81
4.1	Apresentação dos Atores Institucionais Presentes em Toritama.....	82
4.1.1	Poder Público Municipal e Estadual.....	83

4.1.2 Associação de Lojistas do Parque das Feiras – ALPF.....	84
4.1.3 Associação dos Feirantes e Sulanqueiros de Toritama – AFEST.....	86
4.1.4 Banco do Brasil.....	88
4.1.5 Caixa Econômica Federal	89
4.1.6 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI	90
4.1.7 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE	92
4.1.8 Associação Comercial e Industrial de Toritama – ACIT.....	94
4.2 A dinâmica do trabalho no território comercial de Toritama.....	95
4.3 Os Impulsos de Formalização do Trabalho e a Resistência e Reprodução da Informalidade	101
4.3.1 O Centro Comercial Parque das Feiras.....	103
4.3.2 As Grandes Lojas.....	109
4.3.3 A Feira da Sulanca.....	111
4.3.4 A Feira da Invasão	116
V CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	122
ANEXO A	126
ANEXO B.....	130

I INTRODUÇÃO

Ao circular pelo centro comercial da pequena cidade de Toritama, localizada na região agreste de Pernambuco, é notável o grande número de carros, ônibus e *toyotas* transportando mulheres, homens, crianças e mercadorias. Em meio à agitação de pessoas que se direcionam à área do Parque das Feiras, é perceptível a diferenciação de vários espaços de comercialização, dentre eles o próprio Centro Comercial Parque das Feiras e, no seu entorno, a *Feira da Sulanca* e as Grandes Lojas. Essa primeira imersão nesse território revela uma configuração comercial que ao longo do tempo vem se constituindo em um intenso processo de diferenciação, no âmbito de suas relações de trabalho.¹

O início desta dissertação traz o trecho das anotações de campo relativas ao ano de 2009, relatando as primeiras impressões sobre este objeto de estudo. A primeira experiência de campo no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano nos suscitou indagações sobre a conformação assumida pela dinâmica comercial e a elaboração da hipótese que iriam servir de norte a este trabalho, por ocasião da reconversão da tradicional *Feira da Sulanca*² no moderno Centro Comercial Parque das Feiras.

Segundo Roberto Da Matta (1997), um livro é como uma casa e suas partes correspondem às diferentes dependências. A introdução deste trabalho segue o raciocínio do autor: seria uma sala de visitas, na qual se recebe os convidados, inicia-se a conversa e os convida a conhecer todos os demais espaços.

O nosso contato com a temática da informalidade nas relações de trabalho teve início ainda na Graduação em Ciências Sociais, em 2009, quando realizamos a pesquisa de Iniciação Científica intitulada *Os processos de diferenciação interna dos empreendimentos comerciais em Toritama-PE e suas implicações para as relações de trabalho* (PIBIC/CNPq/UFCG).

Nesse momento, buscamos resgatar a trajetória histórica do desenvolvimento das atividades comerciais no município de Toritama, destacando os processos internos de diferenciação dos empreendimentos ali constituídos (bancos de feiras, boxes e lojas do centro comercial, grandes lojas). Um segundo momento de destaque foi a inserção no Grupo de Pesquisa TDEPP (Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas), vinculado ao

¹ Trecho do caderno de campo, referente às primeiras impressões sobre o objeto de pesquisa estudado em 2009.

² A denominação de *sulanca*, segundo consta na maior parte da bibliografia sobre o assunto, deriva de uma corruptela das palavras *sul* e *elanca*. A denominação se refere às confeções produzidas com malhas vindas de São Paulo - do "Sul". O fato incontornável, no entanto, está no que o termo passa a conotar, e não sobre o que originalmente denota: "sulanca" passa a designar aqueles produtos de baixa qualidade, de baixo preço, destinados a populações de baixa renda da região e entorno.

PPGCS/UFCEG³ registrado no CNPq, que nos propiciou o amadurecimento de muitas questões suscitadas com a experiência inicial. Paralelamente, entre 2008 e 2013, cursamos como ouvinte, a disciplina *Trabalho, Ação Coletiva e Políticas Públicas*, ministrada pelos Professores Roberto Vêras de Oliveira e Roseli de Fátima Corteletti, no âmbito deste Programa de Pós-Graduação, ocasião em que aprofundamos o contato com a literatura pertinente às questões clássicas e contemporâneas que envolvem a temática da informalidade nas relações de trabalho.

No primeiro semestre do ano de 2012, tivemos a oportunidade de realizar um intercâmbio institucional promovido pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD e materializado em convênio entre a UFCEG e UFRJ. Durante esse período, além de cursar as disciplinas da pós-graduação, estabelecemos enriquecedoras discussões sobre esta pesquisa com as Professoras Maria Lígia Barbosa e Felícia Picanço, bem como estabelecemos interlocuções com alunos de pós-graduação e professores do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Território e Ambiente – DTA, coordenado pelos Professores José Ricardo Ramalho e Neide Esterci. Nessa ocasião participamos de inúmeros debates coletivos sobre as várias questões relacionadas à Sociologia do Trabalho e às demais temáticas das pesquisas desenvolvidas pelos integrantes do grupo.

No decorrer desta pesquisa, o que sempre despertou a nossa imaginação sociológica (MILLS, 1982) foi o constante processo de diferenciação dos empreendimentos comerciais observado em função da dinâmica comercial do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano, mais propriamente em Toritama, com a emergência do Centro Comercial Parque das Feiras e a centralização dos antigos e novos espaços comerciais, compondo assim um cenário heterogêneo de espaços comerciais com relações de trabalho distintas.

As atividades produtivas do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano se encontram centradas, em sua maioria, nas cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama, e ultimamente têm se irradiado por várias cidades circunvizinhas do estado de Pernambucano e fora dele. Já suas atividades comerciais têm se estabelecido desde os anos 1950, por meio da venda de confeções nas feiras locais e da região e, depois, através das *Feiras da Sulanca*, focalizadas nas três principais cidades do Polo. Com as *rotas das feiras*, se estabeleceu, durante a semana, um dia específico para a atividade comercial na feira em cada cidade: Caruaru, no domingo; Toritama, na segunda-feira; e Santa Cruz do Capibaribe, na

³ Estamos nos referindo ao Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

terça-feira. Compôs-se, assim, uma dinâmica comercial em dias alternados e interligados, ensejando um arranjo comercial dinâmico no Agreste Pernambucano.

Em 2001, inicia-se na cidade de Toritama uma nova fase no desenvolvimento da atividade comercial, por meio da construção do primeiro Centro Comercial da região dedicado ao comércio das confecções do Polo, o Parque das Feiras. O território comercial de Toritama, do qual o Parque das Feiras faz parte, constitui umas das principais arenas de comercialização do Polo de Confecções, juntamente com Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. O Centro Comercial Parque das Feiras é o primeiro movimento de reconfiguração dessa dinâmica comercial, tendo como objetivo regulamentar, normatizar e formalizar as práticas das feiras. Foi a partir desse centro comercial que se iniciou a tentativa de afastar a imagem do Polo associada às feiras populares, ao mesmo tempo em que essa nova arena comercial foi a porta de entrada de antigos novos atores estratégicos junto ao Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, tanto aqueles que agora se posicionam neste processo com maior efetividade, quanto aqueles vem se colocando e se estabelecendo atualmente.

Uma das estratégias adotadas foi a de, a partir dos veículos midiáticos, empreender-se um discurso depreciativo da *sulanca*, enquanto uma mercadoria inferior e sem qualidade, além de instituir uma nova estrutura comercial, introduzindo: uma outra dinâmica de funcionamento e gestão; novos vínculos com instituições e órgãos regulatórios e normativos; qualificação profissional para os trabalhadores; tentativas de formalização dos empreendimentos comerciais e das relações de trabalho que ali se constituíam.

Esse modelo de Centro Comercial se espalhou para Caruaru, com o Polo Comercial, e para Santa Cruz do Capibaribe, com o *Moda Center*, produzindo uma reconfiguração das dinâmicas comerciais no conjunto do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, ao mesmo tempo em que se manteve e se cristalizou a centralidade comercial nas três principais cidades (Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru). O Centro Comercial Parque das Feiras foi, portanto, a primeira experiência de reconfiguração comercial que se instaurou no Polo, sendo para as várias instituições e órgãos, o primeiro modelo de substancial alteração na dinâmica comercial antes referida às tradicionais *Feiras da Sulanca*.

A entrada em cena do Parque das Feiras evidenciou os processos de diferenciação que já vinham se estabelecendo nas atividades e empreendimentos comerciais, tendo suscitado alguns momentos de conflito. Um desses momentos ocorreu durante a inauguração do Parque, quando os *sulanqueiros* lutaram para garantir um espaço próprio, tendo conseguido se estabelecer no seu entorno. Como resultado, a *Feira da Sulanca* foi mantida na forma de

barracas aglomeradas, mesmo com parte dos *sulanqueiros* tendo sido convertida em proprietários de boxes e lojas e passando a atuar na nova estrutura. Contudo, a feira continuou a ser um meio importante de comercialização dos produtos de confecção do município e da região. Atualmente, a estrutura comercial em Toritama ocupa quatro principais espaços distintos: a *Feira da Sulanca*; a *Feira da Invasão*⁴; o Parque das Feiras e as Grandes Lojas.

Nossa hipótese é que, ao mesmo tempo em que o trabalho informal tem sido uma marca decisiva do perfil da *Feira da Sulanca* e do Polo de Confecções, a implantação do Centro Comercial Parque das Feiras de Toritama trouxe evidências de alterações na relação formal-informal, não necessariamente no sentido de um simples avanço de um segmento em detrimento do outro, mas, sobretudo, no sentido de estabelecer novos processos envolvendo essa dualidade de situações, algo que podemos tratar como novas formas e novas dinâmicas de trabalho. Mantendo assim, a informalidade em um quadro institucional com níveis distintos de formalização, constituídos através da inserção dos vários atores estratégicos (instituições públicas e privadas, agências financiadoras, associações, instituições de qualificação profissional, dentre outros) e conformando também, práticas e sentidos distintos para o trabalho informal nos espaços comerciais ali existentes.

A informalidade é um elemento constitutivo das relações de trabalho no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano e, mais detalhadamente, da dinâmica do trabalho comercial de Toritama. Concomitantemente, notamos que, com a implantação do Centro Comercial Parque das Feiras, tal dinâmica vem sofrendo transformações, principalmente, no sentido de serem a ela incorporadas novas práticas e sentidos quanto à informalidade, redimensionando as relações de trabalho de tipo familiar e doméstico, marcas constitutivas do Polo de Confecções. Ao mesmo tempo, vem se estabelecendo uma ligação cada vez mais efetiva entre as atividades produtivas e comerciais ali desenvolvidas e as instituições e órgãos públicos e privados (fiscalização, arrecadação de tributos, qualificação profissional, novos discursos ao trabalho, novas formas de gestão e organização do trabalho, dentre outras), que se destinam a regulamentar, normatizar e formalizar as atividades econômicas e relações de trabalho.

O Território Comercial de Toritama vem sendo a porta de entrada de vários atores sociais, instituições e órgãos – sejam eles públicos ou privados – que, com isso, implicam na reconfiguração das atividades comerciais e relações de trabalho. Como a maior parte dos estudos quantitativos e qualitativos sobre o Polo tem-se concentrado na dinâmica do trabalho

⁴ A *Feira da Invasão* é o espaço mais recente do território comercial de Toritama, registrado neste último trabalho de pesquisa.

produtivo, para uma visão mais ampla sobre sua constituição e desenvolvimento é necessário maior atenção à dimensão comercial.

Nesse sentido, as questões que orientam o presente estudo estão centradas nas transformações pelas quais vêm passando as relações de trabalho no segmento comercial dos produtos de confecções em Toritama, mais especificamente quanto às novas conformações na dinâmica formal-informal, estabelecidas a partir da implantação do Parque das Feiras. São elas: *o que está mudando nas relações de trabalho com a entrada em cena do Parque das Feiras? Que implicações essa entrada vêm trazendo especialmente quanto às dinâmicas de formalização e informalização? Em que medida a informalidade se mantém como uma característica marcante no novo espaço comercial do Parque das Feiras, mesmo sob um novo padrão de organização comercial e de trabalho? Como os diversos atores sociais atuantes nos espaços comerciais das confecções em Toritama percebem e se posicionam sobre o problema histórico da informalidade no “território da sulanca” e sobre as mudanças que vêm ocorrendo quanto a isso?*

1.1 Objetivos e justificativa

O objetivo geral deste estudo, alvo da investigação que será aqui realizada, é apreender o padrão de relações de trabalho trazido com a constituição do Centro Comercial Parque das Feiras e centralização dos espaços comerciais em seu entorno, na cidade de Toritama, no âmbito do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, tendo como foco a dinâmica formal-informal. Como a pesquisa empírica foi desenvolvida em sua grande parte na cidade de Toritama, a experiência em questão demonstra singularidades históricas e atuais frente às novas relações de trabalho assumidos no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. É sobre a primeira versão desta pesquisa por nós desenvolvida (Braga, 2011) na qual se aborda o processo de diferenciação assumido pelos empreendimentos comerciais em Toritama, que repousa um primeiro arcabouço empírico para adentrar com mais clareza a dinâmica do trabalho nesse território comercial.

No intuito de fazer o resgate histórico, temos como objetivos específicos resgatar a trajetória da *Feira da Sulanca*, situando os processos de configuração e reconfiguração desta dinâmica comercial e do trabalho e, a partir dos registros históricos e da história oral,

construir a dimensão histórica do referido território produtivo-comercial, associando com os processos econômicos, sociais e políticos do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano até os dias atuais.

Lançamo-nos na tentativa de identificar as manifestações do trabalho formal e informal, bem como as práticas e sentidos assumidos pela informalidade no Parque das Feiras e entorno e, ao mesmo tempo, analisar a dinâmica do trabalho e suas recombinações formal-informal.

Situaremos os principais atores estratégicos que se inserem gradualmente nas atividades comerciais em Toritama e suas principais formas de ação e intervenção na formalização, regulamentação e normatização das relações de trabalho, além de buscar identificar as implicações desse processo de configuração e reconfiguração do território comercial para as relações de trabalho.

Observa-se que na medida em que o Polo se desenvolve, este moderniza-se e incorpora novas dinâmicas globais de comercialização, mantendo e reproduzindo o caráter predominantemente informal dos empreendimentos e das relações de trabalho informal. A entrada dos Centros Comerciais em cena, mais propriamente do Parque das Feiras, é evidente que implica em processos modernização da gestão e organização das unidades comerciais e nas relações de trabalho, assim como, em processos de reconfigurações da tradicional *Feira da Sulanca*.

1.2 Escolhas metodológicas

Para apreendermos a configuração histórica do trabalho na *Feira da Sulanca* e as novas relações gestadas com a implantação do Parque das Feiras e os seus espaços entorno, variados procedimentos metodológicos revelaram-se importantes e necessários.

A primeira fase da pesquisa voltou-se basicamente à apropriação dos fundamentos teóricos e metodológicos, através da revisão da literatura pertinente sobre relações de trabalho e trabalho informal. Por meio de Projeto Guarda Chuva, intitulado *Para Discutir os Termos da Nova Informalidade: O caso do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano*, coordenado pelo Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira, iniciou-se a partir do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas – TDEPP uma dinâmica coletiva de estudo, que vem reunindo várias pesquisas em nível de doutorado, de mestrado e de iniciação científica, tendo em cada uma dessas uma abordagem de uma dimensão específica

da realidade do Polo. Dissertações, teses e publicações resultaram desse processo, por exemplo: Silva (2009); Vêras de Oliveira (2011; 2013); Lima (2011); Melo (2011); Pereira Neto (2011); Pereira (2011); Bezerra (2011); Braga (2011); Eufrásio (2013); Heleno (2013) e Burnett (2014). Acompanhar esse esforço coletivo de pesquisa sobre o Polo foi de extrema importância para a construção do presente trabalho, tendo em conta os levantamentos bibliográficos realizados e as reflexões e análises produzidas.

Optamos por uma metodologia eminentemente qualitativa, que mobilizou a combinação da pesquisa bibliográfica com a consulta de fontes documentais, a observação participante, o método etnográfico, a realização de entrevistas e a aplicação de questionários. O período de inserção em campo durante o mestrado se deu de junho a agosto de 2013, com intervalos maiores e menores de permanência em Toritama, mas nossa trajetória de campo vem se estabeleceu desde a primeira pesquisa.

Em meio às atividades comerciais se mostrou quase impossível realizarmos entrevistas longas. Em função disso, optamos por realizar algumas entrevistas fora do ambiente comercial com feirantes, empreendedores e *sulanqueiros*, ao mesmo tempo em que aplicamos questionários em cada espaço de comercialização, identificados com características diferenciadas, totalizando um número de 100 questionários distribuídos nos respectivos espaços: 40 questionários com os trabalhadores do Parque das Feiras (sendo 20 questionários com os trabalhadores dos boxes e 20 com os trabalhadores das lojas); 20 questionários com os trabalhadores da *Feira da Sulanca*; 20 questionários com os trabalhadores da *Feira da Invasão* e 20 questionários com os trabalhadores das Grandes Lojas. Os questionários aplicados aos diferentes estratos comerciais tiveram como base as mesmas variáveis: idade; origem; nível de escolaridade; renda semanal; qualificação profissional; tipo de empreendimento comercial, jornada e vínculo de trabalho.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sujeitos do território comercial: gestores do Parque das Feiras, lideranças das associações dos empreendedores (ACIT, ALPF, AFEST), feirantes da *Feira da Sulanca*, com trabalhadores do Parque das Feiras, no intuito de buscar apreender os tipos de vínculos de trabalho, e como se posicionam os diversos atores nesse espaço, o que acrescentou uma maior densidade às informações históricas e atuais sobre Toritama, bem como propiciou a coleta de importantes elementos sobre a trajetória dos atores na constituição do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. Os nomes dos entrevistados não foram revelados, na tentativa de preservar a identidade de nossos interlocutores.

A primeira grande dificuldade que encontramos na pesquisa foi quanto aos dados da história da cidade, uma vez que são escassos, tanto os registros históricos, quanto as pesquisas mais sistemáticas sobre o desenvolvimento de Toritama. Em contrapartida, encontramos de maneira surpreendente alguns livros de memória publicados pelos próprios moradores e alguns documentários em vídeo, que circulam de *mão em mão* e nos foram apresentados durante a realização das entrevistas. Dentre os livros encontrados, destacamos *Memórias de Minha Terra Toritama*, de Mário J de Araújo (2007). Este reúne, em meio a fotos de família e da cidade, a história do povo e de personalidades regionais e uma apresentação sobre a inserção da cidade de Toritama na dinâmica produtivo-comercial da *sulanca*. Quanto aos vídeos, evidenciamos: *As costureiras da sulanca e Polo de Confecções de Pernambuco: uma história de desenvolvimento*. Assim, em termos de coleta de registros históricos sobre a formação e desenvolvimento do Polo, além da bibliografia acadêmica já produzida a respeito, lançamos mão de depoimentos orais, de livros de memória escritos pelos próprios moradores da região e por vídeos produzidos localmente. Com isso, foi possível reconstituir a trajetória histórica da formação do território produtivo-comercial de Toritama e do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.

Dada a importância da atividade da *sulanca* na trajetória de vida da grande maioria dos moradores de Toritama, a história oral se tornou um dos instrumentos imprescindíveis da pesquisa. Aos poucos, fomos construindo laços de confiança com os nossos interlocutores. Os primeiros contatos, articulados na pesquisa de Iniciação Científica, em 2009, foram fundamentais para a construção e ampliação dos laços de confiança, indispensáveis ao desenvolvimento da pesquisa. As relações cada vez mais informais de contato com a realidade pesquisada, os vínculos construídos e os insistentes retornos a campo foram elementos de uma estratégia importante e necessária de interlocução com esses indivíduos.

A inclusão da *Feira da Invasão* e das Grandes Lojas, em ambos os casos sendo espaços comerciais situados no entorno do Parque das Feiras, foi necessário para termos uma visão mais ampla e articulada sobre a dinâmica pesquisada. O empecilho maior ocorreu no acesso às Grandes Lojas, devido à dificuldade de realizar o trabalho de campo e à entrada nos empreendimentos. Com relação à *Feira da Invasão*, houve certa dificuldade de acesso em função do “conflito comercial/de espaço” existente entre os feirantes e os Poderes Públicos Municipal e Estadual e com outros espaços comerciais da área. Compreendemos, no primeiro momento de nossa incursão em campo, a atitude de alguns trabalhadores de não nos conceder entrevista, frente à situação de tensão que estavam vivenciando. Nossa presença, em certos

momentos, foi interpretada como uma ação disfarçada do Poder Público Municipal ou Estadual, em ação de *fiscalização*.

O método etnográfico foi, também, um instrumento metodológico de extrema importância para esta pesquisa, sendo utilizado em dois momentos. Primeiro, antes da aplicação dos questionários, no intuito de reconhecer os caminhos de inserção em campo e estabelecer os possíveis interlocutores. Segundo, após a aplicação dos questionários, de modo a enriquecer a descrição das atividades e dinâmicas.

Em termos de dados quantitativos sobre o Polo, o SEBRAE, juntamente com a FADE/UFPE, lançou em 2003, o *Estudo de Caracterização Econômica do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano*⁵. Esse se centrou nas três principais cidades do Polo (Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru), apresentando um quadro geral de dados sobre a dinâmica produtiva e comercial das três cidades. Posteriormente, em maio de 2008, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, juntamente com o Observatório do Trabalho do Estado de Pernambuco, lançou o *Diagnóstico do Setor Têxtil e de Confeções de Caruaru e Região*⁶, reunindo uma gama de dados estatísticos importantes para as análises da cadeia produtivo-comercial das principais cidades do Polo. Em 2013, foi lançado o segundo relatório do SEBRAE sobre o Polo, intitulado *Estudo Econômico sobre o Arranjo Produtivo Local do Agreste de Pernambuco, 2013*⁷. Dessa vez, o estudo focou em 10 cidades do Polo, priorizando a análise das unidades de produção, enquadrando-as enquanto *unidades produtivas e unidades produtivas complementares*.

Esses estudos por mais que desconsiderem aspectos que entendemos como relevantes na dinâmica familiar, doméstica e informal do Polo, nos trazem dados importantes sobre as atuais configurações produtivo-comerciais, nos fornecendo, assim, uma base quantitativa indispensável ao nosso estudo qualitativo. Desse modo, desses estudos faremos referência, no decorrer deste texto, sempre que se fizer pertinente.

⁵Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/pernambuco/downloads/estudos-e-pesquisas>>. Acesso em 15/Julho/2013

⁶Disponível em: <www.dieese.org.br/dieese/projetos/.../diagnosticoFinalCaruaru.pdf>. Acesso em 12/Julho/2013.

⁷Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/pernambuco/downloads/estudos-e-pesquisas>>. Acesso em 12/Julho/2013.

1.3 Estrutura da dissertação

Além desta introdução e da conclusão, o presente trabalho encontra-se estruturado em mais quatro capítulos. No segundo capítulo, intitulado *Da Sulanca ao território produtivo-comercial de Toritama: Constituição histórica e mudanças recentes*, buscamos reconstituir os processos de diferenciação histórica do território produtivo-comercial de confecções, denominado atualmente como Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, destacando a trajetória de inserção de Toritama.

No terceiro capítulo, intitulado *Estruturação do trabalho e organização dos espaços comerciais do Parque das Feiras*, centramos a análise na dimensão interna dos espaços comerciais, com ênfase nas dinâmicas do trabalho que constituem o Centro Comercial Parque das Feiras.

No quarto capítulo, intitulado *Atores estratégicos e a dinâmica formal-informal no território comercial de Toritama*, buscamos descrever as formas de inserção dos principais atores estratégicos no processo de reconfiguração da dinâmica comercial e do trabalho em Toritama e analisamos os vários impulsos de formalização e processos de reprodução da informalidade que compõem a dinâmica do trabalho formal-informal no Parque das Feiras e entorno.

Por fim, no último capítulo, nas considerações finais, retomamos as reflexões realizadas, sistematizando os resultados das questões investigadas, caracterizando o padrão de trabalho formal-informal trazido com o Parque das Feiras e buscando chaves interpretativas.

Dito isso, estamos prontos para dar prosseguimento à reflexão que aqui se inicia e acompanhar a lógica argumentativa que atravessa este trabalho. Nesse sentido, depois de apresentados os espaços da casa, concluímos nossa introdução dando sequência às demais “espaços da casa” que compõem o presente estudo.

II DA “SULANCA” AO TERRITÓRIO PRODUTIVO-COMERCIAL DE TORITAMA: CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E MUDANÇAS RECENTES

Neste capítulo, pretendemos reconstituir a trajetória histórica do Polo de Confeccões do Agreste Pernambucano, centrando a análise no território produtivo-comercial de Toritama e nas dinâmicas do trabalho. A constituição do território produtivo-comercial de Toritama no âmbito do Polo de Confeccões tem revelado especificidades: como a construção do primeiro centro comercial da região, o Parque das Feiras. Nessa área, a opção pela atividade produtiva e confeccionista do *jeans*, o ramo das lavanderias e tingimento, dentre outras, tem formado uma experiência singular no que diz respeito às dinâmicas econômicas, sociais e políticas no Agreste Pernambucano.

O resgate da trajetória histórica do Polo de Confeccões aponta que esse território produtivo-comercial emergiu longe das políticas de desenvolvimento para a região, sendo fruto da *luta pela sobrevivência* desses indivíduos, o que vem colocando inúmeras questões quanto à sua formação histórica e às principais mudanças recentes.

Os dados oficiais sobre o Polo são poucos e imprecisos, mas segundo o que indica a bibliografia pertinente, os estudos do Grupo TDEPP e esta pesquisa, algumas características têm marcado sua história: a informalidade enquanto elemento constitutivo de suas relações de trabalho; unidades produtivas de tipo familiar ou domiciliar; pouca capacidade inovativa; barreiras frágeis de inserção nos segmentos mais básicos das atividades comerciais e produtivas; infraestrutura urbana precária; frágil constituição de lideranças locais que expressem projetos coletivos; um perceptível descompasso entre um crescente desenvolvimento econômico e um tímido desenvolvimento social.

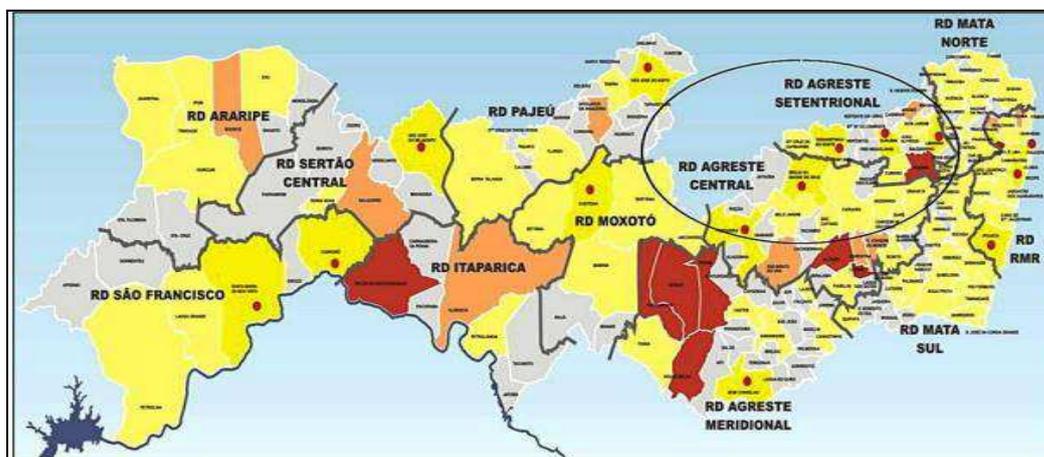
O Polo tem como produtos principais: roupa *casual* (masculina e feminina); as de *brim* (*jeans*, bermudas, saias, *shorts* e camisas); malharia (camisetas, *tops*, blusas e vestidos) e outras vestimentas (calças, saias, camisas e blusas); moda infantil e *lingerie*.

A maior parte de suas atividades comerciais e produtivas se encontram concentradas nas cidades de Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. Mas, ao longo do tempo, novos municípios vêm se integrando ao Polo, como Riacho das Almas, São Caetano, Surubim, Brejo da Madre de Deus, Surubim, Taquaritinga do Norte, Vertentes, Fazenda Nova, Cupira, Agrestina. Segundo Bezerra (2011), vêm se constituindo unidades produtivas também em áreas rurais fora da fronteira do Estado de Pernambuco, como revela seu estudo sobre as

unidades produtivas de confecções na Paraíba, mais especificamente na região do Cariri Paraibano, que trabalham para o Polo.

É perceptível um tipo de especialização na produção de confecções nos três municípios centrais: em Toritama, com a produção, comercialização e o grande número de lavanderias do *jeans*; Caruaru, com a produção de confecções de tipo malharia e com um grande número também de lavanderias de *jeans*; e Santa Cruz do Capibaribe, com confecções de roupas com tecidos mais finos.

Segundo o SEBRAE (2013), estima-se que o número de unidades produtivas nos 10 municípios pesquisados (Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Cupira, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes) soma 18.803, sendo que a maior concentração está em Santa Cruz do Capibaribe (38% do total das unidades produtivas) e, em seguida, Caruaru (24%) e Toritama (15%).



Mapa 1. Mapa de Pernambuco e a abrangência do Polo de Confeccões do Agreste.

Fonte: Andrade, 2008.

Esses três principais municípios se destacam não só por concentrar o maior número de unidades produtivas de confecções, mas também por, desde a constituição do Polo, concentrar as atividades comerciais, sendo os principais alvos de inserções dos atores estratégicos (instituições públicas e privadas e órgãos) na tentativa de reconfiguração da dinâmica do trabalho.

2.1 Situando o nosso campo de pesquisa: uma abordagem etnográfica do Território Comercial de Toritama

Percorrer os vários corredores, ruas e vielas do Território Comercial de Toritama é estar diante de uma heterogeneidade de espaços comerciais com organizações internas distintas e,

ao mesmo tempo, com inúmeras similitudes. Neste sentido, tentaremos situar o leitor sobre os principais espaços comerciais pesquisados, para posteriormente situar nosso olhar sob a constituição do Polo de Confeções e a entrada de Toritama na dinâmica do trabalho produtivo e comercial. Posicionaremos-nos no tempo/espaço mais expressivo do Território Comercial de Toritama, momento esse em que todos os espaços comerciais, sendo públicos ou privados, estabelecem suas dinâmicas de trabalho para compor um conjunto heterogêneo de atividades comerciais.

O *dia de feira*⁸ se constitui em um dos pontos emblemáticos do trabalho no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano. As atividades produtivas e comerciais se iniciam com a compra de tecidos e aviamentos que irão viabilizar o início do ciclo produtivo, seguida da produção de confeções nas unidades produtivas, em geral domiciliares, para finalizar no *dia de feira*, com a venda do que foi produzido na semana, quando o ciclo recomeça. O *dia de feira* expressa o momento em que se intensificam as relações entre os indivíduos e os grupos envolvidos nas atividades produtivas e comerciais de confeções na região.

Pretendemos agora descrever com mais detalhes a dinâmica das atividades comerciais em Toritama, ao mesmo tempo em que iremos revelando as dificuldades das idas a campo, que marcaram esta pesquisa. Interessa-nos, aqui, descrever, a partir de uma abordagem etnográfica, algumas características fundamentais do funcionamento do território comercial em Toritama, como também lançar alguns elementos de reflexão sobre as dinâmicas produtivas que fazem parte da realidade maior do Polo de Confeções, o qual tem no *dia de feira* um dos momentos chaves de sua constituição.

Ao chegarmos a Toritama chamou-nos atenção o número de *outdoors* com propagandas de marcas de roupas, de lojas, de máquinas de costura, de mosquiteiros, além de um intenso trânsito. Misturam-se os veículos, transportando lenha para as lavanderias de *jeans*, assim como *Toyotas*⁹ e ônibus transportando pessoas e fardos de roupa de todos os tipos como: calças; blusas; *lingerie*; *short* etc. Veem-se também por toda parte carroças de mão e de burro, motocicletas e bicicletas e outros veículos de pequeno porte, motorizados e não motorizados, conduzindo, por toda parte, matérias primas, mercadorias e pessoas.

⁸ O *dia de feira* é o dia em que é realizada a *Feira da Sulanca*, momento de maior comercialização na cidade de Toritama e onde todos os espaços comerciais do território comercial estão em pleno funcionamento. A *Feira da Sulanca* inicia-se no domingo e tem o seu término na terça-feira, tendo o seu início diário às 3 horas e o término às 16 horas. O termo *dia de feira* refere-se ao dia de maior efervescência comercial em Toritama.

⁹ As *Toyotas* são os veículos que foram adaptados para um transporte maior de pessoas e confeções. Transporte bastante recorrente na região Agrestina.

Esse é o ritmo da cidade no dia anterior à abertura da feira. Sistemáticamente vamos assistindo o iniciar do trabalho de organização e a abertura dos fardos de roupas para as vendas. Antes das atividades começarem, alguns feirantes cobrem os bancos de madeira com lona para proteger as mercadorias, já outros demarcam o chão da feira com lonas e pedras para que no dia seguinte tenham a garantia do seu espaço para vendas. Muitos deles dormem embaixo dos bancos para assegurarem o seu “ponto”. Os hotéis, pousadas e dormitórios, no centro da cidade, ficam em sua maioria lotados, pelo que indicam na entrada os cartazes: *não há vagas*. Por isso, muitos adotam o sistema de reservas feito em grupos. A estrutura dos quartos tem a capacidade de hospedar de cinco (5) a seis (6) pessoas, permitindo abrigar caravanas de compradores de outros estados que só se hospedam para pernoitar nos *dias de feira*.

É constante a circulação de crianças e idosos, ao lado dos jovens e adultos, que trazem os grandes fardos de confecções, procurando organizá-los nos bancos de madeira. Juntam-se a esse público os trabalhadores ambulantes de café, de chá, de sanduíche, de frutas, que transitam em meio aos bancos de madeira servindo aos feirantes.

O trabalho na feira envolve toda a família no transporte e no desfazer dos fardos, só que esta tarefa é quase que exclusivamente executada pelos homens, pais e filhos, enquanto que as mulheres se encarregam da organização das mercadorias nos bancos/barracas de madeira.

No intuito de diversificar as mercadorias, os produtores que fabricam só um tipo de peça compram confecções de outros feirantes ou donos de fábricas, os quais transitam na *Feira da Sulanca* vendendo de forma ambulante sua produção semanal. É comum se ver vendedores expondo suas peças para oferecê-las aos feirantes. A negociação inicia-se com a escolha, a contagem e a retirada das peças com defeito.

Chamou-nos a atenção a forma de pagamento utilizada entre os comerciantes, uma vez que é realizada à base de acordo verbal entre o vendedor e o feirante. No final da feira, o comerciante recolhe os valores, tendo a garantia do trato feito exclusivamente através das relações de confiança asseguradas pela trajetória individual do feirante e dos laços de solidariedade que se criam entre os indivíduos ao longo do tempo.

No meio dessas atividades de trabalho na feira, destaca-se também o fato de que em todos os dias há a necessidade de se retirar as mercadorias do lugar onde são comercializadas para serem guardadas em outro lugar. Para esse trabalho de montagem, desmontagem, transporte e armazenamento das mercadorias, os feirantes contam geralmente com o apoio de

uma intensa rede de prestadores de serviços que ali atuam nos *dias de feira*, esses são alguns trabalhadores que prestam seus serviços nos dias em que a feira acontece.

Aos poucos, o estacionamento do Parque das Feiras e da *Feira da Sulanca* fica lotado, com o grande número de carros e ônibus com grupos e caravanas de diversos estados. A chegada de compradores é intensa, na sua grande maioria são mulheres com seus grandes sacolões de tecido forte, os quais são utilizados para guardar as confecções adquiridas. Antes de iniciarem as compras, em geral, dirigem-se às lanchonetes e aos restaurantes no entorno do Parque das Feiras para fazerem sua primeira refeição do dia, já que chegam muito cedo. O perfil dos compradores é majoritariamente de pequenos sacoleiros ou feirantes provenientes dos estados circunvizinhos que vendem as roupas para um público de baixo poder aquisitivo. O principal objetivo desses compradores é encontrar confecções de preços baixos, por isso o motivo pelo qual realizam as compras preferencialmente na *Feira da Sulanca*.

Os corredores dessa feira começam a ficar intransitáveis pela superlotação dos pedestres. A maioria dos feirantes/trabalhadores é formada por mulheres, pois são elas que mais diretamente se ocupam das vendas. O abastecimento de mercadorias nos bancos é feito de forma constante e é geralmente realizado pelos maridos, irmãos, primos, filhos ou sobrinhos, que ficam durante a feira repondo as mercadorias nos bancos. Entre os homens, a percepção de que as mulheres são as melhores vendedoras é notório e uma das explicações dada por eles é que *as mulheres tem jeito pra vender*, assim como de que *as compradoras se sentem mais a vontade quando a atendente é uma mulher*.¹⁰

No período da manhã, fiscais com o uniforme da Prefeitura de Toritama fazem uma ronda, arrecadando o imposto dos feirantes, bem como fiscalizando e retirando aqueles que vendem em lonas. A arrecadação é no valor de R\$ 10,00 por feira e, segundo os fiscais, o pagamento é semanal, sendo destinado para as melhorias das condições da infraestrutura do local.

Existe um acordo entre os feirantes no sentido de venderem as peças pelos mesmos preços. Quando algum confeccionista coloca sua mercadoria na feira a um preço muito abaixo que os dos vizinhos, tal atitude é logo considerada como *roubo*, crítica essa que rapidamente se torna uma *fofoca depreciativa* nas conversas no meio da feira.

Outro aspecto que é fonte de conflito entre os feirantes diz respeito à cópia de modelos e detalhes¹¹ de roupas do vendedor vizinho. Cada um tem que estar constantemente inovando,

¹⁰ Entrevista concedida pelo um trabalhador da Feira da Sulanca no dia 07/Junho/2013.

¹¹ Muitos dos feirantes colocam brilho, bordados e lantejoulas nas peças de roupas, criando modelos para suas confecções ou mesmo copiando os modelos de roupas dos atores e atrizes das telenovelas.

modificando o que produz, para atender as exigências dos compradores. É preciso estar atento as novidades, e a feira é o lugar e o momento onde se visualizam as roupas que são lançadas nas novelas, quando há um lançamento de um novo modelo, muitas vezes a partir da moda lançada pelas novelas, em poucos dias toda a feira está vendendo a mesma roupa, o que faz com que haja uma padronização grande das mercadorias expostas, como ressalta Souza (2012, p. 80).

Assim, a dinâmica da feira, o espaço ocupado por ela em meio a outros espaços comerciais, seu funcionamento semanal, a relação com a produção, os laços de confiança e solidariedade que se estabelecem entre as pessoas envolvidas, a circulação de pessoas e mercadorias e sua relação com o trabalho produtivo domiciliar, nos fez aproximar de Braudel (2009), quando chamou de *economia de mercados* para traduzir a livre negociação, sobretudo a possibilidade da negociação direta da mercadoria produzida, sem intermediários.

As atividades comerciais do Parque das Feiras no *dia de feira* começam paralelamente às atividades da *Feira da Sulanca*. Os donos e trabalhadores de boxes e lojas começam a vestir os manequins e a organizar as mercadorias, enquanto que muitos carregadores prestam serviço transportando as mercadorias. As ruas entre os boxes e as lojas são marcadas com números e letras e os comerciantes têm um número determinado para o seu box ou loja. Ao burburinho da *Feira da Sulanca* se juntam constantemente os anúncios na rádio interna, fazendo propaganda e informando o nome e número da rua do empreendimento comercial, das lojas, dando boas vindas aos compradores, anunciando objetos e documentos perdidos, informando a hora e horários dos ônibus.

Diferentemente da *Feira da Sulanca*, no Parque das Feiras já se assiste a introdução de algumas tecnologias e novas formas de pagamentos, muitos dos boxes e lojas utilizam cartões de créditos e cheques e, em algumas delas, o movimento de entrada e saída de mercadoria é monitorado por programas de computador, sinais claros do emprego de procedimentos modernos visando racionalizar as atividades do Polo.

Dentro da organização espacial do Parque das Feiras há uma área destinada à praça de alimentação, onde são servidos almoço, lanche e café, sendo também vista como ponto de encontro para os compradores se reunirem antes de retornarem aos seus estados de origem.

Circulando pelo seu interior, observamos que são variadas as dimensões dos espaços de comercialização: há boxes que mantêm o seu tamanho original, de 3 m², como também, têm outros maiores, resultantes da junção de vários boxes. O mesmo acontece com as lojas: existem algumas com o seu tamanho original, de 25 m², e outras que em decorrência de

compra e junção de duas ou mais lojas, com a progressão econômica de alguns comerciantes, se tornaram bem maiores. O Parque das Feiras conta ainda com agências bancárias, além da sede da Associação Logística Parque das Feiras - ALPF.

Ao iniciarmos nossos contatos com os empreendedores e trabalhadores do Parque das Feiras, procuramos deixar claro nossas intenções de pesquisa, e de que não tínhamos ligação com os órgãos fiscalizadores dos empreendimentos comerciais. Mas, mesmo assim, muitos deles se recusaram a nos conceder entrevistas. Isso se mostrou mais presente em razão de, naquela ocasião alguns boxes e lojas estarem sendo ameaçados pelo poder público estadual, de terem que fechar suas portas caso não legalizassem suas documentações, como: estar inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); ter o alvará de licença da prefeitura; e criar etiqueta de controle de qualidade nas roupas. Achamos compreensível tal atitude de recusa diante do estado de tensão que os empreendedores e trabalhadores estavam vivenciando.

Os trabalhadores dos boxes, em sua maioria, só trabalham nos *dias de feira*. Por mais que exista um esforço da elite local para mudar essa dinâmica, especialmente para que o Parque das Feiras funcione todos os dias, como um *shopping center*, o que persiste ainda é o mesmo ritmo que estrutura o tempo e o espaço da *Feira da Sulanca*. Com isso, muitos trabalhadores dos boxes só trabalham ali nos dias que essa se realiza, reproduzindo a antiga sistemática de funcionamento da *Feira da Sulanca* e resistindo ao novo modo de gestão proposto pelo Parque das Feiras.

Conforme apuramos, muitos trabalhadores que atuam na Feira da Sulanca e no Parque das Feiras são advindos de municípios circunvizinhos, o que demonstra a ampla possibilidade de emprego que esses territórios comerciais têm oferecido.

Logo que a *Feira da Sulanca* e o Parque das Feiras começam a funcionar, inicia-se a chegada dos trabalhadores das Grandes Lojas do entorno. Ao lado das atividades comerciais é comum a ocorrência de alguns eventos, como desfiles de moda em meio à circulação de compradores ou trios de forró tocando em pequenos palcos e anunciando os preços das mercadorias.

O que apreendemos desses territórios comerciais é que eles formam um cenário heterogêneo, onde se amalgamam diferentes espaços com a tradicional *Feira da Sulanca* imbricada com o Parque das Feiras e com as Grandes Lojas.

É assim o cotidiano dessa realidade que vai seguindo seu curso. Além dessas conformações coletivas de trabalho acima descritas, novos espaços comerciais continuam a se

estabelecer. Aqueles que não têm lugar nos espaços existentes começam a compor novas áreas comerciais, como é o caso da nova feira que vem se constituindo próximo ao Parque das Feiras, denominada *Feira da Invasão*. Nessa, os confeccionistas e feirantes que não têm encontrado acesso à *Feira da Sulanca* (pela regulamentação e controle de impostos cada vez mais exigidos pelo poder público) e, muito menos, ao Parque das Feiras (pela impossibilidade de comprar um boxe ou uma loja) vêm se alojando nas imediações do Parque, com seus bancos de madeira e carroças, o que implica condições de trabalho ainda mais precárias, como descreve um dos entrevistados:

A maioria das feiras livres daqui é tudo invasão, começa por invasão. Essa aqui mesmo começou por invasão. O pessoal foi ficando. Fomos colocando nossos bancos de madeira nesse lugar cheio de pedras e mato. A prefeitura dizia “não pode” e acaba um dia legalizando. A feira da invasão está começando a pegar agora, começamos desde setembro do ano passado, mas não vamos sair daqui até garantir o espaço da gente¹².

A demarcação dos feirantes em seus respectivos bancos é garantida pela ocupação do espaço desde a invasão. A prefeitura não faz nenhum tipo de coleta de impostos, nem limpeza no local. Embora recentemente tenha havido fortes manifestações de combate ao trabalho infantil, é perceptível o grande número de crianças trabalhando expostas a condições de trabalho ainda mais precárias. A *Feira da Invasão*, mesmo fazendo uso igualmente dessas *irregularidades*, se apresenta como uma possibilidade de trabalho para aqueles feirantes que não conseguiram espaço na *Feira da Sulanca*, nem muito menos no Parque das Feiras, como também para aqueles que querem constituir ou aumentar seus meios de comercialização, muitas vezes colocando outros familiares (irmãos, sobrinhos, parentes), que antes trabalhavam exclusivamente na produção, para assumir o empreendimento comercial.

¹²Entrevista concedida por uma feirante da *Feira da Invasão*, em 16/06/2013.



Fotografia 1. A Feira da Invasão localizada a uma quadra do Parque das Feiras.
Fonte: Acervo Pessoal.

Quanto ao horário de funcionamento das atividades da *Feira da Sulanca* e da *Feira da Invasão*, essas têm início na madrugada e geralmente se estendem até às 15 horas. Os feirantes iniciam a contagem e o recolhimento das mercadorias que não foram vendidas, enquanto as *Toyotas* aguardam para fazer o transporte, momento em que boa parte dos compradores retorna aos seus municípios e estados de origem ou seguem para os municípios circunvizinhos para a compra de matéria prima, de modo a iniciar um novo ciclo produtivo-comercial. Alguns entrevistados nos relataram que, no trajeto de retorno para suas residências, muitos dos feirantes já sofreram assaltos:

É bom a gente esconder o dinheiro numa mercadoria e guardar um pouco. Já fui assaltada duas vezes na volta pra casa. Levaram tudo que eu tinha, toda mercadoria que eu levava para casa. De vez em quando acontece assalto aqui. Sempre na saída dos feirantes¹³.

Já o Parque das Feiras encerra seu funcionamento às 17 horas juntamente com as Grandes Lojas, mas boa parte dos boxes encerram suas atividades no momento do término das atividades da *Feira da Sulanca*. No final do dia, inicia-se o trabalho de limpeza dos espaços internos e externos: um grupo de garis terceirizados pela prefeitura de Toritama faz a limpeza de toda a área da *Feira da Sulanca*, enquanto que no Parque das Feiras outro grupo de garis igualmente terceirizados, contratados pela Associação Logística do Parque das Feiras – ALPF, é encarregado da limpeza interna do Centro Comercial.

¹³ Entrevista concedida por uma feirante da *Feira da Sulanca* em 21 de Junho de 2013.

No decorrer do capítulo iremos situar a constituição histórica do Polo de Confecções com a entrada de Toritama na dinâmica produtivo-comercial de confecções e posteriormente nos lançaremos na tentativa de fazer o resgate histórico das atividades comerciais no Parque das Feiras e entorno. Adentraremos no próximo tópico em uma abordagem histórica, centrada nos documentos, nos relatos orais e na própria literatura acadêmica como fontes imprescindíveis para resgatar o surgimento do Polo e da entrada singular de Toritama neste território produtivo e comercial. Primeiramente nosso olhar centra-se na consolidação produtiva do Polo e posteriormente nas primeiras bases que consolidaram as primeiras atividades comerciais de Toritama.

2.2 Da *sulanca* ao Polo de Confecções do Agreste Pernambucano

Muito da história da *sulanca* é contada pelos escritores locais, pela academia, pelos cordelistas e por todos aqueles que participam da constituição do que hoje se denomina Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. Nesse sentido, há várias versões sobre a origem da *sulanca*, e por conta disso, tentaremos no decorrer deste capítulo enfatizar algumas destas histórias e encontrar um ponto de convergência entre elas.

Os vários estudos acadêmicos ressaltam que aquilo que se notabilizou como produção da *sulanca* teve início na passagem dos anos 1940 aos anos 1950, a partir do município de Santa Cruz do Capibaribe (LIRA, 2006; CABRAL, 2007, VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011). Segundo esses autores, comerciantes da região, ao deslocarem-se para Recife, levando produtos locais, como galinhas, queijo e carvão vegetal, passaram a retornar trazendo *retalhos de tecido*, os quais vieram a ser utilizados por costureiras locais para a confecção de roupas e outras peças de uso doméstico (toalhas, lençóis, colchas, etc.), incrementando a venda desses produtos nas feiras locais.

Muito da história da produção e comercialização da *sulanca* também é contada em livros publicados por escritores populares. Ao folhear esses livros, estamos em meio às histórias de famílias, pequenas crônicas da vida urbana e fotos de santos, onde a história da *sulanca* é reconstituída e contada. No livro História de Santa Cruz do Capibaribe (2003), de Júlio Ferreira de Araújo, o autor conta que os primeiros comerciantes a trazerem os *retalhos*

de tecido para Santa Cruz do Capibaribe foram Pedro Diniz, Manoel Caboclo e Dedé Moraes (imagem abaixo).



Imagem 1. Fotografias de Pedro Diniz, Manoel Caboclo e Dedé Moraes (da esquerda para direita).

Fonte: Livro - História da Sulanca de Júlio Ferreira de Araújo.

Muito da história da *sulanca* é contada pelas famílias tradicionais que até hoje residem no Agreste Pernambucano, tendo sempre como referências os parentes, amigos ou familiares que participaram de toda a trajetória de consolidação destas atividades produtivas e comerciais do Polo. O que observamos dos vários livros publicados pelos autores regionais é que o ponto de partida da história da *sulanca* é a busca por reconhecimento das famílias tradicionais como pioneiras na consolidação das primeiras atividades produtivas e comerciais no Agreste Pernambucano, fazendo com que existam vários relatos sobre aqueles que iniciaram esta atividade na região. Corroborando com Rabossi (2008), existem inúmeras versões sobre as origens da *sulanca*. Segundo o antropólogo, a produção de *sulanca* emergiu em Santa Cruz do Capibaribe em 1950, com a confecção de colchas de retalhos. Esses retalhos e telas vinham do Recife, trazidos por comerciantes que vendiam seus produtos em Santa Cruz do Capibaribe e depois, com a expansão das estradas e rodagens, os retalhos começaram a chegar de São Paulo, provenientes dos descartes da indústria de confecções paulistanas. O autor enfatiza que o primeiro nordestino que trabalhou com retalhos foi seu Otávio, que se estabeleceu em São Paulo, em 1960, com um restaurante. Na realidade, foram alguns espanhóis, durante a década de 1940, que começaram a aproveitar os resíduos da indústria têxtil paulistana na confecção de estopa para a limpeza dos barcos e para os estofados da indústria de moveis. Seu Otávio começou a coletar e revender os rejeitos para os espanhóis. Depois incluiu seus familiares no negócio e alguns empregados. Seu cunhado entrou como sócio do negócio. Posteriormente, passaram a enviar os retalhos para Santa Cruz do Capibaribe para serem utilizados nas confecções. De acordo com essa versão, os retalhos eram levados por caminhoneiros que retornavam depois de despachar sua carga. Essa matéria

prima transformou-se em *mercadoria*, nos termos de Marx (1950), com *valor de uso* e *valor de troca*, que encontraram na produção de *sulanca* uma estratégia de sobrevivência em meio aos efeitos danosos da seca e às perdas recorrentes do cultivo de subsistência.

Segundo o estudo de Burnett (2014), intitulado *A “saga” dos retalheiros: Um estudo sobre a instituição da Feira da Sulanca no Agreste Pernambucano*, a autora enfatiza que os primeiros retalhos serviam de matéria prima para as *costureiras do sítio*, as quais produziam peças de cobertas, resultado da emenda de retalhos, para serem vendidas nas *feiras livres*, servindo assim como complementação da renda no sítio. Esse processo de consolidação das primeiras unidades produtivas no campo proporcionou a inserção desses trabalhadores em um mercado que alimentava novas demandas com a chegada dos retalhos vindos do sul. Com isso, as unidades passaram a compor o cenário urbano, seguindo as exigências tecnológicas da linha de produção, uma vez que os retalhos demandavam uma tecnologia popular e se estabelecia de forma semi-industrial.

É nesse cenário de produção familiar e doméstica, com uma tecnologia de domínio popular e condições precárias de trabalho, que emerge a produção de *sulanca*. Segundo Lira (2006, p. 98), a atividade produtiva e comercial da *sulanca* se constituiu

como alternativa de sobrevivência da população agrestina, por causa, principalmente, da crise agrícola da cotonicultura e das dificuldades de produzir outros produtos, já que a região possui faixas muito secas, sendo inapropriadas para o plantio, pois fazem parte do semi-árido nordestino.

Os efeitos drásticos da seca e as perdas no cultivo de subsistência mantinham o município de Santa Cruz do Capibaribe – primeiro município a consolidar a produção e comercialização de *sulanca* – com um grande contingente de mão de obra latente com habilidade para a costura doméstica de confecção, prática presente nas cidades do interior nordestino, sobretudo ligada as atividades femininas. O declínio da agricultura, principal atividade produtiva na época, deixou muitas pessoas desprovidas de ocupação, as quais tiveram que deixar o campo (já que esse não mais propiciava os ganhos necessários à sobrevivência) e migrar para a cidade, na tentativa de conseguir algum trabalho e uma renda maior (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011). No primeiro momento, a ocupação destes trabalhadores oriundos do campo se dava no comércio local e nas pequenas unidades de produção doméstica e familiar de calçados, predominante na época. Na medida em que esta pequena produção de calçados entrava em franco declínio com a chegada dos calçados sintéticos, a produção de confecções começava a despontar com vigor.

As primeiras peças produzidas eram destinadas às populações mais pobres e tinham como principal característica os preços baixos. O cenário urbano se converteu em espaço de trabalho e via espaço público se consolidou um espaço de comercialização exclusivamente de confecções. Algumas fábricas do Sudeste passaram a cobrar pelos *restos de retalhos*, o que antes era descarte. Os compradores de retalhos passaram a buscá-los em São Paulo e Recife, e a atividade ganhou uma nova dinâmica. O que era descarte passou a ser comercializado.

Os caminhoneiros foram os principais protagonistas para suprir esta dinâmica, transportando, em meio às suas cargas, toda a matéria prima da produção da *sulanca*. As atividades comerciais ganhavam sua expressão no espaço urbano, momento esse, quando a atividade comercial de *sulanca* passou a disputar o seu espaço com as *feiras livres*.

A constituição do Polo se estabeleceu, assim, sob uma relação entre o rural e o urbano. É notória a intensa urbanização e transformação sofrida pelas principais cidades do Polo, da concentração de populações vindas das áreas rurais e das cidades do entorno, mas também relacionadas com outros setores da economia, atraídas pelas novas oportunidades criadas, como relata em entrevista uma das primeiras costureiras de Santa Cruz do Capibaribe:

Eu casei, meu esposo era vaqueiro, trabalhava em fazenda e eu tive que acompanhar ele. Fui tendo meus filhos e achando aquela vida cansativa e já estava perdendo tudo o que plantei com a seca. Eu vi que tinha que ir embora para o que era meu. Meu esposo disse que não ia, o dono da fazenda não acreditava que eu fosse, porque a gente na fazenda tem algumas regalias: não paga aluguel, não paga energia, não paga leite, queijo. O dono da fazenda paga para a gente trabalhar na terra dele e temos algo em troca disso. Em uma família só trabalha um, o dono da casa, e o resto da família vai junto. Aí eu fui pra cidade e comecei a trabalhar em cozinha de hotel e ajudando num fabrico. Uma vez eu fui olhar uma mulher costurando e cismei que tinha que comprar uma máquina pra mim, dessas de pé, que hoje não tem mais. Aquela máquina que você coloca uma correia e pedala. Eu aprendi a costurar numa máquina daquelas. E foi assim que eu aprendi! Comecei a costurar coberta, emendar pano em casa, esses restos de retalho¹⁴.

Corroborando o relato, Cabral (2007) afirma que a realidade vivenciada pelos pequenos produtores, geralmente desprovidos dos meios de produção, favoreceu o surgimento de certa *acumulação primitiva*, voltada para as atividades urbanas, e não rurais:

A expropriação do pequeno agricultor, separado dos meios de produção (terra e instrumentos de trabalho), permitiu uma espécie de “acumulação primitiva” da economia urbana. A acumulação de capital para a atividade produtiva urbana reuniu os poucos recursos dos feirantes, pequenos

¹⁴ Trecho de entrevista concedida por umas das primeiras costureiras de Santa Cruz do Capibaribe-PE em 09/06/2013.

produtores rurais e pequenos comerciantes. As condições de trabalho desfavoráveis, as dificuldades de ordem climática, a falta de recurso do governo para o pequeno produtor rural e a melhoria de renda dos municípios onde se desenvolvia o trabalho de confecções foram fatores que justificaram a adesão às atividades urbanas naquela localidade (CABRAL, 2007, p. 95).

Essa população era constituída pelas famílias das zonas rurais do próprio estado que, migraram do campo e se concentravam nas cidades em busca de fundar empreendimentos de confecções, sejam estabelecendo as suas unidades produtivas de confecções ou trabalhando no comércio local – que oferecia poucas oportunidades de trabalho.

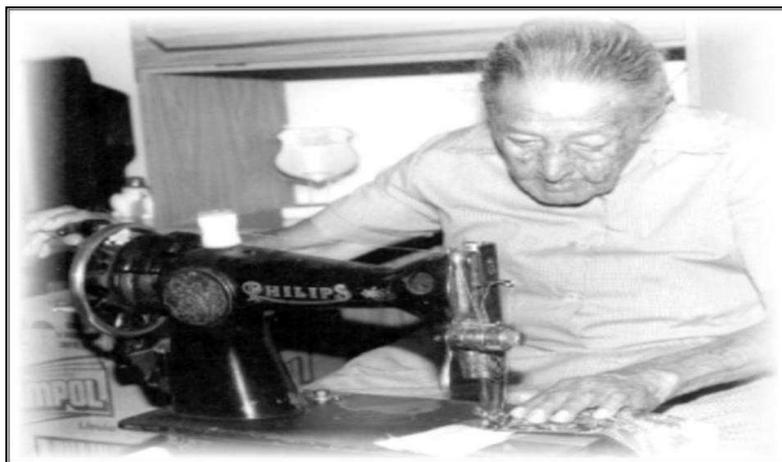


Imagem 2. Fotografia de umas das primeiras costureiras de Santa Cruz do Capibaribe. Não existem registros sistemáticos sobre a foto.
Fonte: www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br

Na medida em que tal atividade foi se desenvolvendo, foram surgindo os primeiros espaços de comercialização. Com isso, essas atividades foram se estabelecendo, consolidando uma clientela e se ampliando, até se consolidarem - como falamos anteriormente - enquanto uma feira popular específica de confecções, denominada *Feira da Sulanca*, ao mesmo tempo, dissociadas das feiras populares onde se escoava a produção agropecuária.



Imagem 3. Fotografia do início da Feira da Sulanca em Santa Cruz do Capibaribe.
Fonte: www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br

A consolidação das pequenas unidades produtivas domésticas de confecções começou a entrar em consonância com a constituição das arenas comerciais, com isso, impulsionou-se uma intensa atividade produtiva e comercial. Vários indivíduos que migraram para o Sudeste começaram a retornar à sua cidade de origem para trabalhar na produção e comércio da *sulanca* e o trabalho familiar foi se estabelecendo como uma rede que deu sustentação às unidades produtivas e comerciais no Agreste Pernambucano. É o que relata uma das feirantes que retornou de São Paulo para Santa Cruz do Capibaribe:

Eu morei em São Paulo 8 anos, mas eu sou daqui. Me diziam que aqui tá começando a vender roupa, mas era muita roupa, diziam que chegavam com os fardos e vendiam tudo, vendia na mão, nas lonas e nos bancos. O povo estava se organizando numa feira. Eu recebia cartas da minha família, dizendo que o povo estava conseguindo emprego aqui e melhorando de situação. Foi aí que voltei e vim morar com minha família novamente. Eu cheguei no domingo, aí meu irmão disse: “você topa ir pra feira amanhã de manhã?”, aí eu fui! Já tinha comprado o banco pra mim, quando eu montei o banco, meu irmão veio me ajudar, quando coloquei mercadoria, vendi tudo e voltei pra casa sem nada.¹⁵

Com o decorrer dos anos, o comércio foi crescendo em paralelo com o crescimento da cidade e, em meados dos anos 60, a *Feira da Sulanca* propriamente dita, foi estruturada pelas ruas da cidade, onde as mercadorias eram vendidas inicialmente nas calçadas e, depois, passaram a ser comercializadas em barracas/bancos de madeira. Nesse momento, começam a ocorrer as primeiras investidas do poder público municipal na organização e regulamentação do espaço urbano e na arrecadação de impostos.

¹⁵ Trecho de entrevista concedida por uma das primeiras moradoras e feirante da cidade de Santa Cruz do Capibaribe-PE em 10/06/2013.



Imagem 4. Fotografia da Feira da “sulanca” na cidade de Santa Cruz do Capibaribe em 1940.
Fonte: www.santacruzdocapibaribe.pe.com.br

A produção e a venda da *sulanca* cresceram e passaram a envolver outros municípios da região, a exemplo de Caruaru e Toritama. O município de Toritama havia se especializado no período anterior, por influência de Caruaru, na produção de calçados, desde os anos 1930, tendo se mantido como “uma produção bastante artesanal e destinada também a populações de baixa renda” (LIRA, 2006, p. 102).

No final dos anos 1960, a produção de confecções se diversifica e sua dinâmica produtiva e comercial passa a se estabelecer com mais efetividade na cidade de Caruaru, e, posteriormente, em Toritama, ocorrendo com isso também um certo tipo de especialização na produção: Toritama se especializou na produção do *jeans* e Caruaru, em tecidos finos. Atualmente, essa especialização produtiva tem sua maior expressão coletiva nas feiras, sendo notório nos referidos municípios a comercialização de um tipo específico de confecções, principalmente a *Feira da Sulanca* de Toritama, com o comércio de *jeans*.

A produção diversificada de confecção foi proporcionada pela inserção de uma quantidade significativa de máquinas industriais no processo produtivo em substituição às máquinas manuais e à produção confeccionista artesanal, como mostra Cabral (2007): “coube a agência do Banco do Brasil de Santa Cruz a iniciativa de financiar 2.500 máquinas industriais”.

Inicia-se, com isso, a instalação na região dos primeiros atacadistas, fornecedores de tecidos e aviamentos para as atividades em expansão, ao mesmo tempo em que novas indústrias se instalam com o objetivo de ampliar suas vendas de maquinário. A qualidade dos

produtos começa a melhorar e consumidores de faixas de renda maiores passam a ser “mirados”.

Nos anos de 1980, tais tendências se consolidam, surgem novos fornecedores, inclusive as primeiras revendedoras de máquinas com diversas funções para a produção de confecções, como bordado, *travete*, máquinas para costuras específicas, dentre outras. Cada vez mais consolidadas, nos anos 1990, as atividades produtivas e comerciais passam a se associar crescentemente a outras de serviços diversos: referidos a *design*; a consultorias em técnicas, em gestão, em *marketing*; a eventos do segmento da moda em âmbito regional, nacional e até internacional; à qualificação profissional; ao financiamento; à gestão pública dos territórios envolvidos (municipais e estaduais) e surgem as primeiras marcas próprias (ANDRADE, 2008).

Por mais que as atividades produtivas se modernizem e os mercados se ampliem, as atividades comerciais continuam a se reproduzir a partir da dinâmica das *Feiras da Sulanca*, ocorrendo uma composição entre o movimento de espraiamento das atividades produtivas pelos vários municípios do estado de Pernambuco¹⁶ e a centralização das atividades comerciais nos municípios de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, como relatamos anteriormente.



Imagem 5. Fotografia da Feira da Sulanca na década de 1980.
Fonte: Sousa (2012)

¹⁶ O relatório do SEBRAE (2013) registrou 14 municípios pertencentes a dinâmica produtiva, enquanto que a dinâmica comercial - desde a origem da sulanca - concentrou-se em Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru.

As primeiras atividades do Polo se firmam a partir da iniciativa, da determinação e da capacidade criativa de significativos contingentes de pessoas, que antes trabalhavam como agricultores de subsistência sob paupérrimas condições, ou eram levados a buscar novas oportunidades nas grandes cidades, sobretudo no Sudeste do país (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011). Na medida em que foram se estabelecendo as atividades produtivas e comerciais, o Polo foi incorporando novos processos e reconfigurando-se. Essas articulações colocam uma questão importante para esta análise: *em que medida o Polo vem se articulando com uma dinâmica cada vez mais voltada para a acumulação capitalista?* Principalmente quando se articula com as várias instituições de qualificação profissional, empreendimentos da cadeia de confecções e têxtil, agências financiadoras, órgãos regulatórios das atividades comerciais, dentre outras.

Diante disso, cabe analisarmos o Polo através dos *interstícios não ocupados* pelos processos capitalistas de produção (CACCIAMALI, 1982, p. 26). Ou seja, como uma dinâmica produtiva e comercial que emergiu como uma *estratégia de sobrevivência* da população agrestina através de iniciativas dispersas e não organizadas. Essa autora, partindo da noção de *setor informal*, refere-se a esta da seguinte forma:

(i) O produtor direto é o possuidor direto dos instrumentos de trabalho e/ou de estoque de bens para a realização de seu trabalho e se insere na produção sob a forma simultânea de patrão e empregado. (ii) Ele emprega a si mesmo e pode lançar mão de trabalho familiar ou de ajudantes como extensão de seu próprio trabalho; obrigatoriamente, participa diretamente da produção e conjuga essa atividade com aquela gestão. (iii) O produtor direto vende seus serviços e mercadorias e recebe um montante de dinheiro que é utilizado, principalmente, para consumo individual e familiar e para a manutenção da atividade econômica; e, mesmo que o indivíduo aplique o seu dinheiro com o sentido de acumular, a forma como se organiza a produção, com apoio no próprio trabalho, em geral, não lhe permite tal acumulação. (iv) A atividade é dirigida pelo fluxo de renda que a mesmo oferece ao trabalhador e não por sua taxa de retorno competitiva, e é desta renda que se retira o salário dos ajudantes ou empregados que possam existir. (v) Nessa forma de produzir não existe vínculo impessoal e meramente de mercados em que trabalham – entre esses se encontra, em tarefas, mas isso não impede que ao trabalhador aprender todo o processo que origina o produto ou serviço final, processo este muitas vezes descontínuo ou intermitente, seja pelas características da atividade, pelo mercado ou em função do próprio produtor (CACCIAMALI, 1982, p. 26).

Reforçando este olhar, Vêras de Oliveira (2011) assume a seguinte perspectiva: o Polo surge e se estabelece nos *interstícios* não ocupados pela dinâmica propriamente capitalista, mas, na sua trajetória, imbrica-se crescentemente com essa, ao mesmo tempo que o faz sob

contradições e limitações. Torna-se relevante, com isso, na abordagem sobre o Polo, as relações que historicamente se estabeleceram entre a dinâmica do Polo e a dinâmica capitalista. Essa perspectiva de análise nos permite revelar como o Polo – ao longo do tempo – vem se articulando com outras dinâmicas do trabalho, já que emerge tendo a informalidade como elemento constitutivo das suas primeiras relações de trabalho e ao longo do tempo vem se reconfigurando na medida em que o Polo se modifica.

Diante desta primeira abordagem histórica sobre o Polo, nos deteremos, no próximo tópico, sobre como essas primeiras iniciativas para a consolidação das atividades produtivas e comerciais em Santa Cruz do Capibaribe lançaram bases para a consolidação do território produtivo e comercial de Toritama, pertencente ao Polo. Centraremos nosso olhar na entrada de Toritama na dinâmica produtiva e comercial do Polo e suas singularidades para consolidação desse processo.

2.3 A origem do território produtivo de Toritama: do calçado ao *jeans*

Dentre as três principais cidades que formam o que hoje é denominado Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, a cidade de Toritama foi a última a se inserir no referido arranjo produtivo-comercial, sendo atualmente a que mais cresce em termos demográficos e econômicos.

Segundo o estudo do SEBRAE (2013), o município de Toritama destaca-se por ter a maior variação populacional positiva entre os principais municípios que compõem o Polo, chegando a 63,1% (5% ao ano) entre 2000/2010¹⁷ – tendo crescido cinco vezes mais rápido que a população do Estado de Pernambuco –, enquanto que Caruaru teve uma variação populacional de 24,2% e Santa Cruz do Capibaribe, de 48,3%, fator esse, relacionado à grande oferta de emprego tanto na produção, quanto na comercialização. Dados do IBGE (2010) expressam que o município registra 0% de desemprego. Dentre os principais municípios que compõem o Polo, o município de Toritama destaca-se por ser o menor dentre os que compõem o território do Polo, tendo registrado o maior desenvolvimento econômico.

A entrada de Toritama na atividade produtiva e comercial de confecções teve início no final da década de 1970, guardando algumas singularidades frente às demais cidades do Polo. Segundo o que pudemos apurar, podem-se constatar três fases principais na trajetória de

¹⁷Período correspondente à emergência dos centros comerciais no Polo (Parque das Feiras Moda Center e Polo Comercial de Caruaru).

desenvolvimento da produção e comércio de *jeans* em Toritama. A primeira fase se inicia na década de 1940, quando a cidade registrava uma produção considerável de calçados de couros e de borracha, de chinelos e de *pichilingas* (como eram denominados os calçados infantis), tendo seus traços estruturais fortemente marcados por uma tecnologia de domínio popular, pelo trabalho precário e por unidades produtivas familiares e informais.

Na década de 1930, tinha começado também em Santa Cruz a fabricação de alpercatas, calçados igualmente populares, feitos artesanalmente com couro, muito popular na região do semiárido. Eram os *lambe-solas*, assim chamados pelos seus fabricantes, que trabalhavam em *tendas* espalhadas pelas ruas da cidade. A fabricação dos sapatos e sandálias era um ofício passado de pai pra filho, e a *feira popular* era o lugar por excelência da venda destes sapatos, bem antes da *sulanca*. Como relata Araújo (2007), em seu livro “Memórias da Minha Terra, Toritama”, sobre o trabalho nas primeiras unidades produtivas de calçados em Toritama:

O dono da fábrica ia a Santa Cruz do Capibaribe e lá comprava o couro da vaca curtido, pois em Santa Cruz existia um curtume. Os donos da tenda traziam a pele de couro e colocava no Rio Capibaribe e ficava até a terça-feira, quando era trazido para a tenda para se tornar sola. Depois riscava a peça e cortava. Cortava-se numa tábua em cima das pernas e com uma faca afiadíssima, as peças eram riscadas com um modelo. Depois de cortadas as peças, começava-se a bunir peça por peça. Bunir era um pedaço de madeira muito lisa que se passava por cima com muita força, ficando assim mais lisa e fina como um acabamento. Depois era pintada com uma tinta chamada Giga, nas cores marrom e preta. O calçado era fabricado de seis, ou seja, de meia em meia dúzia. Em fôrmas de madeira e embaixo da forma, caso para meia dúzia, pregava-se a palmilha, com dois pregos pequenos. Depois vinha o mais difícil, era pregar a palmilha no rosto da sandália. No espaço que ficava no meio da alpargata colocava-se pedaços de couro chamados de garras para fazer enchimento da alpargata. Finalmente se pregava o solado de pneu ou de sola. A esta altura do campeonato, muitos fabricos já estavam modernizados para a época, já existiam balancim, lixadeira, cola, plásticos, vaquetas especiais para sapatos, calçado de mulher, calçado infantil e a produção só fazia aumentar. (p. 75).

Aos poucos, a atividade comercial de calçados se firma sob condições de trabalho precárias, com unidades produtivas informais (conhecidas popularmente como *tendas*), tecnologia de domínio popular e cujo aprendizado do trabalho era normalmente adquirido por meio das relações familiares e de parentesco. A dinâmica comercial foi impulsionada pelos conhecidos *marreteiros*¹⁸ (vendedores porta-a-porta) e pelas feiras populares semanais.

¹⁸O termo *marreteiro* denomina o vendedor de calçados que compra suas peças para revender de forma ambulante.



Imagem 6. Fotografia de uma unidade produtiva familiar de calçados (tenda), nos anos de 1940. A borracha, derivada do pneu, fazia parte da matéria prima dos primeiros calçados. Fonte: Acervo Fotográfico de Mario J de Araújo.

Em 1970, os calçados, principalmente os modelos de couro destinados às populações mais pobres, passaram a ser substituídos por produtos sintéticos, nacionais ou importados. Nos termos de Araújo (2007):

As fábricas de São Paulo, Rio Grande do Sul, expandiram seus calçados e o transporte aumentava, facilitando assim o comércio. Em Toritama, chegava de São Paulo as primeiras sandálias japonesas. Foi muito fácil vender as sandálias. Era um calçado muito popular reservado para as pessoas pobres (p. 21).

As atividades produtiva e comercial do couro no segmento calçadista começaram entrar em crise. Ao mesmo tempo, com a emergência da produção de confecções na cidade vizinha de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama começou a fazer uma readaptação das máquinas e equipamentos da produção calçadista para a produção de *jeans*. “Essa foi a razão pela qual em Toritama optou-se pelo *jeans*, o qual se utilizava de uma matéria prima com características parecidas com o couro, um tecido pesado e grosso, que guardava uma certa semelhança com o manuseio das matérias primas empregadas na produção de calçados” (Andrade, 2008, p. 115). A produção de confecções começou a se estabelecer na cidade através de unidades produtivas domiciliares. No início, essa dinâmica produtiva não acompanhou a constituição de um espaço comercial para o escoamento das mercadorias. O comércio ocorria nas próprias unidades produtivas domiciliares, através de relações de amizade e parentesco e posteriormente nas feiras populares onde se escoava a produção agropecuária.

A segunda fase se configurou nos anos de 1980, no momento em que o comércio de confecções de Toritama se consolida e entra nas rotas das *Feiras da Sulanca*¹⁹, tendo suas atividades ordenadas em um arranjo comercial maior: o comércio de confecções firmou-se no domingo em Caruaru, nas segundas-feiras em Toritama e nas terças-feiras em Santa Cruz do Capibaribe. Espalhada nas ruas da cidade, a feira reproduzia as características dos espaços comerciais das demais cidades, marcadas por implicarem barreiras frágeis à inserção dos produtores/comerciantes no comércio local e por condições de trabalho marcadamente precárias. Com a rápida dimensão tomada pela feira (sobretudo com o grande número de carros e ônibus oriundos das cidades e estados circunvizinhos), foi se instaurando – a cada dia que ocorria – um quadro caótico nas ruas da cidade: com um crescente número de bancos/barracas de madeira ocupando toda a região central e um grande número de compradores e de veículos se amontoando. Diante disso, os órgãos públicos municipais tiveram a iniciativa de realocar os comerciantes, na tentativa de reorganizar o espaço comercial na cidade, estabelecendo um local fixo.

Nota-se que, até os anos 1970, a constituição da *Feiras da Sulanca* em cada um desses municípios ocorreu sem que houvesse qualquer apoio do Poder Público ou outro tipo de incentivo que contribuísse para a sua organização. Assim, se constituiu um primeiro arranjo comercial envolvendo as três cidades (Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama), através da *rota das feiras* ou *dias de feira* alternados, o que possibilitou assegurar um tempo e um espaço na área urbana para a comercialização dos produtos da região em cada um dos três municípios.

A terceira fase teve seu início nos anos de 2000: o que até então era conhecido por *Feira da Sulanca* foi passando, sob a ação de um conjunto de instituições e a liderança do Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco – SINDIVEST e do SEBRAE –, a ser denominado por “Polo de Confecções do Agreste Pernambucano” ou “Polo da Moda de Pernambuco”. A partir de um convênio estabelecido, em 1997, com uma ONG alemã, a BFZ, e tendo em conta a afirmação das atividades produtivas e comerciais em confecções no Agreste, o SINDIVEST optou por instalar uma subsede na região. Tal fato resultou no “Projeto de Desenvolvimento do Polo de Confecções do Agreste”, que tinha como objetivo englobar um grande número de profissionais, SEBRAE, SENAI e outras entidades para juntos desenvolverem um projeto de APL adequado à realidade local. O Projeto implicou em uma ampla campanha na mídia local e junto às associações empresariais. O propósito foi

¹⁹ O comércio de *sulanca* em Toritama assume uma feira própria e compõe um cenário maior de feiras de confecções no Agreste Pernambucano.

de, em associação com um conjunto mais amplo de ações visando a modernização das atividades ali desenvolvidas, atuar também sobre a reelaboração da imagem dessas atividades, tanto para dentro, como para fora da região. Para isso, seria preciso desconstruir a marca *sulanca*, associada à imagem de produtos de baixíssima qualidade. Operou-se então, uma reelaboração discursiva visando por no lugar da *Feira da Sulanca*, o *Polo de Confecções*; no lugar de *sulanqueiro*, a denominação de *empresário* ou *empreendedor* como ressalta Vêras de Oliveira, 2011. No começo dos anos 2000, estimava-se que o município produzia algo como 15% da produção do *jeans* nacional, tendo se tornado o “maior polo de produção desse tipo de roupas do Norte e do Nordeste” (RAPOSO e GOMES, 2003, p. 11).

A esse processo associou-se, a partir de meados dos anos 2001 a construção de gigantescos centros comerciais nas três cidades sedes, associando as iniciativas do SEBRAE de constituir uma nova imagem, instituindo um novo padrão comercial e incorporando novas estratégias de gestão e de comercialização. A cidade de Toritama em 2001 inaugura o primeiro Centro Comercial denominado Parque das Feiras, anos depois é inaugurado o Polo Comercial em Caruaru, e o *Moda Center*, em Santa Cruz do Capibaribe. As cidades de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru se consolidam como os principais centros de comercialização da *sulanca*, estabelecendo gradativamente um processo de configuração e reconfiguração da imagem do território produtivo e comercial, visando a modernização tanto objetiva quanto subjetiva das atividades comerciais ali desenvolvidas.

As tensões e resistências desses indivíduos e a emergência de novos atores nesse cenário serão elaboradas no próximo tópico. Tendo como referência a dinâmica comercial que se instaura a partir da construção do Centro Comercial Parque das Feiras – o primeiro centro comercial que inaugura esse processo –, descreveremos e analisaremos as configurações e reconfigurações que se esboçam em sua dinâmica histórico-atual, bem como as suas implicações para as relações de trabalho.

2.4 A Constituição do Parque das Feiras e a reconfiguração do território comercial em Toritama

O Parque das Feiras foi construído no ano de 2001, por iniciativa de um grupo de investidores privados, contando com o apoio dos poderes públicos municipais. O centro comercial emerge em um contexto de reconfiguração da imagem da *sulanca* enquanto parte de um novo arranjo comercial para a constituição e consolidação do denominado Polo de Confeções do Agreste Pernambucano, dinâmica essa que se estabeleceu com o apoio de instituições como o SENAI e o SEBRAE (PEREIRA NETO, 2011; LIMA, 2011), na tentativa de implantar um novo *habitus* para as atividades comerciais, longe da forma de comercialização e gestão das atividades comerciais da *sulanca*.

Como colocado, em 1970, a cidade de Toritama inicia suas atividades comerciais de confeções por influência da cidade vizinha, Santa Cruz do Capibaribe, tentando, em meio às já consolidadas *Feiras da Sulanca* de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, construir o seu espaço próprio de comercialização nas ruas da cidade. Segundo o relato de vários moradores e antigos feirantes, a primeira versão da *Feira da Sulanca* em Toritama surgiu na Rua da Igreja, onde os feirantes vendiam suas mercadorias em lonas, carroças ou como ambulantes. A feira era realizada no mesmo dia da feira de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. Naquele momento havia ainda poucos feirantes em Toritama. Nos dias de feira, os próprios comerciantes de Toritama migravam para feiras de Caruaru e de Santa Cruz do Capibaribe para escoar sua produção, haja vista a presença de poucos compradores. É o que confirma o depoimento abaixo:

Os bancos que as pessoas comercializavam eram iguais a esses bancos da feira da *sulanca*. Era desse mesmo estilo. No início da feira não aparecia ninguém pra comprar nada, era só a gente esperando, aí não deu certo. Começamos a produzir as peças aqui e ir vender em Santa Cruz e Caruaru ²⁰.

O segundo momento da consolidação da *Feira da Sulanca* em Toritama ocorreu no final da década de 1970, diante do quadro caótico que se estabelecia nas ruas da cidade de Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. O Poder Público Municipal interviu nas respectivas cidades no intuito de ordenar as ruas destinadas às *Feiras da Sulanca* e, com isso, muitos dos toritamenses, que haviam migrado para as cidades circunvizinhas no intuito de assegurar o

²⁰ Entrevista concedida por umas das primeiras moradoras e feirantes de Toritama em 22 de Agosto de 2013.

escoamento de suas mercadorias, retornaram e fizeram nova tentativa de constituir um espaço comercial próprio em Toritama.



Imagem 7. Vista panorâmica da *Feira da Sulanca* na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, na década de 80. O comércio de confecções se situava no centro da cidade.
Fonte: www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br

A *Feira da Sulanca* de Toritama começa agora a se expandir e a se consolidar ao longo da Rua Antônio Soares, rua que dá acesso a Caruaru. Nessa região, foi surgindo restaurantes, lanchonetes e pousadas, como parte da dinâmica comercial da feira. Além de abrigar tais atividades, a rua passou a servir como ponto de parada para os comerciantes que se destinavam a Caruaru. Os compradores que se dirigiam a Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe terminavam transitando na feira, onde os feirantes vendiam manualmente suas peças de confecções ou as vendiam em lonas e nos bancos de madeira.

Com o passar do tempo se instaura na *Feira da Sulanca* de Toritama uma dinâmica comercial intensa, reproduzindo o mesmo quadro caótico das ruas das cidades. No caso de Toritama, a feira havia se estabelecido na rodovia de acesso a Caruaru. Além desse acesso se tornar cada vez mais difícil, multiplicaram-se os acidentes. Diante desse quadro, o Departamento de Estradas e Rodagens, juntamente com o Poder Público Municipal, interviu no intuito da realocação da feira para a rua ao lado do atual Posto Ipiranga, demarcando o território comercial através do cadastro dos barracas/bancos de madeira e da arrecadação de impostos, como relata um dos primeiros moradores da Rua Antônio Soares:

Ele (o prefeito) pôs os bancos lá, e o povo foi obrigado a ir. O povo foi porque era melhor. Quem é que não queria um banco? Aqui (Rua Antônio Soares) era muito apertado, quem chegava que arrumava seu espaço, não

tinha nenhuma organização. Quem chegasse primeiro colocava! Aqui era como camelô que vendia na rua ou no chão. Lá (Rua do Campo do Ipiranga) foram fazer cadastro e pagar o alvará para a prefeitura²¹.

Neste momento, a *Feira da Sulanca* entra nas rotas das feiras²², passando a ter um dia de comercialização diferente de Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, o que se estabeleceu por meio de um pacto entre os feirantes das respectivas cidades, tendo por objetivo firmar um espaço comercial próprio em Toritama, contando-se com o aval das demais cidades. Ao mesmo tempo em que o poder público intervia na dinâmica comercial, novos espaços foram surgindo por iniciativa dos que não encontravam espaço na feira, agora demarcada e delimitada.

Em 2001, surgiu o primeiro Centro Comercial Parque das Feiras, construído em uma área de 9 hectares e situado às margens da BR104, deslocado do centro da cidade. Inicialmente foram oferecidos 985 boxes de 3 m² (primeira parte) e posteriormente 125 lojas de 25 m² (segunda parte), além dos espaços reservados às lojas e boxes. A área interna do Parque (com cerca de 5 mil metros de área coberta) compreende ainda uma praça de alimentação, banheiros públicos, caixas eletrônicos, uma rádio comunitária e, na área externa, um estacionamento com capacidade para 2.000 veículos. Atualmente está em elaboração um plano para uma ampliação da área construída, incorporando mais boxes e lojas e, em seguida, mais lojas e uma nova praça da alimentação. A gestão do Parque das Feiras é de responsabilidade da ALPF – Associação Lojista do Parque das Feiras.



Imagem 8. Cartaz confeccionado pela ALPF (Associação Logística do Parque das Feiras)

²¹ Entrevista concedida por uma das primeiras moradoras de Toritama em 12 de Agosto de 2013.

²² Momento em que a *Feira da Sulanca* de Toritama tem um dia de comercialização diferente e interligado à dinâmica comercial de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe.

anunciando a expansão do Parque das Feiras.
Fonte: ALPF (Associação Logística do Parque das Feiras).

Mesmo com a inauguração do Centro Comercial, a *Feira da Sulanca* ainda continuou alocada no centro da cidade. Muitos dos feirantes compraram boxes, mas a maioria temia que o Parque das Feiras não fosse “dar certo” ou que, uma vez lá estabelecidos, passassem a ser cobrado deles, altas taxas para a manutenção do espaço. Com o objetivo de centralizar a atividade comercial, o poder público municipal procurou deslocar a *Feira da Sulanca* para um espaço ao lado do Parque das Feiras, como relata um dos entrevistados:

Como o Parque não tinha dado certo de primeira, a intenção era levar a feira lá próximo para dar uma levantada no Parque, só que antes de se fazer essa transferência o Ministério Público entrevistou, porque ninguém ia fazer uma transferência de boca para depois que o Parque das Feiras crescer, expandir, retirarem a feira de lá. Inicialmente os feirantes não queriam, mas o Ministério Público entrevistou e foi formada uma comissão e feita uma audiência, onde foi convocada uma comissão de sulanqueiros. Foi pego aleatoriamente 5 feirantes com o Ministério Público, a ENPAL, que é a empresa proprietária do Parque das Feiras, e a Prefeitura Municipal. Foram essas pessoas que estavam envolvidas. Mas na verdade os sulanqueiros apenas estavam como fiscalizadores²³.

Nesse sentido, foi realizada uma audiência pública juntamente com o ENPAL (construtora do Parque das Feiras), a Prefeitura Municipal de Toritama e uma Comissão de Feirantes (primeira organização própria de feirantes em Toritama), que tinha por objetivo criar um Termo de Ajustamento de Conduta, que garantisse a alocação dos feirantes sob determinadas condições propostas por eles. O Termo de Ajustamento de Conduta garantia que a *Feira da Sulanca* se alojasse na área por 50 anos, sem interferência alguma da administração do Parque das Feiras, delimitando um espaço específico de comercialização, dentre eles: espaços entre os bancos e a implantação de banheiros. Esse momento de negociações foi bastante decisivo para o surgimento de várias associações de confeccionistas, dentre as quais a Associação dos Feirantes e Sulanqueiros de Toritama – AFEST, a Associação Comercial e Industrial de Toritama – ACIT, a Associação Logística do Parque das Feiras – ALPF e, posteriormente, a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL.

²³ Entrevista concedida em Agosto/2013.

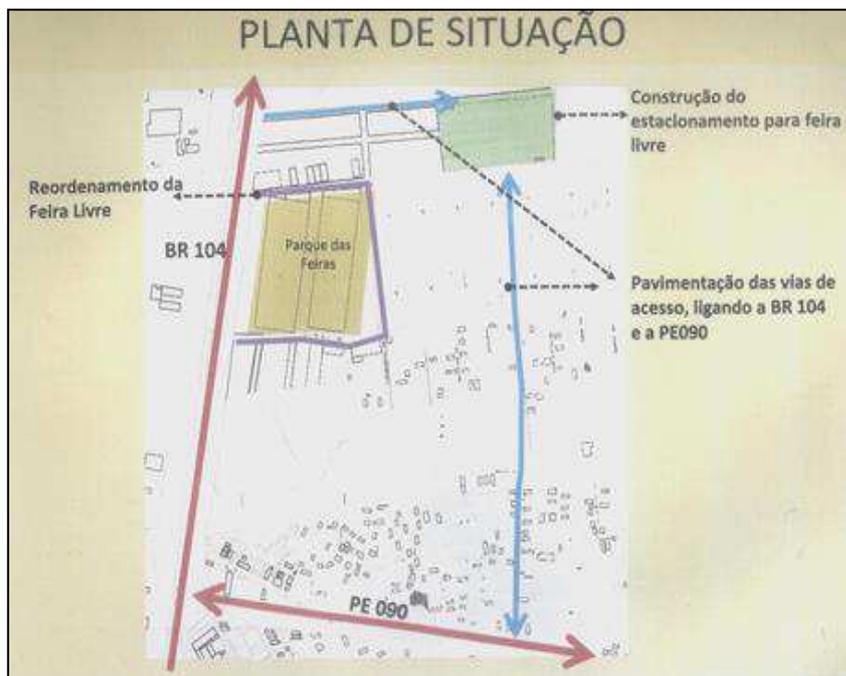


Imagem 9. Planta de Situação do Parque das Feiras e da realocação da *Feira da Sulanca* (entorno).
 Fonte: ALPF (Associação Logística do Parque das Feiras).

Logo após a *Feira da Sulanca* se estabelecer ao lado do Parque das Feiras, novos espaços de comercialização começaram a se constituir no entorno, como Grandes Lojas de Marcas e vários restaurantes, hotéis e lanchonetes, ao mesmo tempo em que se instaurou uma intensa especulação imobiliária. Um dos fatores que contribuíram para a viabilização econômica da *Feira da Sulanca* em Toritama certamente muito se relacionou com experiência e o conhecimento que produtores, comerciantes e trabalhadores desenvolveram com a atividade da *sulanca* ao longo do tempo.

Ao mesmo tempo em que se firmaram o Parque das Feiras, a *Feira da Sulanca* e as Grandes Lojas, delimitando o novo território destinado à comercialização dos produtos da região em Toritama, um novo segmento de comercialização emergiu, sendo denominado de *Feira da Invasão*, se colocando longe das medidas de regulamentação e de normatização por parte das instituições e órgãos que ali atuam.



Imagem 10. Vista panorâmica do Parque das Feiras, da *Feira da Sulanca* (ao lado) e das Grandes Lojas de Marcas (entorno).

Fonte: www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br



Fotografia 2. A *Feira da Sulanca* alocada ao lado Parque das Feiras.

Fonte: www.santacruzdocapibaribe.pe.gov.br



Fotografia 3. Grandes Lojas de Marca, no entorno do Parque das Feiras.

Fonte: Acervo Pessoal

Observando-se a trajetória de configuração e reconfiguração do Polo e, mais em particular, do território comercial de Toritama, nota-se um franco processo de diferenciação interna, envolvendo várias dinâmicas de comercialização, com repercussões diretas sobre os padrões de relações de trabalho. Quanto mais se consolida o Polo, mais se aprofundam tais diferenciações. Quanto mais os estabelecimentos se estruturam, ganham espaço, diversificam as mercadorias disponibilizadas ao público, mais se distanciam do padrão do comércio de confecções de sua origem. A partir do momento que surgem novos espaços comerciais (Parque das Feiras) se reproduzem os antigos espaços. Institucionalizam-se tais espaços comerciais, sob motivações como: incrementar a arrecadação de impostos municipais; aumentar o controle de qualidade das mercadorias; promover cursos de qualificação; propiciar a obtenção de alvarás, CNPJ, entre outros documentos, aos lojistas; em alguns casos, órgãos públicos fiscalizam esses espaços, visando o combate à informalidade dos empreendimentos.

No intuito de adentrar à dinâmica interna dos espaços comerciais em Toritama, no terceiro capítulo tentaremos apreender as formas de estruturação e organização dos mesmos, bem como, os perfis dos comerciantes, feirantes e trabalhadores atuantes nesse quadro heterogêneo.

III ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO E ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS COMERCIAIS DO PARQUE DAS FEIRAS E ENTORNO

A diversidade dos espaços no território comercial de Toritama, com a *Feira da Sulanca*, o Parque das Feiras, as Grandes Lojas e a *Feira da Invasão*, expressa um quadro organizativo e de relações de trabalho distintos. Revelar a estruturação e organização desses espaços comerciais é expressar a base sobre as quais se assentam as relações de trabalho neste Polo de Confecções e, principalmente, suas mudanças recentes.

Ao enxergamos de cima, em uma perspectiva panoptica, observamos os escopos e delimitações geográficas que esses espaços conformaram, constituindo pistas para entender a trajetória de constituição do Polo de Confecções. Ao enxergamos de baixo, observamos os vários nichos de organização dos *feirantes, trabalhadores, sulanqueiros e empreendedores*, suas condições de trabalho, sua relação com os consumidores e suas representações de si e dos outros.

Convido o leitor a adentrar nesse universo utilizando duas categorias para o entendimento desta realidade sócio comercial. Ao tomarmos como referência o termo *Território Comercial de Toritama*, estamos nos referindo ao conjunto dos espaços comerciais aí situados, ou seja, o Parque das Feiras e seu entorno. Ao tomarmos como referência o termo *Espaço Comercial* estamos nos referindo a um dos espaços de comercialização, sejam eles: *Feira da Sulanca*, Parque das Feiras, Grandes Lojas ou *Feira da Invasão*.

No intuito de incursionar pelo território comercial e pelos vários espaços comerciais que o constitui nos lançamos da tentativa de observar alguns elementos pertinentes à sua composição, bem como à dinâmica do trabalho e às suas formas de organização e estruturação espacial. No decorrer deste capítulo, apresentaremos um esboço do perfil dos feirantes e trabalhadores, a partir de recortes por sexo, faixa etária, origem dos trabalhadores(as), nível de escolaridade, tipo do empreendimento e renda mensal²⁴. Procuraremos, também, trazer alguns elementos singulares da dinâmica comercial na qual os feirantes e trabalhadores se encontram inseridos.

²⁴ Essa pesquisa não trata de uma análise quantitativa da atividade comercial, mas utiliza-se da aplicação de questionário, embora sem caráter amostral, como fonte de análise importante para indicar pistas quanto ao perfil dos trabalhadores do Parque das Feiras e entorno.

3.1 Reconfiguração do Território Comercial de Toritama

A partir do ano de 2001, teve início em Toritama um processo de centralização e modernização da dinâmica comercial com a construção do Parque das Feiras. Nesse momento, devido ao crescimento alcançado pela *Feira da Sulanca* e o quadro caótico instaurado na área urbana, todas as atividades comerciais do segmento de confecções foi concentrada nas proximidades do Centro Comercial Parque das Feiras. Nesse contexto emergiram inúmeras associações, ao mesmo tempo em que outras se inseriram na dinâmica do trabalho comercial de forma mais efetiva, destacando a Associação dos Feirantes e Sulanqueiros de Toritama – AFEST, a Associação Logística do Parque das Feiras – ALPF e a Associação Comercial de Toritama – ACIT. O propósito dessas associações é o de salvaguardar os interesses dos seus associados nos processos de delimitação, regularização e funcionamento dos espaços comerciais estabelecidos nessa região. Isso, na relação entre associações e frente ao poder público municipal e estadual.

O deslocamento dessas atividades para as margens da malha urbana possibilitou que os trabalhadores pudessem se instalar de maneira mais concentrada e com possibilidade de expansão de suas áreas inicialmente delimitadas. Foi o que ocorreu, por exemplo, com o Centro Comercial Parque das Feiras, com seus sucessivos momentos de ampliação²⁵. A realocação da *Feira da Sulanca*, a emergência do Centro Comercial Parque das Feiras e o surgimento das Grandes Lojas foi se conformando em conjunto com a instalação de serviços de hotéis, de dormitórios, de estacionamentos e de restaurantes, constituindo o novo território comercial do *jeans* em Toritama, antes situado no centro da cidade, com a *Feira da Sulanca*.

Durante as insistentes idas e vindas a Toritama, tivemos a oportunidade de entrevistar os compradores ou *sacoleiros* – como assim são denominados – e alguns ressaltaram que o intuito de fazer suas compras em Toritama se dava pela diversidade em roupas de tipo *jeans* e pelo preço baixo das mercadorias. A especialidade na produção e comercialização do *jeans* criou uma marca distintiva para a cidade de Toritama frente às demais cidades do Polo de Confecções, tanto que atualmente ela é conhecida como a *capital do jeans*. A produção e comercialização da respectiva matéria prima, além de ser uma característica específica da cidade, vêm expressando suas marcas: de forma positiva, como o Festival do Jeans de

²⁵ O Centro Comercial Parque das Feiras iniciou suas atividades com boxes de 3 m², posteriormente ampliou para lojas de 25 m², atualmente vem construindo sua terceira etapa com lojas maiores seguindo o modelo *shopping center americano*.

Toritama; e de forma negativa, têm se expressado pelos impactos ambientais provenientes da produção, das lavagens e do descarte dos resíduos do *jeans*. Note-se tal contraste, primeiramente, por meio das imagens 11 e 12 e, logo em seguida, através das fotografias 4 e 5, respectivamente:



Imagem 11. Cartaz referente ao Festival Anual do Jeans de Toritama.
Fonte: Acervo Pessoal.



Imagem 12. Monumento em referência à cidade de Toritama Fonte: Associação Logística Parque das Feiras – ALPF.



Fotografia 4. Lixão na entrada de Toritama, para onde se destinam também os restos de confecções, em sua maioria de *jeans*.
Fonte: Acervo Pessoal.



Fotografia 5. Rede de esgoto para onde é destinada a água das lavanderias de *jeans*. Destaque para os resíduos sólidos e químicos da lavagem e tingimento do *jeans* que escoam no Rio Capibaribe, o qual é responsável pelo abastecimento da cidade de Toritama.
Fonte: Acervo Pessoal.

As dinâmicas produtiva e comercial começam, aos poucos, a criar expressões na cidade de Toritama, o que a distingue das demais cidades do Polo. Não poderíamos deixar de ressaltar o modo singular de organização produtiva e comercial a partir da inserção das lavanderias de tingimento de *jeans*, como ressalta Lima (2006) em seu estudo sobre as lavanderias e a gestão das águas em Toritama, constituindo assim, três elos complementares e interligados na cadeia têxtil no Polo de Confecções, o da produção de confecções; lavagem e tingimento; e o da comercialização.

O movimento regional de especialização na produção, lavagem e comercialização do *jeans*, se combina com um movimento mais amplo, o de constituição de marcas distintivas na produção/comercialização das cidades que compõem o Polo de Confecções. A cidade de Caruaru é conhecida pela fabricação de tecidos finos e Santa Cruz do Capibaribe é especializada na produção de malharias.

A produção de confecções em *jeans*, em Toritama, foi a última a se consolidar no Polo de Confecções, sendo a cidade que mais vem ampliando a sua malha produtiva e comercial. Seu processo de diferenciação produtiva, com a instalação do ramo das lavanderias, estruturou um tipo específico de organização produtiva e comercial que a distanciou de algumas características históricas da produção de confecções. Tal movimento possibilitou uma importante diferenciação produtiva, ao mesmo tempo em que favoreceu a melhoria na qualidade dos produtos disponibilizados nos espaços comerciais locais, de modo a contribuir para uma maior visibilidade regional e nacional de Toritama enquanto centro produtor e comercial de *jeans*. A entrada das lavanderias implica também em grande impacto ambiental, por meio dos resíduos sólidos e químicos provenientes dessa atividade. O Poder Público Municipal juntamente com os donos das lavanderias vêm implantando tanques de coleta dos resíduos na tentativa de amenizar os impactos ambientais provenientes dessa atividade produtiva.

A especialização na produção do *jeans* centralizou de tal forma a dinâmica produtiva e comercial na cidade que atualmente chega a exportar para países como Guiné Bissau, Moçambique, Paraguai e Chile. Nesse processo, as Associações Comerciais operam um papel importante na intermediação dessas negociações, como frente de projeção da cidade para fora e enquanto base de organização e cooperação para dentro.

3.2 Organização e Estruturação Comercial do Centro Comercial Parque das Feiras

No espaço onde foi construído o Centro Comercial Parque das Feiras, antes funcionava um antigo *club* de lazer da cidade de Toritama. Localiza-se em uma área com nove hectares, posicionada às margens da BR 104 (km 32). Primeiramente foram construídos 955 boxes de 3 m². Com o passar do tempo, o Centro Comercial Parque das Feiras passou por modificações internas e alguns dos boxes começaram a se ampliar, a partir da fusão de dois ou mais boxes em um único. O mesmo processo de diferenciação ocorreu no segundo momento de ampliação, em 2004, quando foram construídas mais 125 lojas, sendo que muitas delas se reconfiguraram espacialmente do mesmo modo, unindo duas ou mais lojas em um único empreendimento comercial. Foi se estabelecendo também, nesse processo de permanente rearranjo interno, a personificação das lojas, com a adoção de nomes próprios, associados a marcas conhecidas regionalmente. Ao lado disso foram surgindo novas modalidades de espaços de comercialização, como os boxes e lojas de tamanhos diversos, gerando um quadro interno de espacialidades heterogêneas. Tais diferenciações internas provocaram um clima de maior competitividade entre os comerciantes instalados no centro, bem como uma maior fragmentação da consciência cooperativa que se havia gestado desde os primórdios da *Feira da Sulanca*.

O novo padrão de organização da atividade comercial e dos empreendimentos vai assim se constituindo, não sem conflitos. Vários empreendimentos ganham dimensões muito além do que representavam antes com os primeiros boxes e, principalmente, os bancos/barracas de feira. Os meios de pagamento com as vendas (com destaque para o uso do cartão de crédito) e as formas de divulgação dentro e fora do Parque se modernizam. Os empreendimentos são pressionados a se formalizarem. Os trabalhadores são incorporados em bases mais profissionais e formais (em contraste com a tradicional incorporação de trabalhadores como *ajudantes*, seja na produção, seja na comercialização).

Para atender melhor os compradores e vendedores, o espaço passou a contar com ventiladores de teto espalhados por todas as laterais, além de banheiros, lixeiras, rede *wi-fi*, carros de compras, extintores, segurança 24 horas e um grupo de garis terceirizados responsáveis pela limpeza diária. O Centro Comercial passou a dispor também de várias lanchonetes e restaurantes no seu entorno, além de uma praça de alimentação onde reúne grande parte dos compradores, como observamos nas ilustrações a seguir:



Fotografia 6. Praça de Alimentação do Centro Comercial Parque das Feiras. Associação Logística Parque das Feiras – ALPF



Imagem 13. Lanchonete localizada na área externa ao Centro Comercial Parque das Feiras.
Fonte: Associação Logística Parque das Feiras – ALPF

Na sua área interna, o Parque das Feiras conta ainda com uma agência bancária, uma rádio e a sede da Associação Logística do Parque das Feiras – ALPF, essa última sendo responsável pela administração do Centro Comercial. Desde a sua inauguração, este vem fechando parcerias com as mais diversas instituições e órgãos, a exemplo dos Bombeiros Civis, para fornecer orientações a lojistas e clientes de como proceder em casos de acidente. Uma das últimas novidades é a implantação de um sistema de monitoramento eletrônico através de câmeras de segurança nas partes interna e externa da área do Parque.

Em 2013, a Associação Logística Parque das Feiras – ALPF lançou uma campanha de segurança no trânsito, destinada a pedestres, motociclistas e motoristas, no intuito de conscientizar sobre os riscos de trânsito. A iniciativa surgiu diante do grande fluxo de veículos e de acidentes registrados no local.



Imagem 14. Folder de conscientização no trânsito – Centro Comercial Parque das Feiras.
Fonte: Associação Logística Parque das Feiras – ALPF.

Durante as várias idas a campo, constatamos nos *dias de feira*, o grande congestionamento de carros, ônibus e motos que se forma na BR 104 e a incapacidade do estacionamento em comportar os veículos que para lá acorrem. Por isso, muitos veículos estacionam no centro da cidade. Assim, mesmo o Território Comercial de Toritama se concentrando fora da malha urbana, o *dia de feira* faz com que esse espaço se amplie ganhando novas áreas, para além do inicialmente previsto e delimitado, sendo notório, portanto, a falta de estrutura para acolher os compradores que se destinam ao parque.

A estrutura física dos empreendimentos comerciais dentro do Parque das Feiras revela importantes singularidades no que diz respeito às condições de trabalho e ao perfil dos trabalhadores, além das rupturas e resistências com alguns modelos pré-estabelecidos de espacialidades comerciais, como os bancos/barracas de madeira das tradicionais *Feiras da Sulanca*. Tentaremos a seguir, descrever as estruturas e organizações de dois estratos comerciais na dinâmica interna do Parque das Feiras, o primeiro espaço comercial se configurando pelos boxes e o segundo, pelas lojas.

3.2.1 Organização Comercial e do Trabalho nos boxes do Parque das Feiras

Foram na forma de boxes que se estruturaram as primeiras unidades comerciais no Parque das Feiras. Na primeira planta, foram previstos 955 boxes, mas com a junção de dois

ou mais boxes pelos empreendedores, esse número diminuiu. A ampliação dos estabelecimentos comerciais suscitou novas contratações (formais ou informais), e em alguns casos fortaleceu a rede familiar com novos indivíduos participando da atividade comercial, em outros casos, sendo necessária a contratação de não familiares. Com o passar do tempo se intensificou a especulação imobiliária em torno dos boxes, como relata umas das entrevistadas:

Quando eu cheguei aqui no Parque das Feiras um box custava R\$ 2.000,00, agora aqui tem box de R\$ 8.000,00, até de R\$ 20.000,00, dependendo do tamanho. Tem pessoas que alugam os boxes no preço de R\$ 400,00, R\$ 500,00 por mês. Em menos de 10 anos os preços subiram muito.²⁶

Quanto ao perfil dos(as) confeccionistas e trabalhadores (as) dos boxes²⁷ levantados a partir da aplicação de questionários²⁸, identificamos que se trata em sua maioria do sexo feminino (73,7 mulheres e 23,3 homens), geralmente tendo as mulheres como responsáveis pela venda. A presença feminina é bem maior na atividade de comercialização. Ao longo das nossas entrevistas ficou evidente como a mulher assume uma posição preponderante na atividade comercial, exercendo uma dupla ou tripla jornada de trabalho, voltadas para as atividades domésticas e a produção de confecções. As trabalhadoras dos boxes transitam da atividade produtiva para a atividade comercial. Na opinião destas, a atividade comercial é menos *puxada* do que a produtiva, sendo que nesse espaço/tempo semanal sobra sempre um momento destinado ao encontro, conversa e à construção de sociabilidades. Durante nossas visitas a campo, uma confeccionista que estava grávida relatou que passou a vender seus produtos em box por achar que isso implicaria em menor esforço, argumentou que no momento em que se sentia cansada podia encerrar suas atividades, além de não precisar ficar levando e trazendo mercadorias para casa, como se dava no tempo da *Feira da Sulanca*, já que suas mercadorias ficavam guardadas no estabelecimento comercial. A atividade comercial é, portanto, o momento em que elas deixam a atividade produtiva familiar e assumem um quadro coletivo de trabalho diferenciado, com novas formas de solidariedade e sociabilidade. Tais posições podem ser invertidas ou diferenciadas, dependendo da intensificação da

²⁶ Entrevista com um dos donos dos boxes no Parque das Feiras, concedida no dia 27/08/2013.

²⁷ Os confeccionistas são os donos dos empreendimentos e ainda trabalham neles.

²⁸ Foram entrevistados 20 trabalhadores/confeccionistas dos boxes. Através das pesquisas anteriores, foram mantidos os mesmo entrevistados, o que possibilitou fortalecer os laços de confiança durante a pesquisa. Como já dissemos, não se trata de uma pesquisa quantitativa, apenas utilizamos esse instrumento na tentativa de colher um número maior de informações sobre o perfil dos trabalhadores e sobre a dinâmica do trabalho no Parque das Feiras e entorno.

produção e da participação de outros membros na atividade comercial ou em função dos novos arranjos familiares.

Ainda segundo o levantamento produzido, constatamos que a faixa etária predominante dos comerciantes/trabalhadores (as) atuantes nos boxes do Parque das Feiras oscilava entre 25 a 35 anos. A maior parte deles é oriunda da tradicional *Feira da Sulanca* e, mesmo trabalhando no Parque das Feiras, mantém também os antigos bancos de madeira na feira e uma solidariedade das mercadorias comercializadas – seja pelo mesmo tipo/modelo de mercadoria comercializada no Parque das Feiras e na *Feira da Sulanca* -, e a participação desses membros em ambos os espaços comerciais, ampliando a rede de trabalho familiar. Os trabalhadores de cada empreendimento comercial são em número de dois ou três no máximo.

Alguns fizeram a opção de deixar o trabalho na produção e passar a trabalhar na comercialização dentro do Parque das Feiras, devido ao quadro de funcionamento semanal do Centro Comercial. Os trabalhadores com idade acima de 50 anos ressaltam que encontram no trabalho comercial uma forma de manter-se no mercado de trabalho, sem ter o desgaste físico exercido na atividade produtiva.

Em relação ao nível de escolaridade, a maioria dos (as) trabalhadores (as) dos boxes possui o nível fundamental completo. Os seus vários relatos, expressaram que a entrada no mercado de trabalho tem sido prematura, por conta da necessidade de ter que abandonar os estudos nos primeiros anos escolares.

Segundo os relatos dos nossos entrevistados, as crianças e jovens participam da atividade produtiva/comercial desde muito cedo, chegando a ter o seu próprio rendimento. As crianças são iniciadas na atividade produtiva e comercial não como forma de trabalho, mas apenas como uma forma “de ajuda”. Para Silva (2008), a entrada no mercado de trabalho dos jovens inicia-se como parte do processo de socialização dentro das unidades produtivas familiares ou nas unidades comerciais, tendo o conhecimento da produção ou comercialização adquirido pela transmissão dos parentes ou familiares.

As políticas públicas de combate ao trabalho infanto-juvenil se deparam com grandes dificuldades de serem postas em prática dado as configurações assumidas pelo trabalho e a difícil inserção dos fiscais nas unidades produtivas familiares e domésticas.

As informações colhidas indicaram que a maioria dos trabalhadores dos boxes é oriunda da cidade de Toritama, muitos desses, no entanto, são de cidades circunvizinhas. Nos vários relatos, ficou evidente que muitos deixaram a agricultura e a criação de animais para se dedicarem à produção e à comercialização de confecções, além de existir uma intensa

migração de trabalhadores de outros estados circunvizinhos à procura de emprego, se concentrando muitos deles no trabalho produtivo.

A origem dos trabalhadores dos boxes podem assim ser distribuída: 86,7% dos trabalhadores são oriundos da cidade de Toritama; 10% são oriundos das cidades do Polo de Confeccões e 3,3 % das cidades do entorno do Polo.

Em relação à organização interna, os boxes possuem numeração e endereço específicos, possuindo letras e números para sua localização. Segundo os empreendedores, a numeração dos boxes e a demarcação dos corredores têm facilitado a divulgação do empreendimento na rádio interna do Parque das Feiras e têm contribuído para mantê-los informados sobre as ações da Associação Logística Parque das Feiras – ALPF.

Os principais órgãos regulatórios que passaram a atuar na fiscalização e formalização dos empreendimentos e das relações de trabalho nos boxes são o Poder Público Municipal e Estadual e os órgãos fiscalizadores do trabalho. Os empreendimentos comerciais para funcionarem regularmente necessitam do documento de alvará de funcionamento, do documento relativo ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e do documento emitido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, com este último impondo aos comerciantes que coloquem etiquetas nas suas mercadorias. A grande maioria dos empreendedores não tem nome fantasia para suas mercadorias, nesse sentido são colocadas na etiqueta algumas informações: o tipo de tecido da mercadoria e o número do Cadastro de Pessoa Física – CPF do dono do empreendimento. Muitos dos entrevistados relataram que os fiscais do INMETRO têm visitado com frequência o Parque das Feiras e muitos dos empreendimentos comerciais estão correndo o risco de serem fechados devido à falta de etiquetas das mercadorias. Por mais que haja uma forte atuação dessas instituições no intuito de legalizar e formalizar os empreendimentos comerciais, tais ações não vêm sendo reconhecidas como legítimas pelos empreendedores.

A maioria dos boxes possui o Alvará de Funcionamento junto ao Poder Público Municipal, mantendo uma formalização mínima do empreendimento comercial junto a esse órgão. Em relação à formalização junto ao INMETRO, a colocação de etiqueta comercial e a padronização das mercadorias, muitos dos trabalhadores dos boxes não possuem nenhum registro junto a esse órgão, chegando a encerrar suas atividades comerciais em decorrência fiscalização.

No que se refere ao nível do salário, este era definido em relação às vendas semanais, assumido forma de comissão, resultando em um rendimento semanal em torno de R\$ 200.00 a

R\$ 500.00. Muitos dos entrevistados relataram ter uma renda maior e que os valores semanais variavam de acordo com os períodos festivos, como São João, Carnaval e os festejos de final de ano, de modo que o rendimento semanal não era fixo. Por mais que alguns boxes sejam empreendimentos formalizados, nos moldes citados anteriormente, em muitos casos suas relações de trabalho ainda se mantêm informais. De fato, o que nos foi revelado é que a rede familiar de trabalho doméstico nos boxes do Parque das Feiras se reproduz sob vínculos comerciais de trabalho informal. Os impulsos de formalização praticamente só atingem a situação do empreendimento comercial, com os vínculos de trabalho sendo mantidos na condição de informais. Há uma tímida formalização dos empreendimentos comerciais, que mantém as relações de trabalho informais e com características bem parecidas com as relações de trabalho na *Feira da Sulanca*, que trataremos no decorrer do capítulo.

Em seguida vamos nos deter em analisar a dinâmica do trabalho e a organização dos espaços comerciais das lojas, ressaltando os mesmos aspectos propostos para os boxes e como esses trabalhadores se organizaram neste quadro estrutural heterogêneo de espaços comerciais.

3.2.2 Organização Comercial e do Trabalho nas lojas no Parque das Feiras

A necessidade de apreender a dinâmica do trabalho observada pela estratificação interna do Parque das Feiras – através dos boxes e das lojas – é de extrema importância, pois esboça as novas configurações e reconfigurações assumidas pelo trabalho no Polo de Confeções, demonstrando que a instalação do primeiro Centro Comercial de confeções do Polo inaugura um quadro institucional heterogêneo de novas práticas e sentidos ao trabalho comercial. Diante disso, revelar essas estruturas internas é estar atento, como esses espaços comerciais se combinam, recombina, diferenciam ou não para constituírem o que vem a ser o Centro Comercial Parque das Feiras.

Como falamos anteriormente, a área destinada às lojas constitui a segunda etapa de construção do Parque das Feiras. Na ocasião, foram construídas 125 lojas, de 25 m². Atualmente esse número tem diminuído com a fusão de duas ou mais lojas em uma única,

bem como pelo fato de que algumas Grandes Lojas externas ao Parque das Feiras instalaram filiais dentro do Centro Comercial.

Os entrevistados das lojas foram exclusivamente os trabalhadores comerciais. Muitos dos empreendimentos já se formalizaram, possuindo alvará de funcionamento e registro no CNPJ e o de etiqueta e controle de qualidade das mercadorias no INMETRO. Por mais que os empreendimentos sejam formalizados, os vínculos de trabalho das lojas, no entanto, expressam um pequeno e tímido processo de formalização das relações de trabalho, mantendo uma parcela de trabalhadores informais em empreendimentos formalizados.

Quanto a faixa etária predominante dos(as) trabalhadores(as) das lojas varia de 18 a 35 anos, estabelecendo um universo de trabalho primordialmente jovem.

A estrutura física interna das lojas e as mercadorias acompanham, em geral, as tendências da moda e se encontram especializadas em determinado segmento (*surf wear*, moda casual, alternativa), repercutindo tal perfil na vestimenta e na aparência dos(as) próprios(as) trabalhadores(as).

A maioria das lojas contratam os(as) trabalhadores(as) que tenham concluído o Ensino Médio Completo, que possuam curso técnico em informática ou que já tenham trabalhado em outras lojas. Segundo os empreendedores das lojas, há uma grande dificuldade de se encontrar pessoas qualificadas para trabalharem com vendas, já que esses empreendimentos prezam por um bom atendimento, requerendo que os trabalhadores tenham um mínimo de conhecimento na área informática. Nesse sentido, a desenvoltura para as vendas é adquirido pelo aprendizado prático e muitas das vezes informal, através da participação destes trabalhadores em cursos destinados a atividade comercial (atendimento ao cliente, telefonista, dentre outros) e também da trajetória desses(as) trabalhadores(as) nos mais diversos espaços comerciais, como as Grandes Lojas ou outras lojas do Parque das Feiras. A trajetória desses trabalhadores junto a outras lojas – do Parque das Feiras ou das Grandes Lojas –, é um elemento importante para a contratação para o trabalho.

Observamos que as filiais das Grandes Lojas instaladas no interior do Parque das Feiras contratam trabalhadores(as) com Ensino Superior, geralmente administradores, contadores ou profissionais de *designer*. Alguns empreendedores das lojas relatam que o tipo de vínculo estabelecido com os(as) trabalhadores(as) se inicia com o ingresso do(a) trabalhador(a) enquanto estagiário, alguns desses posteriormente sendo efetivados, em geral com registro formal em carteira de trabalho ou contratados temporariamente. O salário mensal

desses trabalhadores gira em torno de R\$ 800,00 a R\$ 1.500,00, incluído o pagamento de horas extras no período em que a *Feira da Sulanca* acontece.

No *dia de feira*, o Parque das Feiras aumenta o seu tempo de funcionamento, chegando a ter a mesma jornada assumida tradicionalmente pela *Feira da Sulanca*: das 3 horas às 17 horas. Em períodos festivos, como São João, Carnaval, festejos de final de ano, boa parte das lojas paga hora extra para os trabalhadores. Nesses períodos chega-se a trabalhar de 14 a 16 horas e o trabalho não se concentra apenas na comercialização, mas também na limpeza do estabelecimento e na organização das mercadorias para venda.

O que apreendemos do trabalho nas lojas do Parque das Feiras é que esse segmento comercial expressa um primeiro movimento de formalização dos empreendimentos comerciais, seguido de uma formalização das relações de trabalho, ao mesmo tempo em que esboça gradualmente uma possível descaracterização das relações de trabalho informais e familiares, com a constituição de um corpo hierárquico de trabalhadores mais rígido, com a inserção de novas tecnologias ao trabalho, novos perfis profissionais ao trabalho e um quadro institucional cada vez mais racionalizado, consolidando um quadro de relações de trabalho heterogêneo e diferenciado em relação aos boxes comerciais.

3.2.3 Organização Comercial e do Trabalho na *Feira da Sulanca*

A *Feira da Sulanca* de Toritama faz parte de uma prática histórica de feiras populares de confecções presentes em Pernambuco e no Nordeste, sendo historicamente um espaço destinado à comercialização de confecções e organizado por meio de *rotas diárias de feiras*²⁹. A *Feira da Sulanca* de Toritama foi a última feira popular de confecções que se constituiu no Polo, compondo o quadro das principais feiras, juntamente com Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. Teve início por volta da década de 1980, passando a formar juntamente com os outros três municípios a *rota das feiras*. Sua organização espacial se deu no espaço público urbano de forma “espontânea” em condições de trabalho precárias, sem a presença de lideranças e pelos próprios toritamenses em busca de condições de escoamento de suas mercadorias.

²⁹A comercialização na *Feira da Sulanca* é organizada em dias alternados nas cidades de Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru. Cada cidade tem um dia na semana diferente para a realização da feira.

A *Feira da Sulanca* de Toritama constitui atualmente uma experiência singular, principalmente no que diz respeito à consolidação de um território comercial que garantiu um quadro institucional de funcionamento das *Feiras da Sulanca* no Agreste Pernambucano em meio ao Centro Comercial Parque das Feiras. Aprender essa organização comercial representou um desafio para esta pesquisa, pois estávamos diante de um fenômeno que vem sofrendo modificações e reconfigurações sistemáticas, ao longo da trajetória do Polo. Neste momento, nos deteremos nos feirantes que comercializavam nos bancos/barracas de madeira, mas também naqueles alocados em lonas e em carroças, compondo, assim, um quadro heterogêneo de atividades comerciais na feira.

Na tentativa de situar a atual espacialidade composta pela feira, foi firmado em 2001, um Termo de Ajustamento de Conduta entre a AFEST, o Poder Público Municipal e os gestores do Parque das Feiras, sob a mediação do Ministério Público. Um Termo de Ajustamento de Conduta, segundo o qual, a *Feira da Sulanca* foi mantida sob determinadas condições ao lado do Centro Comercial Parque das Feiras, conforme consta nos itens que seguem³⁰:

PARÁGRAFO PRIMEIRO³¹: O espaço cedido nesta oportunidade pela SEGUNDA COMPROMISSÁRIA deve ser suficiente para acolher 700 feirantes.

PARÁGRAFO SEGUNDO³²: A SEGUNDA COMPROMISSÁRIA assume ainda, as seguintes obrigações: 1) Não cobrar aluguel ou qualquer taxa aos sulanqueiros; 2) ceder o estacionamento e as instalações sanitárias para os sulanqueiros e seus fregueses; 3) fornecer segurança para o local que abrigará os sulanqueiros sem ônus para os mesmos; 4) ceder o espaço todo pavimentado (calçado) e de forma permanente em todas segundas e terças feiras e eventualmente e eventualmente em outros dias em eventos que envolvam a atividade sulanqueira; 5) fornecer sem ônus toda a infraestrutura para a realização da FEIRA PÚBLICA DA SULANCA e que porventura não estejam discriminadas no presente termo de ajustamento de conduta.

CLÁSULA QUARTA – O PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO se obriga além de transferir de imediato a FEIRA PÚBLICA DA SULANCA, a organizar permanentemente a realização da FEIRA PÚBLICA DA SULANCA através de seus funcionários e guardas municipais ficando responsável ainda, pela padronização dos bancos;

CLÁSULA QUINTA – O COMPROMITENTE poderá fiscalizar a execução do presente acordo, tomando as providências cabíveis, sempre que necessário, sem prejuízo da fiscalização ordinária e extraordinária pelos órgãos competente;

³⁰ O compromissário é a Prefeitura Municipal de Toritama enquanto pessoa jurídica de direito público interno tendo como representação o prefeito Waldonísio Izidro Pereira.

³¹⁻³¹ Referem-se à clausura terceira.

CLÁUSULA SEXTA – O presente termo de compromisso de ajustamento de conduta obrigará os sucessores a qualquer título de SEGUNDA COMPROMISSÁRIA. (Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta N° 003/01 – Ministério Público do Estado de Pernambuco – Promotoria de Justiça de Toritama).

Mesmo com essas condições propostas em acordo formal, observamos que, na prática entre os espaços e as atividades que lhes correspondem, esses ultrapassam os limites espaciais propostos. Desde a sua primeira constituição – na área urbana da cidade de Toritama – a dinâmica comercial se espalhava e adentrava para novos espaços, constituindo certa dificuldade dos diversos sujeitos de se organizarem de tal modo que se mantenham dentro dos limites de um espaço estipulado pelo poder público.

A primeira cláusula do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC relata o cenário caótico dos feirantes, compradores e moradores de Toritama, no momento em que a *Feira da Sulanca* estava sendo deslocada para a nova área da cidade:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO admite que são procedentes as informações de que o local onde fica a FEIRA PÚBLICA DA SULANCA é realizada, está dentro das Faixas de Segurança reservadas pela DER e que os veículos, inclusive ônibus, que trazem Sacoleiros estacionem as margens da própria BR 104, causando perigo iminente de acidente às vidas dos feirantes, dos fregueses e da população toritamense;

CLÁUSULA SEGUNDA: O PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de transferir até o dia 16.10.2001. a FEIRA PÚBLICA DA SULANCA para o local seguro e que possua estacionamento e infraestrutura necessária e imprescindível, respeitando os ditames da legislação de trânsito e as demais que regem o tema;

CLÁUSULA TERCEIRA: A SEGUNDA COMPROMISSÁRIA ciente da inadequação do local onde a FEIRA PÚBLICA DA SULANCA é atualmente realizada cede a partir do próximo 16.10.2001 e pelo prazo de 50 (cinquenta) anos ao PRIMEIRO COMPROMISSÁRIO sem qualquer ônus ou contraprestação do espaço localizado no empreendimento comercial PARQUE DAS FEIRAS, em área de sua propriedade para abrigar exclusivamente a FEIRA PÚBLICA DA SULANCA. (Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta N° 003/01 – Ministério Público do Estado de Pernambuco – Promotoria de Justiça de Toritama).

O TAC, além de manter a *Feira da Sulanca* por 50 anos sob determinadas condições de organização e funcionamento, constituiu um marco regulatório na dinâmica das feiras populares e públicas do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. O marco regulatório assumido pelo TAC possibilitou uma maior intervenção do Poder Público Municipal e Estadual no processo de legitimação e normatização dos espaços comerciais que compõem o Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. O *status* público, mesmo dentro de um quadro

formal e institucional assumido pelo Poder Público Municipal, constitui um tipo de formalização mínima, que mantém as características de organização do trabalho informal, como condições de trabalho e infraestrutura precária, relações de trabalho familiares e pouca organização coletiva por parte desses trabalhadores. É necessário ressaltar que o TAC, para o Poder Público Municipal, tornou-se um veículo importante por constituir um quadro institucional para a feira, pois através da legitimidade de suas cláusulas tornaram-se administráveis os problemas internos e externos referentes à *Feira da Sulanca*, como a sua delimitação espacial e a interferência de outros espaços comerciais, evitando assim o caos no centro da cidade.

A *Feira da Sulanca*, conforme apuramos, envolve 3 (três) perfis de trabalhadores(as): os feirantes das bancas/barracas de madeira; os feirantes que vendem sua mercadoria em lonas; e os vendedores ambulantes. A legitimação da organização comercial da *Feira da Sulanca* proposto no TAC se refere exclusivamente aos feirantes dos bancos/barracas de madeira, não havendo reconhecimento de outras formas de organização comercial e do trabalho. Nesse sentido, essa organização interna baseada no TAC legitima somente os trabalhadores dos bancos/barracas de madeira, estabelecendo um reconhecimento parcial desses trabalhadores e dando um novo sentido ao trabalho dos ambulantes e vendedores em lonas: fortemente atrelado à *ilegalidade e clandestinidade*. Esses trabalhadores são banidos a cada fiscalização realizada e são reconhecidos por alguns feirantes como concorrentes desleais.

O Poder Público Municipal em contrapartida ao reconhecimento da legitimidade da *Feira da Sulanca*, fiscaliza as atividades comerciais realizadas na feira através da cobrança semanal de R\$ 10,00, atuando também no sentido de impedir a comercialização em lonas e de forma ambulante. Segundo os fiscais da prefeitura, o valor cobrado aos feirantes é destinado à infraestrutura e melhoria das condições de trabalho na feira.

A maioria dos *feirantes/sulanqueiros* da *Feira da Sulanca* é do sexo feminino. No início da feira e nos momentos de maior atividade comercial, observamos uma nítida divisão social do trabalho, onde às mulheres são destinadas as atividades de comercialização e aos homens, sobrinhos, primos ou amigos são destinados as atividades de transporte e reposição da mercadoria nos bancos/barracas de madeira. Os dados levantados sobre a *Feira da Sulanca* nos revelam que a presença feminina na comercialização é predominante, constituindo 73,3% das nossas entrevistadas e possuindo uma faixa etária entre 25 e 50 anos. Quanto a origem dos(as) trabalhadores (as) que se destinam ao trabalho comercial na *Feira da Sulanca* é

diversa: os feirantes ou eram oriundos da cidade de Toritama, ou das cidades do Polo de Confecções e de outros municípios pernambucanos.

Os bancos/barracas de madeiras constituem um equipamento de propriedade da família, onde as mercadorias produzidas nas várias unidades produtivas familiares são colocadas a venda. Muitos feirantes se dirigiram à cidade de Toritama pelo fato do banco/barraca de madeira ser de propriedade familiar, sendo compartilhado por todos os seus membros. Os nossos dados revelam que 46,7% dos feirantes/sulanqueiros são da cidade de Toritama, enquanto que 33,3% são das cidades do Polo e 20% são das cidades do entorno ao Polo. Esses dados expressam como a malha produtiva de confecções tem alcançado novos escopos, enquanto que a atividade comercial se cristalizou nas principais cidades produtoras do Polo (Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru).

Em relação ao nível de escolaridade dos(as) feirantes, a maioria possui o Ensino Fundamental Completo. Muitos deles ressaltam que *nasceram em meio ao trabalho e não puderam terminar os estudos*, relato recorrente. Observando os processos de formação do Polo de Confecções, o trabalho domiciliar e familiar sempre foi uma característica constitutiva das relações de trabalho, conferindo à criança ou adolescente uma funcionalidade nesses espaços de trabalho doméstico e familiar. Essa funcionalidade assumida na dinâmica do trabalho domiciliar/familiar de confecções é emblemática na vida desses indivíduos, como ressalta o estudo de Silva (2009) sobre juventude e trabalho no Polo: o desejo destes jovens do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano é sair da atividade produtiva situada no seio da família e montar o seu próprio fabrico, facção ou microempresa. Isso mostra como o trabalho representa um elemento central para estes indivíduos, perpassando as mais variadas etapas de suas vidas. Por esta atração que exerce o trabalho, entende-se a dificuldade da entrada de políticas públicas de combate ao trabalho infanto-juvenil e degradante nestas unidades produtivas familiares expressando na atualidade um gargalo no Polo de Confecções.

Alguns feirantes relatam que, anteriormente, o Poder Público Municipal promovia cursos de qualificação juntamente com o Sistema Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, em unidades móveis. Como evidencia a pesquisa de Pereira Neto (2011), a maioria desses cursos eram voltados para a dinâmica produtiva do Polo, tendo maior destaque o curso de corte e costura. Segundo nossos entrevistados, anteriormente ao estabelecimento do Território Comercial de Toritama, existiam algumas ações estratégicas do Poder Público Municipal e do SEBRAE no intuito de promover cursos de qualificação para o trabalho produtivo, existindo poucas e pontuais ações voltada para o trabalho comercial.

Os vínculos de trabalho dos sujeitos que comercializam nos bancos/barracas de madeira são baseados em relações de trabalho predominantemente informais e estão fortemente ligados a redes de relações de parentesco e amizade. Quanto às formas de pagamento estas variavam de acordo por comissão por peça vendida nos espaços de trabalho. O vínculo de trabalho baseado no salário por comissão é a forma predominante dos que trabalham na *Feira da Sulanca*, sendo que no *dia de feira* a renda dos trabalhadores gira em torno de R\$ 200,00 a R\$ 500,00. O período da pesquisa se deu entre julho e agosto de 2013, ou seja, no período de baixa nas vendas. Nesse sentido esses dados não são fixos, pois muitos dos feirantes relataram que em períodos de alta nas vendas chegam a ter uma renda semanal de R\$ 800,00 a R\$ 1000,00, chegando a vender toda a mercadoria antes mesmo da feira terminar.

Em relação à jornada de trabalho nos 3 (três) dias em que a *Feira da Sulanca* acontece, verificamos que ela chega a ser em média de 10 a 15 horas diárias. A feira inicia suas atividades às 3 horas da manhã e tem seu término por volta das 17 horas. Por mais que os espaços comerciais do entorno tenha uma jornada de trabalho fixa de 8 horas por dia, o *dia de feira* é o momento em que todos os espaços comerciais seguem a temporalidade comercial da *Feira da Sulanca*, extrapolando-a completamente.

A *Feira da Sulanca* ainda continua sendo, segundo os compradores e os feirantes, o espaço comercial que possui mercadorias de baixo custo, fator esse que faz com que esse espaço comercial mantenha certa competitividade com os espaços comerciais do entorno, inclusive com o Centro Comercial Parque das Feiras.

Como já colocamos anteriormente, a informalidade neste espaço comercial também se mantém dentro de um quadro institucional baseado em uma formalização mínima dos empreendimentos comerciais com o Poder Público Municipal. Essa relação garante o primeiro e possível vínculo entre os *feirantes/sulanqueiros* e o Poder Público Municipal, estabelecido a partir da garantia de condições mínimas para o trabalho e de uma arrecadação semanal de tributos. Essa formalização mínima assumida pela *Feira da Sulanca* expressa também a relação desses *feirantes/sulanqueiros* com os atores estratégicos que se inserem no Polo, sendo ao mesmo tempo indispensável para dar o suporte mínimo para o funcionamento da feira, frente às suas condições mínimas de trabalho e à sua permanência no Território Comercial de Toritama.

3.2.4 Organização Comercial e do Trabalho na *Feira da Invasão*

A *Feira da Invasão* é o espaço comercial mais recente do território comercial de Toritama, ao mesmo tempo em que se constitui como o palco mais emblemático de luta dos *feirantes/trabalhadores* – como assim se denominam – por um espaço reconhecido no Território Comercial de Toritama. Este mais novo espaço comercial iniciou suas atividades no mês de setembro do ano de 2012, quando aqueles que não tinham espaço de comercialização no território comercial decidiram ocupar com bancos ou barracas de madeira e lonas, a segunda rua à direita do Parque das Feiras. Atualmente, há de 30 a 50 feirantes em bancos/barracas de madeira e uma estimativa oscilante de 10 a 20 feirantes que comercializam em lonas, além de vendedores ambulantes. Os feirantes dos bancos/barracas de madeiras são organizados em três fileiras, sem nenhuma padronização da estrutura comercial ou presença de liderança interna no espaço comercial. Em um dos relatos dos *feirantes e trabalhadores*, fica evidente a luta desses pelo reconhecimento desse espaço comercial:

Nós começamos a ocupar esse lugar em setembro do ano passado (2012). Todo mundo precisa vender suas confecções e não temos como comprar um box no Parque das Feiras, nem conseguir um banco na feira. A Feira da Invasão está começando a “pegar” agora, os compradores estão chegando e nós não vamos sair daqui. A prefeitura precisa reconhecer a gente como parte da feira, organizar o lugar, mandar fazer a limpeza, colocar luz...³³

Observamos que a luta pelo reconhecimento da *Feira da Invasão* está sendo conduzida por meio da ocupação de uma área urbana não destinada pelo Poder Público para esse tipo de atividade. A legitimidade buscada pelos *feirantes/trabalhadores* se apresenta na tentativa de buscar condições mínimas (iluminação, banheiros, infraestrutura urbana, dentre outros) para o trabalho dentro do Território Comercial de Toritama, ao mesmo tempo em que tentam uma boa aceitação junto aos *feirantes/sulanqueiros*, enquanto integrantes da *Feira da Sulanca*. Trata-se de uma dialética do reconhecimento que perpassa inúmeras dimensões: geográfica; institucional; econômica; social e política, e, com isso, uma legitimidade do espaço comercial também junto ao Poder Público Municipal, assegurando assim, as condições mínimas para o trabalho, como fica claro em um dos relatos de nosso entrevistado:

³³ Entrevista concedida por feirante da *Feira da Invasão* em Julho de 2013.

A prefeitura vem demarcando onde deve ser a feira, mas a feira vem crescendo a cada ano, e nós precisamos de um espaço para vender as mercadorias... A prefeitura deve dar condição para trabalharmos aqui, está muito difícil trabalhar sem iluminação, sem banheiros, sem segurança ... mas não vamos sair daqui, até eles nos reconhecerem como feira. Precisamos trabalhar!³⁴.

Ao nos referimos antes sobre o quadro institucional proposto para o funcionamento da *Feira da Sulanca* deixamos claro a formalização mínima para o trabalho e o seu grau e limite de inserção do Poder Público, assumido através da manutenção de uma condição básica para o trabalho na feira. No relato exposto anteriormente, esse quadro institucional é legitimado igualmente pelos trabalhadores da *Feira da Invasão*, e estes trabalhadores *invasores* reconhecem a institucionalização como primordial para o funcionamento do espaço comercial, ao mesmo tempo em que reconhecem certo grau de inserção do poder público, como forma de assegurar as condições mínimas para viabilizar a dinâmica do trabalho. Busca-se também ao lado da informalidade uma certa formalização mínima que garanta as espacialidades definitivas e legais para as unidades comerciais ao lado das condições básicas ao trabalho na feira (iluminação, limpeza, organização espacial, dentre outros).

Nas nossas incursões em campo, a tentativa de estabelecer interlocução com os *feirantes/trabalhadores* da *Feira da Invasão* se estabeleceu em determinados momentos sob algumas dificuldades. O momento conflituoso vivido por esses feirantes com o poder público municipal fez com que fossemos confundidos com algum *agente* ou *fiscal*, o qual teria interesse em colher informações e levar para os órgãos públicos. Nesse sentido foi necessário deixarmos claro os propósitos da pesquisa e acionarmos alguns interlocutores da *Feira da Sulanca*, com os quais já havíamos estabelecido relações de confiança, para assim adentrarmos no espaço dos feirantes *invasores*. Uma vez que muitos dos que trabalhavam na *Feira da Sulanca* tinham familiares comercializando no novo espaço, a rede familiar de trabalho nos favoreceu viabilizar nossa entrada no espaço comercial e realizar a aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas.

Na tentativa de montar o perfil destes trabalhadores, o que ficou evidente, nos dados e nos primeiros resultados de pesquisa, foi que os *feirantes/trabalhadores* deste espaço de comercialização são em sua maioria do sexo feminino. Alguns dos homens e mulheres que atuam nesse espaço são oriundos da *Feira da Sulanca*, tendo dentro da nova feira a possibilidade de expansão do empreendimento comercial e dos postos de trabalho, agora

³⁴ Entrevista concedida por feirante da *Feira da Invasão* em Julho de 2013.

reproduzidos em uma rede maior de trabalho familiar. Os dados levantados expressam que 66,7% dos entrevistados são do sexo feminino. A faixa etária desses feirantes/trabalhadores oscila entre 18 e 35 anos. A entrada de jovens na comercialização era perceptível. Geralmente esses indivíduos migram da atividade produtiva para a comercial, como forma de adquirir uma nova posição na dinâmica do trabalho familiar comercial, assumindo assim uma dupla jornada de trabalho, tanto na atividade produtiva, quanto na atividade comercial.

A maioria dos trabalhadores da *Feira da Invasão* era composta por muitos jovens que ingressaram na escola e não concluíram seus estudos devido ao trabalho exercido na atividade produtiva familiar e doméstica de confecções.

Um dos fatores que faz com que a *Feira da Invasão* esteja começando a *pegar*, ou esteja começando a intensificar suas atividades comerciais, é o fato de reproduzir o atrativo original da *Feira da Sulanca*: o preço baixo de suas mercadorias. Em certos momentos, a *Feira da Invasão* chega a ser confundida com a *Feira da Sulanca*, seja através de sua infraestrutura comercial, pela maneira informal como funciona, seja pelas características de suas mercadorias ou a forma dos feirantes lidarem com os compradores. A renda semanal se dá predominantemente através do sistema de comissão por peça vendida, o trabalhador retira o valor de R\$ 1,00 ou R\$ 2,00 por unidade de confecção. Mesmo trabalhando na atividade produtiva e tendo na atividade comercial a oportunidade de ter um ganho maior, observa-se que a renda semanal da *Feira da Invasão* é umas das menores dentro do território comercial de Toritama, chegando a ser em torno de R\$ 200,00 por dia. A duração da jornada de trabalho da *Feira da Invasão* é a mesma da *Feira da Sulanca*, inicia-se às 3 horas da manhã e tem o seu término às 17 horas nos 3 dias (domingo, segunda e terça-feira) em que acontece a *Feira da Sulanca*.

Por mais que a *Feira da Invasão* reproduza as características da *Feira da Sulanca*, existem alguns traços que lhes são peculiares, com especial destaque para a insegurança na qual vivem os *feirantes/trabalhadores* que nela atuam. Estes enfrentam um conjunto de problema por não poderem contar com o reconhecimento público, o que os deixa num estado de conflitos permanente, bem como uma elevada incidência de trabalho infanto-juvenil, precárias infraestrutura precária e ainda auferem ainda uma renda semanal inferior, comparada a *Feira da Sulanca*. O que nos fica claro é que essa feira reproduz condições de trabalho em um nível ainda mais precário que a *Feira da Sulanca*, mantendo a informalidade longe de um quadro institucional vindo de instituições ou órgãos externos, mas constituindo um tipo de organização para o trabalho que emerge a partir da ação desses próprios

indivíduos, frente às formalizações e normatização dos espaços comerciais, principalmente o da *Feira da Sulanca*.

É notório no Território Comercial de Toritama o fato de que quanto mais se formalizam os empreendimentos, as relações de trabalho e os espaços comerciais, em ritmo igualmente rápido ocorre a emergência de espaços comerciais distantes dessas normatizações. A dinâmica econômica, social e política desses novos espaços mesmo reproduzindo a informalidade em um nível ainda mais inferior à *Feira da Sulanca*, só faz reafirmar o quanto o trabalho informal aparece como característica constitutiva e marcante ao Território Comercial de Toritama e no Polo de Confecções.

Assim, o que pudemos apreender foi que esses *feirantes/trabalhadores* reproduzem – frente aos outros espaços comerciais – um nível ainda mais precário e informal de relações de trabalho, longe da ação dos vários atores estratégicos que se inserem gradualmente nesta dinâmica do trabalho comercial no Polo de Confecções no intuito de colocarem em prática ações de normatizações, formalizações e regulações do trabalho comercial.

3.2.5 Organização do trabalho e Estruturação Comercial nas Grandes Lojas

A centralização da dinâmica comercial de confecções em Toritama, por meio da construção do Parque das Feiras e da realocação da *Feira da Sulanca*, contou ainda com a instalação, no seu entorno, de Grandes Lojas de marcas. Completou-se, assim, um quadro no qual os estabelecimentos comerciais para a venda do *jeans* e demais produtos de confecção da região, mantiveram entre si uma discrepante diferenciação, quanto ao tamanho dos estabelecimentos, as condições de funcionamento, a quantidade e a natureza dos vínculos de trabalho. A mais recente reconfiguração desse processo de estratificação da malha comercial estabelecida na referida área ocorreu com a emergência da *Feira da Invasão*, já comentada anteriormente.

Este Território Comercial tornou-se – ao longo do tempo – um palco de visibilidade das grandes marcas que se estabeleceram nas Grandes Lojas, sendo um espaço comercial com um intenso processo de distinção das mercadorias produzidas, seja seguindo a tendência

nacional da moda, seja firmando um segmento específico para as mercadorias produzidas diferente da *sulanca*. As Grandes Lojas são espaços de comercialização das principais marcas de *jeans* e de outras confecções do Polo. Encontram-se distribuídas no entorno do Parque e se diferencia-se por constituírem um espaço comercial com um intenso processo de distinção das mercadorias, pois ao lado das principais marcas de *jeans* também comercializam roupas do estilo *surf wear*; moda infanto-juvenil; moda casual; moda alternativa; *lingerie*; mosquiteiros; e artigos de confecções para o lar (lençóis, colchas, confecções).

A entrada enquanto pesquisador nas Grandes Lojas foi dificultada pelo caráter corporativo das empresas e pela regra adotada de que os funcionários não poderiam nos conceder entrevistas. Uma das estratégias de pesquisa que adotamos foi dialogar com os gerentes das empresas explicando os propósitos da pesquisa, o que nos foi fundamental para superar as dificuldades iniciais e poder assim ter acesso a estas unidades comerciais.

Este tipo de empreendimento possui um corpo de 15 a 30 trabalhadores nas vendas e na administração, distribuídos nas diversas funções: coordenadores de vendas, programadores de estoque, *designers* de moda, contadores, auxiliares de serviços gerais, propagandistas, etc.

No que se refere ao sexo, o perfil dos(as) trabalhadores(as) destes espaços se mostrou misto. Observa-se que as Grandes Lojas empregavam trabalhadores de ambos os sexos. Têm como requisitos principais para a contratação: idade acima de 18 anos; ensino médio completo ou algum curso técnico em vendas. Foi-nos informado que, em momentos de intensa atividade comercial, são contratados trabalhadores temporários, tendo os mesmo pré-requisito específico para esse tipo de contratação, ou seja, com faixa etária de 18 a 35 anos e o ensino médio completo ou curso técnico.

Segundo os relatos dos trabalhadores, as Grandes Lojas só contratam trabalhadores com carteira de trabalho assinada e com os direitos trabalhistas assegurados ou, como diziam os interlocutores, *fichados*, tendo sua renda estabelecida sob a forma de assalariamento quinzenal ou mensal. Os trabalhadores que não possuem a carteira de trabalho assinada são temporários, também recebendo o salário por quinzena. A renda mensal dos trabalhadores era em torno de R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00.

Segundo um dos gerentes das Grandes Lojas, a falta de trabalhadores com ensino médio completo é algo preocupante para os empresários e para o desenvolvimento da cidade, pois existe muita oportunidade de emprego e os que têm não exigem nenhum tipo de qualificação profissional. Algumas instituições de qualificação profissional, como o SEBRAE e SENAI e cursos de alfabetização do EJA por meio da ACIT, promovem cursos de

qualificação para o trabalho e para a alfabetização desses trabalhadores, mesmo assim poucos trabalhadores vêm participando destas ações. O que observamos nas Grandes Lojas foi que essas ações têm acontecido de forma isolada, focalizadas e direcionadas para o trabalho comercial, através de palestras ou treinamentos dentro do próprio estabelecimento. Observamos também, em alguns casos, que o aprendizado para o trabalho comercial era transmitido de maneira informal: dos trabalhadores veteranos para aqueles que estavam iniciando na atividade comercial. Essa característica é tão marcante que aqueles trabalhadores que absorvem o *habitus* comercial das Grandes Lojas ou constituem uma trajetória de êxito e reconhecimento que alguns chegam a ascender socialmente na hierarquia do trabalho e a liderar o grupo dos(as) *trabalhadoras(os)/vendedores(as)*. Segundo uma de nossas entrevistadas, a trajetória individual do trabalhador dentro das Grandes Lojas dava-lhe a possibilidade de ascender socialmente, exercendo novas posições dentro do trabalho, ao mesmo tempo em que o êxito no trabalho era uma porta de entrada para o trabalho em outras Grandes Lojas.

No que se refere a jornada de trabalho nas Grandes Lojas, ela compreendia 8 horas diárias com folga nos dias em que a *Feira da Sulanca* não ocorre. O que observamos é que nos empreendimentos comerciais existe um controle de entrada e saída de trabalhadores, via monitoramento por sistema de cartão eletrônico, além de um monitoramento eletrônico por câmeras.

A constituição de uma nova forma de gestão e organização com as Grandes Lojas, diferentemente dos outros espaços comerciais, possibilitou novos tipos de relações de trabalho. Do ponto de vista da organização e gestão empresarial, o padrão adotado nesse espaço comercial era diferenciado: com o uso de informática, contabilidade organizada, *marketing*, algum plano de carreira, vínculos com associações de lojistas, maior inserção nas organizações empresariais locais e estaduais, tendo participação crescente em mercados mais exigentes. No período de *baixa* nas vendas realizavam a venda para mercados de outras regiões do país e até do exterior (Angola, Guiné Bissau, Paraguai, Chile, entre outros). Uma das principais formas de ampliação dos mercados das Grandes Lojas tem ocorrido com sua participação nas Rodadas de Negócios que têm sido promovidas todos os anos pela Associação Comercial e Industrial de Toritama – ACIT, como fica evidente na pesquisa de Lima (2011). Atualmente, outros meios de comercialização têm sido introduzidos, a exemplo da venda e propaganda com a constituição de sites pelas grandes marcas. Propaganda em

emissoras de TV e patrocínio de eventos esportivos nacionais vêm sendo também introduzidos.

A implantação do Centro Comercial Parque das Feiras possibilitou a configuração de um território comercial heterogêneo, ao mesmo tempo integrado entre si e à dinâmica mais geral do Polo, com novos atores se constituindo ou sendo inseridos nessa conformação. Na sequência, nos deteremos sobre os principais atores coletivos estratégicos em constituição no Polo e como esses se articulam entre si, se posicionando sobre a dinâmica social e comercial que se estabelece, principalmente quanto à natureza e alcances dos processos de formalização que estão em curso no Polo.

IV ATORES ESTRATÉGICOS E A DINÂMICA FORMAL-INFORMAL DO TRABALHO NO TERRITÓRIO COMERCIAL DE TORITAMA

Neste capítulo, procuramos situar os principais órgãos e instituições que se inserem na dinâmica do trabalho no Centro Comercial Parque das Feiras e no seu entorno, principalmente como esses vêm atuando frente à dinâmica do trabalho formal-informal. O surgimento do Centro Comercial Parque das Feiras e a centralização de outros espaços comerciais no seu entorno fizeram com que emergissem uma gama de associações e organizações coletivas de confeccionistas, comerciantes, feirantes, trabalhadores, lojistas e empresários para gerirem os espaços comerciais constituídos nessa área. Tal fato, ao mesmo tempo, vem constituindo uma possível intermediação com as várias instituições e órgãos que gradualmente se inserem na dinâmica do trabalho comercial de Toritama e do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.

Assim, o cenário que temos é formado por nichos comerciais distintos (Parque das Feiras, Grandes Lojas, *Feira da Sulanca* e *Feira da Invasão*) com representações coletivas singulares e mediadoras das relações com outros atores estratégicos que atuam de forma singular e distinta nesta heterogeneidade de espaços comerciais existentes, demonstrando interesses e discursos próprios em relação ao trabalho.

As associações vêm sendo as principais catalizadoras de outros atores estratégicos que se inserem gradualmente no Polo, como instituições de qualificação profissional, instituições de ensino, de formação para o empreendedorismo, agências financiadoras, dentre outras. A partir das demandas produzidas por essas associações, as várias entradas desses atores têm se colocado de forma efetiva na tentativa de reconfigurar a dinâmica do trabalho de modo a *modernizar*, racionalizar, regulamentar, normatizar e formalizar as relações de trabalho. Esses próprios atores vêm enfrentando tensões diante das características históricas desse território produtivo e comercial, como a informalidade, o trabalho familiar e a qualificação profissional mínima adquirida através das relações familiares e de parentesco.

Este quadro nos levou a lançarmos as questões norteadoras que se seguem: *como os comerciantes/trabalhadores vêm assimilando ou não as ações destes atores estratégicos nos distintos espaços comerciais? Quais espaços comerciais estes atores estratégicos vêm atuando? Como estas ações tem se colocado frente à dinâmica histórica do Polo, quem tem a informalidade e as relações de trabalho familiares como pilares históricos de sua*

constituição e reprodução? Foram estas questões que nortearam nossas reflexões, neste sentido tentaremos refletir como este tipo de relação tem implicado em mudanças nas relações de trabalho e nas manifestações formal e informal.

4.1 Apresentação dos Atores Institucionais Presentes em Toritama

Em nossas observações constatamos que o Polo de Confeccões na medida em que foi se ampliando, adentrando as novas arenas de comercialização e espraiando a sua malha produtiva, possibilitou que novos atores coletivos começassem a se organizar neste território, ao mesmo tempo em que os atores coletivos *antigos* se inserissem com uma maior efetividade, buscando assumir novas posições no território produtivo-comercial que, ao longo do tempo, foram ganhando expressividade junto aos arranjos produtivos e comerciais de confeccões do Nordeste e do Brasil.

A constituição gradual do quadro de espacialidades comerciais em Toritama nos revelou que paulatinamente esses espaços se consolidaram e se estabeleceram de forma legítima. Tanto os novos como os antigos atores coletivos se posicionaram de forma mais efetiva na dinâmica do trabalho comercial, agora dentro de um quadro cada vez mais heterogêneo.

Este quadro tem se revelado como um fator importante na dinâmica endógena e exógena do território comercial, seja no sentido de gerir a dinâmica administrativa desses espaços comerciais, seja por assegurar a sua representatividade frente às várias instâncias, como o Poder Público Municipal e Estadual e às várias instituições privadas que se inserem gradualmente no Polo. O espaço comercial público, mais particularmente conhecido como a *Feira da Sulanca*, tem sua representatividade assumida pela Associação dos Feirantes e Sulanqueiros de Toritama – AFEST, que atua de forma conjunta com o Poder Público Municipal com o objetivo de manter a delimitação espacial assumida pelo seu marco regulatório³⁵ e proporcionar as condições básicas ao trabalho. Já o Parque das Feiras e as Grandes Lojas tem sua representatividade assumida pela Associação Logística Parque das Feiras – ALPF, ao mesmo tempo em que esta tem o objetivo de gerir administrativamente o Centro Comercial. Também registramos vínculos de comerciantes com outras associações,

³⁵ Estamos nos referindo ao Termo de Ajustamento de Conduta que efetiva a permanência da *Feira da Sulanca* durante 50 anos, numa delimitação espacial específica para a atividade comercial.

como a Associação Comercial de Toritama – ACIT que promove novas arenas comerciais fora do grande Centro Comercial, geralmente no período de baixa das atividades comerciais, mais particularmente nos períodos de intervalo entre as principais datas comemorativas do ano.

Como mencionamos anteriormente, essas associações são as principais catalizadoras para a entrada dos atores estratégicos na dinâmica produtivo/comercial do Polo, incluindo o Território Comercial de Toritama. As várias parcerias se organizam regularmente a partir de suas demandas assumidas pelas próprias associações com os atores estratégicos (instituições de ensino, qualificação profissional, qualificação para a gestão e agências financiadoras), tendo como objetivo de redirecionar a dinâmica comercial e do trabalho no sentido da sua formalização. No decorrer deste capítulo tentaremos deslindar as principais formas de ação desses atores coletivos e suas principais inserções no Território Comercial de Toritama.

4.1.1 Poder Público Municipal e Estadual

O Poder Público Municipal (e em muito menor proporção o Estadual) é o órgão com mais direta atuação no Território Comercial de Toritama. Tal atuação não atinge só o Centro Comercial Parque das Feiras e as Grandes Lojas, mas, sobretudo, a *Feira da Sulanca*, que se encontra sob sua administração. Seu objetivo, neste caso, tem sido o de reorganizar o espaço público urbano, manter uma espacialidade comercial normatizada³⁶ e operar a arrecadação de impostos dos empreendimentos ali atuantes.

O marco regulatório assumido pelo Termo de Ajustamento de Conduta para a permanência da *Feira da Sulanca* favoreceu ao Poder Público um primeiro quadro normativo para a sua delimitação espacial da feira: suas condições de funcionamento e de trabalho. Atualmente, o Poder Público Municipal, juntamente com a AFEST, tem como objetivo manter essa espacialidade comercial e seus limites dentro do território comercial de Toritama.

Os Fiscais do Poder Público Estadual têm feito visitas regulares aos espaços comerciais, especialmente no sentido de advertir os empreendedores sobre sua formalização junto à Receita Estadual. À Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de

³⁶ Área urbana específica destinada à comercialização.

Pernambuco, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, cabe a fiscalização mais especificamente sobre a observância das garantias trabalhistas.

As atuações dos poderes públicos municipal, estadual e federal vêm se estabelecendo de modo complementar, já sinalizando com uma presença marcante, mas ainda se mantêm sob certa distância e com alguma tolerância frente aos elevados graus de informalidade ainda vigentes naquela região.

4.1.2 Associação dos Lojistas do Parque das Feiras – ALPF

O Centro Comercial Parque das Feiras passou a ser administrado em 2003 pela Associação dos Lojistas do Parque das Feiras – ALPF, a qual conta atualmente com mais de 800 associados dos boxes e lojas. A ALPF administra o Parque das Feiras na forma de condomínio, sendo mantido por uma arrecadação semanal para a manutenção das condições mínimas para realização do trabalho comercial, como limpeza, segurança, gastos de energia, entre outros.

Desde a sua inauguração, a Associação é responsável por promover alguns cursos de qualificação profissional e cursos de alfabetização para os seus associados e atualmente tem como objetivo implantar uma unidade de ensino dentro do Centro Comercial com o objetivo promover cursos técnicos e profissionalizantes para os empreendedores e a população local, como ressalta o Presidente da ALPF:

Quando os empreendedores chegaram aqui, começaram a comercializar da mesma maneira que faziam na *Feira da Sulanca*, chamando os clientes aos gritos, se alimentavam e dormiam dentro dos bancos. Foi necessário criar parcerias com o SEBRAE para promover cursos de qualificação profissional dentro do Parque das Feiras, ao mesmo tempo em que, de vez em quando, se fazia a *circular*³⁷. Muitos deles não sabiam nem escrever o nome, para assinar os cheques, daí montamos turmas de alfabetização do EJA.³⁸

Segundo Andrade (2008), a diretoria da entidade vem buscando uma aproximação institucional com as organizações de ensino superior para oferecer aos *empreendedores*,

³⁷A circular é uma ronda realizada pelo dirigente do Parque das Feiras no intuito de punir as práticas que não são compatíveis com as normas do centro comercial.

³⁸Entrevista concedida em 25/Julho/2013.

palestras sobre *designer* de moda e *marketing*, como as realizadas pela da Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional – FADIRE, faculdade sediada em Santa Cruz do Capibaribe.

Esse primeiro movimento, de inserção algumas instituições por intermédio do Parque das Feiras, consolidou a primeira entrada de ações regulamentadoras e normatizadoras dentro desse espaço comercial, ao mesmo tempo em que novas parceiras foram oficializadas ligadas à alfabetização e qualificação profissional (EJA, cursos de qualificação do SEBRAE, consultorias do SENAI, dentre outros).

A ALPF constitui um veículo de entrada de várias instituições de qualificação profissional, qualificação para a gestão de empreendimentos, associações comerciais e de órgãos públicos e privados para a reconfiguração da dinâmica comercial e do trabalho que, traz em si, os modos e costumes advindos da *Feira da Sulanca*.

Quanto às iniciativas da ALPF, cabe frisar o pioneirismo nas parceiras com as mais diversas instituições de qualificação profissional e de gestão de empreendimentos (SEBRAE e SENAI) e a relação que estabeleceu com os Poder Público Municipal e Estadual. Por meio desse movimento inicial entre as associações e as instituições privadas, foi possível consolidar uma parceria do Centro Comercial com o Poder Público Municipal através da regulamentação junto à prefeitura do uso do Alvará de Funcionamento para os empreendimentos comerciais, tendo como objetivo manter os vínculos desses empreendedores com o órgão público municipal e também estadual, sejam empreendimentos formais ou informais. A entrada dessas instituições e órgãos no Centro Comercial propiciou um primeiro impulso no sentido da normatização e racionalização dos empreendimentos e das relações de trabalho. As parcerias firmadas pela ALPF com estas instituições e órgãos se construíram de forma complementar, constituindo uma tentativa ainda que gradual de uma normatização e formalização das relações de trabalho.

A ALPF promove anualmente o Festival do *Jeans*, esse evento é de grande notoriedade para as lojas do Parque das Feiras, que ao longo do tempo vem ganhando espaço juntamente com as Grandes Lojas no seu entorno. Várias estratégias de *marketing* são utilizadas no sentido da *distinção* frente aos outros espaços comerciais e, principalmente, na tentativa de construir uma nova imagem das confecções comercializadas no Território Comercial de Toritama, enquanto confecções que fazem parte dos circuitos da moda, assumindo um caráter moderno em relação à *sulanca*, caracteristicamente uma mercadoria popular, sem marca e que não segue uma tendência ou coleção específica. O Festival de

Cultura e Moda Pernambucana acentua o processo de diferenciação interna dos empreendimentos comerciais em Toritama, principalmente no que diz respeito à visibilidade de parte dos seus empreendimentos comerciais que participam do evento – lojas do Parque das Feiras e Grandes Lojas. Nossa primeira pesquisa realizada em 2010³⁹ traz elementos importantes para refletir sobre a gradual diferenciação interna e histórica assumida pelos empreendimentos comerciais atuantes em Toritama, demonstrando que o Território Comercial de Toritama vem se estabelecendo através de um processo interno de diferenciação comercial. Diante disso, o Festival do *Jeans* de Toritama, realizado anualmente, vem reforçando e acentuando esse processo interno de *distinção* e diferenciação dos empreendimentos comerciais através do propagado discurso da *moda pernambucana*. Cabe frisar que os empreendimentos que participam desse evento são em maioria formais e comercializam suas mercadorias em larga escala.

Em relação às limitações do desenvolvimento do Parque das Feiras, elas resultam da falta de incentivo dos entes governamentais e a alta burocracia para a concessão de créditos em bancos, já que uma parcela dos empreendimentos comerciais ainda é informal, como ressaltamos anteriormente quanto aos boxes comerciais. Pelo que podemos observar, apesar desses limites apontados, a atuação da Associação potencializa a ação de instituições de qualificação profissional, de modernização organizacional, de regulamentação do trabalho e de normatização dos espaços comerciais, consistindo assim, um veículo de um certo tipo de formalização dos empreendimentos e das relações de trabalho, o qual tentaremos analisar no decorrer deste capítulo.

4.1.3 Associação dos Feirantes e Sulanqueiros de Toritama – AFEST

Outra associação existente em Toritama e que entramos em contato foi a dos feirantes e sulanqueiros. A Associação dos Feirantes e Sulanqueiros de Toritama - AFEST surgiu em 2002, na tentativa de propiciar visibilidade aos feirantes e *sulanqueiros* durante a realocação da *Feira da Sulanca* para o entorno do Parque das Feiras e durante as várias negociações que se sucederam para a sua permanência no Território Comercial de Toritama. A associação, ao denominar os trabalhadores enquanto *feirantes* e *sulanqueiros*, expressa uma dubiedade na

³⁹ Pesquisa intitulada “A informalidade no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano: processos de diferenciação dos empreendimentos comerciais e suas implicações para as relações de trabalho”.

representação desses trabalhadores, principalmente, pelo modo como estão se inserindo em uma disputa por reconhecimento na realidade. Como ressalta Bourdieu (1989), um reconhecimento que implica processos de revelação e construção da identidade social, exercido pela objetivação do discurso, seja na tentativa de manter a identidade de *sulanqueiro* e ao mesmo tempo do reconhecimento enquanto *feirante*, constituindo assim uma fragmentação discursiva e de reconhecimento dos trabalhadores da *Feira da Sulanca*.

Após a inauguração do Parque das Feiras, houve da parte do Poder Público Municipal uma ação no sentido de trazer os feirantes/sulanqueiros para se estabelecerem no entorno do Parque das Feiras, mas muitos deles resistiram e, assim, continuaram na área urbana da cidade de Toritama. Com a mediação do Ministério Público, foi acordado um Termo de Ajustamento de Conduta, por meio do qual foi mantida a *Feira da Sulanca* sob determinadas condições para a sua permanência no entorno ao Parque das Feiras, tendo participação das seguintes instituições: a Associação Logística Parque das Feiras – ALPF e os representantes do Poder Público Municipal de Toritama, como relata um dos presidentes da AFEST:

Com a mudança da *Feira da Sulanca* para se alocar ao lado do Parque das Feiras, o Ministério Público, em nome do promotor de justiça José Sergio Gadelha, previu que nós iríamos ter problemas depois que o Parque das Feiras se estabelecesse, não iria aceitar a feira ao lado, então o que ele orientou, aconselhou, foi que nós criássemos uma associação para que coletivamente pudéssemos lutar pelos nossos direitos, isso foi feito em 2002. A associação surgiu um ano após a inauguração do Parque das Feiras, tinha uns 30 associados, hoje tem 566 associados.⁴⁰

A Associação dos Feirantes e Sulanqueiros de Toritama – AFEST constitui um primeiro movimento dos feirantes/sulanqueiros pelo reconhecimento da área na qual estava se inserindo a *Feira da Sulanca*, constituindo até hoje o principal ator coletivo de negociação, mediação de conflitos entre os feirantes/sulanqueiros e de organização dentro do território comercial.

Atualmente, a AFEST realiza anualmente duas reuniões com os feirantes/sulanqueiros e sempre que necessário algumas extraordinárias. De acordo com o presidente da AFEST, o interesse dos associados em participarem das reuniões e dos cursos promovidos pela associação é muito fraco. Muitos dos feirantes/sulanqueiros relatam que costumam participar das reuniões quando o espaço da *Feira da Sulanca* sofre interferência dos outros espaços

⁴⁰ Entrevista concedida em julho de 2013.

comerciais ou na resolução de conflitos entre os feirantes ou com os trabalhadores de outros espaços comerciais.

As principais ações da AFEST acontecem visando a melhoria das condições de trabalho dos feirantes ali inseridos e, em alguns casos, na resolução de conflitos entre os próprios trabalhadores, como a interferência no espaço de comercialização por parte de um em relação a outro e de concorrência desleal (a venda de mercadorias a preço muito baixo).

A AFEST mantém uma arrecadação de tributos semanal destinado obras de infraestrutura da feira, como a melhoria do calçamento da feira, iluminação, dentre outros.

Além da Associação, o Poder Público Municipal vem sendo o principal aliado nas melhorias das condições de trabalho na Feira da Sulanca, sendo o principal intermediador das ações junto à AFEST. Durante nossas entrevistas não foi registrada nenhuma instituição privada que tenha uma relação mais direta com a regulação do trabalho na feira, bem como ações de organização, normatização e formalização – mesmo que seja uma formalização mínima. Estas ações têm sido promovidas pelo Poder Público Municipal, e vem atingindo as unidades comerciais (bancos/barracas de madeira), embora mantendo ainda as relações de trabalho ainda informais, familiares e precárias.

O que observamos foi que as ações da AFEST juntamente com o Poder Público Municipal têm se centrado no sentido de uma melhoria da infraestrutura e das condições de trabalho, não incidindo de forma mais efetiva na regulamentação das relações de trabalho, particularmente no sentido de sua formalização.

4.1.4 Banco do Brasil

A cidade de Toritama possui atualmente uma única agência do Banco do Brasil – BB e a sua inauguração ocorreu no final de 2005. Entre as políticas de crédito, a política instaurada para de liberação de recursos do Banco do Brasil tem o maior acesso pelos pequenos comerciantes e produtores de confecções de Toritama, geralmente recorrida aos empréstimos, seja eles destinados para a aquisição de máquinas ou compra e ampliação de unidades comerciais. Composto em sua maioria por pequenos empreendedores informais, o que impede a comprovação de garantias requeridas pelos agentes financeiros oficiais, dos que conseguem financiamento, a maioria mantém uma imagem de credibilidade junto à agência,

ao honrarem os compromissos firmados nos prazos estabelecidos (Andrade, 2008). Segundo nossos entrevistados, os produtores/comerciantes que possuem o empreendimento formalizado junto à Receita Federal têm maiores condições de acesso não só às linhas de financiamento destinadas a investimentos na produção/comercialização, como também a linhas destinadas a outros fins.

Como vimos, geralmente algumas ações se estabelecem por intermédio das Associações. Segundo Andrade (2008), estas dão-se com a ACIT e o SEBRAE, onde esse último vem atuando como intermediário entre a ACIT e o BB para a obtenção de recursos para serem investidos no desenvolvimento de projetos da Associação.

O grau de adesão dos pequenos comerciantes de Toritama aos programas oferecidos por essa instituição tem sido incipiente e desigual, haja vista que aqueles que conseguem usufruir das modalidades de crédito, quase que exclusivamente, eram os donos de unidades produtivas e comerciais de maior porte. Em entrevista com uma das comerciantes da *Feira da Sulanca*, ficou clara a dificuldade de adquirir investimento das instituições de crédito, devido à informalidade:

O que impede de termos uma melhor condição de trabalho é a dificuldade de conseguir um empréstimo junto ao banco. Como somos informais e não podemos comprovar renda, às vezes a feira dá muito dinheiro e às vezes não.
41

Por mais que a instituição mantenha sua linha de financiamento para os comerciantes ou produtores formais, o que nos ficou claro é que existe certa flexibilidade com relação aos trabalhadores informais, sobretudo aqueles que mantêm um vínculo fortificado de confiança e credibilidade conquistado ao longo do tempo, estabelecendo um laço de solidariedade social que é constituído historicamente.

4.1.5 Caixa Econômica Federal

Outra agência bancária existente em Toritama é a Caixa Econômica Federal tendo surgido no ano de 1990, constitui a mais antiga agência financeira da cidade. Trata-se de uma

⁴¹ Entrevista concedida por um feirante em 17/Julho/2013

das entidades de maior importância para a resolução de problemas referentes à necessidade de crédito dos comerciantes, visto que as empresas maiores – geralmente formalizadas – usufruem das linhas de financiamento oferecidas pela instituição, sejam elas investidas nas atividades relacionadas ao setor de produção, ou de comercialização. Cabe destacar que, em sua maioria, os produtores e comerciantes informais solicitam o financiamento para comprar ou ampliar boxes ou lojas no Parque das Feiras e em outros espaços comerciais ou, ainda, para adquirir matéria prima - em grande quantidade - nos períodos de alta nas vendas, algo recorrente nos contratos firmados.

O que observamos foi que mesmo tendo uma linha de financiamento específica para os empreendedores formais – aqueles que podem comprovar renda fixa –, existe certa flexibilidade quanto aos compromissos das dívidas para aqueles empreendedores informais, tendo em vista a relação conquistada ao longo do tempo com a utilização dos serviços prestados junto à agência.

4.1.6 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI

O SENAI em Pernambuco foi uma das primeiras instituições de qualificação profissional instalada no Brasil, tendo suas sedes situadas no Agreste Pernambucano: a Escola Técnica SENAI de Caruaru e a Escola Técnica SENAI de Santa Cruz do Capibaribe. Ambas disponibilizam programas de capacitação profissional com o propósito de atender às necessidades empresariais locais. O que se ressalta é como a instituição – ao longo do tempo – tem se voltado para a realidade local, direcionando ações específicas e promovendo um quadro institucional de cursos e ações estratégicas para atividades de produção e comercialização no Polo. De acordo com Pereira Neto (2011), a direção do SENAI em Pernambuco, diante da realidade do Polo, vem procurando readequar as rápidas mudanças em curso no seu ambiente institucional, frente as quais não está só submetida, mas também profundamente participando como agente protagonista.

A unidade de Caruaru oferece suporte ao Polo de Confecções através de cursos técnicos de aprendizagem e de qualificação para o trabalho, registra-se a participação de trabalhadores da produção e comercialização de Toritama.

Com relação à unidade de Santa Cruz do Capibaribe, são ofertados cursos técnicos de *designer* de moda, de supervisor de vestuário e outros cursos profissionalizantes (gestão, confecção e mecânica) para o público em geral. O SENAI vem oferecendo minicursos na tentativa de despertar para a necessidade de importância da qualificação da mão-de-obra.

Como observamos, as associações coletivas em Toritama, mais particularmente a ALPF, vem ao longo do tempo, estabelecendo um contato mais próximo com as duas unidades do SENAI em Pernambuco, assumindo uma postura de relacionamento e envolvimento sob o signo da parceria – antes não estabelecida – e promovendo um mecanismo de captação e formulação de demandas locais.

O que ficou claro em nossas entrevistas foi que já existe uma qualificação profissional adquirida ao longo do processo de socialização, quer no âmbito familiar, quer nas primeiras experiências de trabalho. Mesmo assim, observa-se um movimento, por parte das Associações em parcerias com as instituições de qualificação profissional, no sentido de formalizar, racionalizar e legitimar o aprendizado prático informal.

Apesar dessas iniciativas, nos foi informado que há resistência por parte dos *empreendedores*, feirantes ou lojistas em participar dos cursos e palestras promovidos. Isto ficou claro na fala de um dos nossos entrevistados que trabalhou na *Feira da Sulanca* e atualmente, trabalha no Parque das Feiras:

Esses cursos que o Parque da Feira vem oferecendo, é tudo o que apreendemos em casa e na lida com o povo na feira...Eu não tenho interesse em participar, acho que não precisa estudar para trabalhar no comércio... Meu pai me levava pra feira desde criança e fui aprendendo desde cedo a trabalhar no comércio.⁴²

Salienta-se, ainda, o trabalho firmado em parceria com o SEBRAE, através da promoção de consultorias técnicas, gerenciais e produtivas. O SENAI disponibiliza para o SEBRAE uma lista de empresas e empreendimentos comerciais interessados nas atividades e, em contrapartida, consultores do SEBRAE se deslocam aos municípios para realizarem oficinas e treinamentos. Os empreendimentos de grande porte, como das Grandes Lojas, vêm se utilizando dessas parcerias e promovendo minicursos e treinamentos, como forma de

⁴² Entrevista concedida por um empreendedor do Parque das Feiras em Agosto de 2013.

qualificar os trabalhadores dentro das empresas. Segundo os empresários, há uma grande dificuldade de se contratar mão de obra qualificada para trabalhar no comércio, seja na área de atendimento ao cliente ou até mesmo na área que envolva noções básicas de informática.

Em relação à promoção de cursos direcionados ao trabalho comercial, muitos deles em Toritama, são mediados pelas Associações Comerciais, sendo estas os principais veículos de promoção de qualificação de mão de obra comercial. Em relação ao Parque das Feiras, os cursos direcionados à qualificação profissional e à qualificação para a gestão comercial têm o objetivo de reconfigurar o padrão de atividades advindo da experiência da *Feira da Sulanca*, de modo a preparar para as novas exigências aqueles que agora são denominados discursivamente como *empreendedoras*, proprietários de boxes ou lojas no centro comercial. Segundo nossos entrevistados, o objetivo é criar um modo de comercialização distinto dos outros espaços comerciais no entorno, voltado para a modernização do Polo. Os principais cursos oferecidos são os de contabilidade, administração, telefonista e relações humanas. A tentativa é construir através dos cursos um *habitus* comercial voltado para uma nova imagem do Polo, distante da imagem da *sulanca*.

4.1.7 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE

O SEBRAE-PE possui uma sede em Caruaru, a qual iniciou suas atividades em 1983, e abrange atualmente mais de 40 municípios do estado de Pernambuco. Em suas principais ações destacam-se as relacionadas à dinâmica produtiva e comercial do Polo (SEBRAE, 2009) dentre elas:

- Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento dos pequenos negócios;
- Reduzir a informalidade e mortalidade das micro e pequenas empresas;
- Incrementar a participação das micro e pequenas empresas - MPE, nos mercados interno e externo;
 - Promover o acesso às tecnologias necessárias ao desenvolvimento desses empreendimentos;
 - Incentivar o empreendedorismo;
 - Viabilizar o acesso às linhas de crédito (faz parte do conselho deliberativo do SEBRAE);
 - Implantar o sistema de gestão do conhecimento (consultoria na elaboração, gestão e acompanhamento de projetos);

- Criar e aprimorar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos.

No que diz respeito às ações estratégicas do SEBRAE no Polo, e mais propriamente em Toritama, observa-se que as associações coletivas vêm firmando – ao longo do tempo – parcerias com a instituição, principalmente no que se refere à promoção de consultorias nas empresas de maior porte e formalizadas. O Parque das Feiras e as Grandes Lojas ultimamente têm firmado juntamente com a ACIT consultorias e palestras sobre empreendedorismo, gestão e organização comercial, sempre direcionadas exclusivamente para os empreendimentos formais e vinculados à associação.

As várias inserções das instituições do Sistema S têm produzido uma elaboração discursiva que vem sendo propagada no intuito de distanciar o nome *sulanca* da imagem das mercadorias do Polo. Segundo Lima (2011), esse choque de referências na gerência dos estabelecimentos deixa entrever uma mudança importante, que pode ser colocada nos termos de uma passagem da *sulanca* para a *moda pernambucana*.

A intermediação na promoção dessas ações se estabelece através das associações. Em Toritama, a ACIT juntamente com o SEBRAE, vem promovendo as *rodadas de negócios*, o que possibilita escoar as mercadorias para estados de todo o Brasil e fora dele. Segundo um de nossos entrevistados e dono de uma das Grandes Lojas, essa promoção tem estabelecido novos nichos de mercado comercial, como fica claro em nossa entrevista:

As rodadas de negócios tem nos ajudado a comercializar nossa mercadoria para todo o Brasil e também no exterior. A vantagem é que nos períodos de baixa nas vendas, continuamos a vender e a produzir, a parceria com a associação mantém o mesmo ritmo das vendas, agora com outros clientes, que são chineses, paraguaios, cubanos... Para comercializar para fora, tem que ter uma mercadoria padronizada e ser formalizado.⁴³

Observamos que as ações do SEBRAE juntamente com as Associações têm proporcionado uma dinamização das atividades comerciais no Polo, mantendo novas arenas de comercialização nos períodos de baixa na atividade comercial, ao mesmo tempo em que vêm constituindo novas dinâmicas comerciais e de trabalho que atendem novos públicos consumidores. Esse movimento se estabelece de forma clara nos espaços comerciais situados no território comercial de Toritama, principalmente naqueles que têm firmado essas parcerias e são formalizados, como uma parcela dos empreendimentos comerciais do Parque das Feiras e as Grandes Lojas.

⁴³ Entrevista concedida por um dos trabalhadores associados da ACIT em Julho/2013.

Os cursos de qualificação profissional e de gestão para o empreendedorismo, no contexto do alargamento e heterogeneização dos nichos comerciais, têm sido uma porta de entrada para esses atores estratégicos na tentativa de reconfigurar a atividade comercial na região, implicando em mecanismos de distinção e de reconhecimento. Trata-se da construção da identidade social, estabelecida dentro da dinâmica do Polo; a construção de um discurso, seja de *sulanqueiro* para *empreendedor*; da *Feira da Sulanca* para o Parque das Feiras; do *atrasado* para o *moderno*, dentre outros.

Apesar destas iniciativas, a *Feira da Sulanca* ainda se mantém fora da inserção dessa instituição, reafirmando não só as práticas informais e familiares de produção/comercialização, como também mantendo o discurso da *sulanca* como mercadoria popular, apesar de todo o discurso fortemente difundido e legitimado procurando encaixá-la como fazendo parte da categoria de *moda pernambucana*.

4.1.8 Associação Comercial e Industrial de Toritama – ACIT

Outro ator estratégico que estudamos foi a Associação Comercial e Industrial de Toritama – ACIT. A associação surgiu no início de 2005 quando os empresários locais buscaram um órgão formal capaz de proporcionar o desenvolvimento das empresas locais. Atualmente, a entidade tem atuado com os empreendedores comerciais formalizados, ao mesmo tempo em que engloba os empreendimentos de lavanderias.

A sua principal ação na atividade comercial é a promoção de cursos de capacitação e de treinamento de curta duração e consultorias, sediando também a *rodada de negócios* que tem sido uma importante dinamizadora da atividade comercial, nos períodos de baixa desta atividade comercial, promovendo outras arenas comerciais fora do Território Comercial de Toritama, como nos remetemos anteriormente.

O fortalecimento e expansão da atividade comercial têm sido feita com os empreendedores formais e associados à ACIT, tendo parceria com os empreendedores formais e associados à ALPF. O SEBRAE é o principal parceiro na execução de cursos, palestras e execução de projetos. As associações geralmente ficam responsáveis pela seleção de grupos e o SEBRAE, como o articulador na execução de projetos.

Embora o quadro institucional da ACIT esteja direcionando suas ações para as empresas formais, a entidade tem focado algumas ações nos empreendimentos informais. Os treinamentos, palestras e cursos são todos divulgados de modo a contemplar o maior número possível de empreendedores locais.

4.2 A dinâmica do trabalho no território comercial de Toritama

O território comercial constituído pelo Parque das Feiras e entorno foi o primeiro movimento de regulação, normatização e formalização dos empreendimentos de confecções no âmbito do Polo, tendo em vista que a informalidade é a sua marca histórica, mantendo-se bastante forte até hoje. Nesse sentido, que relação formal-informal no âmbito das relações de trabalho vem se constituindo nesse território comercial?

Analisar a dinâmica do trabalho produtivo no Polo é apreender a particularidade desse território que se espalhou por 14 municípios do Agreste Pernambuco e estados circunvizinhos e como evidencia o estudo de Bezerra (2011) sobre as unidades produtivas no Cariri Paraibano. Suas atividades comerciais se cristalizaram, como dissemos anteriormente, nos três principais municípios do Agreste Pernambucano, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, os quais vêm sendo alvo de atores estratégicos para as reconfigurações das relações produtivas, comerciais e de trabalho. No intuito de situar tais reconfigurações, iniciamos este diálogo com os principais dados referentes ao quadro atual das atividades de confecções em Toritama, para posteriormente situarmos o quadro das relações de trabalho, aí existentes.

Estudo realizado pelo SEBRAE (2013) sobre os municípios que compõem a malha produtiva do Polo, apresenta como atualmente a informalidade ainda constitui uma característica marcante nas unidades produtivas do Polo, como fica evidente na tabela abaixo. A principal dificuldade de catalogação dessas unidades produtivas constitui-se um desafio para qualquer pesquisador, diante das várias redes familiares que se entrelaçam para conformar uma ou várias unidades produtivas.

Tabela 1 – Número de Unidades Produtivas Formais e Informais no PCAP

	Número de empresas formais 2011 (RAIS)	Número de empresas formais 2012 (Datamétrica)	Unidades produtivas Informais 2012 (Datamétrica)	Número total de unidades produtivas formais e informais 2012 (Datamétrica)
Polo 10 (Dez municípios onde foi feita a aplicação de questionários)	3.367	3.665	15.138	18.803
Polo 14 (Dez municípios do Polo-10 mais Belo Jardim, Gravatá, Passira e Pesqueira)	3.458	3.764	15.547	19.311
Polo-20 (14 municípios do Polo-14 mais Altinho, Frei Miguelinho, Jataúba, Sanharó, Santa Maria do Cabucá e São Caiano)	3.520	3.831	15.826	19.657

Fonte: SEBRAE-PE, MTE/RAIS, 2011.

No mesmo estudo realizado pelo SEBRAE (2013), ficou evidente uma singularidade na configuração da cadeia produtiva de confecções de Toritama, principalmente no que diz respeito ao aumento percentual de fações informais⁴⁴ no município, nas últimas duas décadas. A cadeia de confecções de *jeans* e o alto investimento inicial para a constituição das empresas vêm dando uma configuração distinta da atividade em Toritama, principalmente no que se refere à inserção dos pequenos produtores na confecção, com suas unidades prestadoras de serviços, denominadas fações. Impulsionadas pelo alto investimento das unidades de produção do *jeans*, as fações informais (unidades produtivas prestadoras de serviço) com um investimento inicial menor, se tornam o principal apêndice de desenvolvimento das empresas formais. Tal fato consolida um arranjo produtivo estabelecido numa ampla rede de trabalho interligado e interdependente, ao mesmo tempo em que se configura uma hierarquia produtiva local, fazendo com que os grandes empresários se utilizem dos serviços prestados por essas fações de forma *flexível*. A cadeia de produção de *jeans* consolida um arranjo produtivo diferenciado no Polo de Confecções, como já falamos, contando com um crescimento tênue das empresas formais e um intenso crescimento das fações informais, domiciliares e precárias que prestam seus serviços.

⁴⁴ Unidades produtivas de pequeno porte que prestam serviço a pequenas e médias unidades produtivas.

Nesse sentido, fica claro que a atividade produtiva de *jeans* em Toritama vem proporcionando um fortalecimento hierárquico das unidades produtivas, que envolve todo o processo produtivo e que permite que os grandes empreendimentos se utilizem das atividades realizadas pelas facções, ao mesmo tempo em que se evidencia no interior dessas unidades uma imbricada relação entre o formal e o informal, reforçando os dados encontrados nesta pesquisa.

Ao que tudo indica as ações estratégicas de regulação, normatização e formalização das atividades do Polo vêm se estabelecendo com mais efetividade na dinâmica do trabalho comercial. A entrada em cena dos Centros Comerciais e de novas arenas de comercialização constitui uma possível e mais efetiva inserção de novos atores estratégicos para a consolidação de um processo de reconfiguração dos empreendimentos e das relações de trabalho no Polo.

Foi a partir do Centro Comercial Parque das Feiras que este modelo se difundiu para as demais cidades do Polo: Caruaru com o *Polo Comercial* e Santa Cruz do Capibaribe com o *Moda Center*. Com esses novos espaços comerciais se estabeleceram os primeiros impulsos no sentido da formalização dos empreendimentos e das relações de trabalho. Entender como persiste a informalidade apesar de tais impulsos, constitui tarefa indispensável para a compreensão das dinâmicas socioeconômicas que movem o Polo.

O *vir a ser* do território produtivo/comercial de Toritama demonstra uma gradual articulação dos espaços comerciais em um único território comercial, assumindo por outro lado um quadro de distintas dinâmicas coletivas de comercialização e de relações de trabalho. Estar atento a essas manifestações é antes de tudo refletir como essas várias dinâmicas sociais se expressam em suas variadas formas, como: *Feira da Sulanca versus* Parque das Feiras e Grande Lojas; trabalho familiar *versus* trabalho assalariado; migração rural *versus* migração urbana; boxes e lojas *versus* bancos de madeira e lona, dentre outras. Nesse sentido, como o nosso intuito é ressaltar a dinâmica do trabalho desses espaços comerciais, especificamente em Toritama – município que ao longo do tempo vem vivenciando um intenso processo de diferenciação interna dos espaços comerciais –, nos lançamos na tentativa de apreender como o território comercial convive com essas diferenciações que ele mesmo criou, como essas se reproduzem, em que condições e quais suas implicações para as relações de trabalho.

As mudanças recentes percebidas no âmbito das relações econômicas e sociais, com a consolidação do Parque das Feiras, a realocação da *Feira da Sulanca*, o surgimento das Grandes Lojas e a entrada em cena da *Feira da Invasão* têm provocado alterações expressivas

nas relações de trabalho. Há claras evidências nos nossos registros de que certas alterações nos padrões de gestão e de contratação vêm também se estabelecendo, no sentido, por exemplo, da incorporação de técnicas administrativas mais adequadas aos procedimentos capitalistas. Contudo, o que nossa pesquisa nos mostra foi que tais inovações não têm impactado decisivamente na descaracterização dessas atividades comerciais de seus traços de tipo familiar e informal, mesmo incorporando gradualmente várias práticas e sentidos para a informalidade e vários e distintos impulsos da formalização dessas relações. São destaques, quanto a tais impulsos: uma maior presença e atuação dos órgãos de fiscalização (Receita, Ministério do Trabalho, Immetro, Prefeitura etc.); maiores esforços de qualificação profissional e para o empreendedorismo, de modo a distanciar-se da imagem da *sulanca*; uma maior inserção comercial nacional e global; novas formas de organização e gestão do trabalho; a consolidação da entrada dos órgãos públicos e privada na regulação da atividade comercial. Estes impulsos ainda não conseguem reverter que em quase todos os espaços comerciais, se mantenham ainda formas distintas de precarização das relações de trabalho, haja vista que novas arenas comerciais começam a surgir, e que se mostram longe de qualquer regulamentação e como níveis de precarização ainda mais expressivos, cujo exemplo mais notável é à *Feira da Invasão*.

O trabalho na *Feira da Sulanca*, ainda hoje, é majoritariamente baseado em relações personalizadas, nas quais a ideia de comunidade e as relações de confiança decorrem muitas vezes dos laços de parentesco. A estratégia de diversificar as mercadorias e manter a clientela através da venda ou troca de mercadorias no início da feira constitui uma forma, dentre várias, de vínculos e redes de solidariedade entre os feirantes.

Há um forte entrelaçamento entre as diversas unidades produtivas – devido à atomização da produção –, fazendo com que as várias delas sejam interdependentes, modelo esse que se reproduz nas atividades comerciais, pelo fato de muitos feirantes fabricarem um único tipo de mercadoria, fazendo com que dependam da compra de mercadorias de outros para abastecer suas vendas. Tal colaboração se refere a hábitos trazidos da origem rural, donde aqueles que cultivavam uma ou duas culturas de subsistência, diversificavam suas mercadorias, trocando com outros agricultores parte do excedente destinado à subsistência. Nas unidades comerciais, a confiança se constitui como um elemento indispensável para o funcionamento da feira.

A *Feira da Sulanca* traz um pouco da ambivalência e contradição como espaço de trocas econômicas e de um entrelaçamento das unidades comerciais, constituindo assim um

espaço onde as sociabilidades são vividas e expressadas de forma *espontânea* e os laços de confiança estão em constante renovação.

Segundo Souza (2012), os feirantes nutrem a expectativa de terem como competir com as maiores empresas devido a dois fatores importantes: de um lado, por ser um espaço central e tradicional de venda das confecções e por outro, pelos baixos preços das mercadorias.

Ao mesmo tempo em que a *Feira da Sulanca* vem sendo espacialmente delimitada pelo Poder Público Municipal com base no seu marco regulatório, assumido pelo Termo de Ajustamento de Conduta, novos espaços comerciais vão se constituindo com níveis de informalidade ainda mais altos e longe do reconhecimento dos órgãos regulatórios, como é o caso da *Feira da Invasão*. Sendo demarcada pelos próprios feirantes, a feira se alocou no entorno do Parque das Feiras. Já que os feirantes que não possuíam espaço comercial na *Feira da Sulanca* puderam constituir a sua própria unidade comercial, assim, os que já pertenciam à *Feira da Sulanca* tiveram a oportunidade de ampliar os espaços comerciais já existentes, fazendo com que novos membros da família ocupassem posições na atividade comercial no novo *ponto* comercial. As atividades informais, precárias e familiares continuaram a se reproduzir no novo espaço comercial, imprimindo ao espaço urbano um uso social e estratégico voltado à luta pela sobrevivência e longe das formalizações assumidas pelas instituições e órgãos que vêm se inserindo na dinâmica comercial e do trabalho no Território Comercial de Toritama.

Este movimento de ocupação assumido pela *Feira da Invasão* se deu sem nenhum tipo de ação coletiva mais organizada, mas por meio da ação “espontânea” desses trabalhadores na busca de acesso a um espaço para comercialização, haja vista as barreiras mais rígidas de entrada na *Feira da Sulanca* – demarcada espacialmente – e principalmente no Parque das Feiras, com a especulação imobiliária referida aos boxes e lojas. Espaços estes que se constituíram com certo nível de formalização, regulamentação e normatização das relações de trabalho.

No processo de modernização econômica e institucional do território produtivo-comercial do Polo, em Toritama, empresários locais, instituições e órgãos empresariais e públicos colocaram em cena o Parque das Feiras. Por intermédio de diversos atores exógenos e locais – destaque para o papel desempenhado pela Associação Logística Parque das Feiras (ALPF) –, empreende-se um primeiro grande esforço de formalização de empreendimentos e, em menor proporção, das relações de trabalho: regulamenta-se o funcionamento das atividades comerciais, em conformidade com o calendário geral do Polo; implantam-se cursos

de qualificação comercial para empreendedores e trabalhadores; tomam-se medidas no sentido da formalização do empreendimento comercial através do CNPJ e de um conjunto de normas de conduta e comportamento interno⁴⁵.

Esse processo dessas aplicação de normas e regras dentro do Parque das Feiras se constitui em um esforço de construção de um padrão de comercialização e de funcionamento institucional que garanta a superação do caráter informal, familiar e amador que sempre marcou as atividades do Polo. Entretanto, o que podemos observar foi que a absorção desse novo *habitus* empresarial, voltado à racionalização, tem se mostrado limitada. Uma das consequências e evidências disso tem sido a persistência da informalidade, seja na gestão dos negócios, seja principalmente nos contratos de trabalho ou no modo de comercialização característico da *Feira da Sulanca*.

Em nossas constantes visitas ao Parque das Feiras ficou evidente que existe uma tentativa por parte dos seus gestores no sentido da consolidação de uma jornada de trabalho durante todos os dias da semana, mas existe por parte dos *empreendedores* a sensação de liberdade associada à autonomia, principalmente relacionada ao *abrir e fechar* do empreendimento comercial. Alguns boxes e algumas lojas só funcionam nos dias em que a *Feira da Sulanca* é realizada.

O que podemos verificar foi que a maioria dos boxes permanece como empreendimentos comerciais informais, absorvendo predominantemente mão de obra familiar, ao mesmo tempo em que mantém vínculos de compras de mercadorias com a *Feira da Sulanca* e boa parte das lojas se tornaram empreendimentos formais, o mesmo não se dando em relação aos seus trabalhadores. As lojas mais consolidadas são filiais das Grandes Lojas (localizadas fora do Parque das Feiras) e possuem vínculos de compra de mercadorias. Nestas os trabalhadores em sua maioria são formalizados, com jornada de trabalho de 8 horas por dia, com uma folga no dia em que a *Feira da Sulanca* não se realiza. Muitos dos confeccionistas/trabalhadores dos boxes e lojas só abrem o seu empreendimento comercial nos dias em que esta acontece, isso demonstra como os empreendedores, mesmo dentro de um quadro institucional do Parque das Feiras, ainda continuam a reproduzir a temporalidade assumida pela feira.

O tempo de comercialização dos feirantes na *Feira da Sulanca* varia de 5 a 20 anos. Muitos deles são os mesmos feirantes que se instalam nas ruas da cidade de Toritama. Sua jornada de trabalho semanal se estabelece aos domingos, segundas e terças-feiras, das 3 às 16

⁴⁵ Dentre essas normas e regras de comportamentos estão: não fazer as refeições dentro dos boxes ou lojas; não dormir no estabelecimento comercial; não divulgar as mercadorias da forma que anunciam na feira.

horas. Já o tempo de permanência dos trabalhadores do Parque das Feiras (boxes e lojas) varia de 3 meses a 10 anos, sendo sua jornada de trabalho de 8 horas semanais.

As Grandes Lojas são em números de 10 a 15 empreendimentos comerciais privados no Território Comercial de Toritama, concentrando um maior número de trabalhadores em cada unidade comercial e sendo o espaço que possui maior representação comercial no território comercial – quer no mercado nacional como no internacional –, haja vista a propaganda de suas marcas nos veículos midiáticos, como rádio e TV.

O quadro de trabalhadores de cada unidade comercial é composto por trabalhadores que lidam diretamente na comercialização – em um número maior –, e aqueles que fazem parte do corpo administrativo, como administradores, contadores, *designers*, embaladores e controladores de estoque, além dos prestadores de serviços, como seguranças e auxiliares de serviços gerais.

Diante destas primeiras impressões sobre o quadro heterogêneo de espaços comerciais, nos deteremos no decorrer deste capítulo sobre as novas relações entre o formal e o informal em cada espaço comercial.

4.3 Os Impulsos de Formalização do Trabalho e a Resistência e Reprodução da Informalidade

Como observamos nos capítulos anteriores, a trajetória de configuração e reconfiguração do território comercial de Toritama se estabeleceu em um processo gradual de diferenciação interna. Na medida em que o Polo de Confeccões foi se consolidando, novas entradas, novos atores e novos espaços comerciais emergiram. Nesses processos, vários impulsos de formalização das relações vêm se estabelecendo, ao mesmo tempo em que a informalidade continua se reproduzindo, sob várias práticas e sentidos.

O território produtivo e comercial do Agreste Pernambucano emerge tendo a informalidade como característica constitutiva de suas atividades empreendedoras e relações de trabalho, com uma estrutura precária, sem a presença de lideranças institucionalmente constituídas, utilizando-se de uma tecnologia de domínio popular e tendo suas unidades produtivas e comerciais baseadas em relações familiares e de parentesco. Atualmente, porém, vem constituindo vínculos cada vez mais relacionados com a dinâmica de *acumulação de*

capital, ao mesmo tempo em que reproduz a informalidade como elemento estruturante das relações de trabalho. Nesse sentido, estamos diante de uma realidade onde a informalidade e a formalidade – em seus mais variados graus –, se expressam em uma relação cada vez mais imbricada.

Situar essas dinâmicas da informalidade e formalidade é estar atento aos vários sentidos – muitas vezes distintos – assumidos pela dinâmica do trabalho no Polo de Confeccões e mais especificamente no Parque das Feiras e entorno. No atual contexto de modernização das atividades produtivas e comerciais do Agreste de Pernambuco, em que um dos principais emblemas são os novos centros comerciais, a exemplo do Parque das Feiras, os principais objetivos dos atores sociais estrategicamente situados no referido território produtivo são aqueles que visam desconstruir a imagem relacionada à informalidade (que tem sua expressão maior na mercadoria *sulanca* e na forma de comercialização da feira) e construir uma nova imagem do arranjo produtivo/comercial enquanto *Polo de Confeccões do Agreste Pernambucano*. Este discurso voltado para a construção da imagem de *Polo de Confeccões* se constrói na tentativa de inserir o *território produtivo-comercial da sulanca* em uma rede maior de arranjos produtivos locais do Norte e Nordeste, dando-lhe capacidade de competir e de se integrar em uma dinâmica nacional de produção e comercialização de confeccões.

Esse esforço de reconfiguração se estabelece tanto para dentro (endógena), quanto para fora (exógena). De forma endógena, principalmente através da produção de um discurso fortemente voltado para o *empreendedorismo*. Observamos nos nossos estudos que as várias instituições de qualificação profissional se lançam na tentativa de mudança do discurso de *feirante/sulanqueiro* (informal/ relações de trabalho informal) para *empreendedor/microempreendedor* (formalizado ou com alguma formalização mínima⁴⁶). Segundo Silva (2002), o papel que a noção de informalidade desempenhou por muito tempo foi superado. Em seu lugar, em sentido ideológico, vem se estabelecendo o discurso da *empregabilidade/empreendedorismo*. Conforme o autor, tal noção suscita “novos modos de exploração capitalista, cuja característica mais fundamental é a individualização e subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusiva e a produção material” (SILVA, 2002, p.100). É o que temos constatado no Polo do Agreste. Observamos nas nossas entrevistas que a tentativa de inserir um discurso voltado para o *empreendedorismo* aparece com certa importância nos espaços comerciais, haja vista a difusão midiática e as instituições de qualificação profissional para o trabalho que se inserem gradualmente na dinâmica

⁴⁶ Remetemo-nos ao vínculo de legalização das relações de trabalho junto ao Poder Público Municipal e Estadual.

comercial com esse intuito. Ganhou maior divulgação a partir da instalação dos espaços comerciais privados, como o Parque das Feiras e as Grandes Lojas. Segundo Pereira (2011), não existe nenhuma Lei Municipal Específica em Toritama voltada para a microempresa, empresa de pequeno porte e empreendedor individual, reforçando nossa análise de que o discurso ligado à formalização dos empreendimentos produtivos e comerciais vem sendo firmado pelas várias instituições privadas que se inserem gradualmente em Toritama e no Polo, como o SEBRAE, SENAI e outras.

Os vários impulsos e formas de formalização inseridos pelos atores estratégicos nos vários espaços comerciais existentes nessas áreas se estabelecem na tentativa de reconfiguração das atividades do Polo. Constituem-se, assim, impulsos de formalização com graus distintos para cada espaço comercial, seja na formalização do empreendimento comercial, das relações de trabalho, das atividades comerciais, seja nos vínculos com as associações, dentre outros. No decorrer deste capítulo iremos deslindar as principais manifestações desta dinâmica formal-informal, bem como os principais fatores que influenciam tal dinâmica no Território Comercial de Toritama, como a resistência por parte dos trabalhadores, os diferentes graus de formalização do trabalho e a reprodução da informalidade.

4.3.1 O Centro Comercial Parque das Feiras

A constituição do Centro Comercial Parque das Feiras foi um momento marcante para o Polo de Confecções, pois expressa o primeiro movimento de organização do comércio de confecções na região em novas bases. O Parque das Feiras possibilitou uma reestruturação da dinâmica comercial por meio de uma nova infraestrutura e um novo quadro institucional, os quais suscitam maior formalização, regulação e normatização da atividade. Trata-se de uma tentativa de superação do *habitus* que instituiu a *Feira da Sulanca* e que envolveu seus principais protagonistas, os *feirantes*, que sempre produziram e comercializaram os produtos da *sulanca* na base de relações de trabalho familiar e domiciliar. Parte desses *feirantes*, vindos da *Feira da Sulanca*, veem-se inserido nesse novo quadro institucional do *Parque das Feiras*, no qual se estabelece um processo de reconfiguração das formas de organização do trabalho, que se baseia na tentativa de uma normatização espacial, econômica, social e política.

Os principais impulsos de formalização neste quadro institucional, sob a influência de novos atores ou novas formas de atuação de antigos atores inseridos no Polo (SEBRAE SENAI, Poder Público Municipal e Estadual, associações empresariais locais etc.), podem assim ser resumidos:

- a) Formalização do Empreendimento Comercial através do CNPJ;
- b) Controle de qualidade das mercadorias através das etiquetas (nome e CPF do dono do estabelecimento). Tipo de formalização mínima;
- c) Entrada de novas tecnologias para a comercialização. Na medida em que os boxes e lojas vão se ampliando, novas relações comerciais vão se estabelecendo, como vendas em cartão, vendas com emissão de nota fiscal, novas formas de controle das mercadorias (através de sistemas de informática) e a participação em outras arenas de comercialização, como as *rodadas de negócios* organizadas pela Associação Comercial de Toritama – ACIT;
- d) Jornada de trabalho fixa, com funcionamento semanal do centro comercial;
- e) Acesso ao crédito oferecido pelas agências financiadoras.
- f) Cursos de qualificação profissional (SEBRAE; SENAI) e de alfabetização (Educação de Jovens e Adultos - EJA).

Esses impulsos se estabelecem de forma diferenciada na estrutura interna do *Parque das Feiras*. O Centro Comercial possui uma dupla estrutura comercial baseada nos boxes e lojas. Em nossas pesquisas, essas *estruturas* expressam um quadro de relações de trabalho heterogêneo, por mais que a ALPF venha tentando gerir de forma homogênea o centro comercial. Observamos, ainda, que a informalidade e os impulsos de formalização assumem diferentes sentidos nessa dupla estrutura comercial interna, nos boxes e lojas expressando formas distintas de organização do trabalho.

Nos boxes comerciais ainda existe certa resistência aos impulsos de qualificação para o trabalho, como: a pouca participação nos cursos promovidos pelo SEBRAE e no projeto de alfabetização de Educação de Jovens e Adultos – EJA; descumprimento das normas de conduta difundidas nas reuniões das ALPF; venda de mercadorias sem etiqueta; e o não cumprimento da jornada de trabalho semanal. Como fica evidente nas nossas entrevistas:

Não vejo a necessidade de criar cursos para aprender a vender, isso vem de família. Sempre vendemos para o povo, não é hoje que vamos mudar tudo isso. Foi meu pai que me ensinou como conquistar um cliente, fazer contas e ser esperto no comércio. Toda a minha família trabalha, quando chega o período de festa meu sobrinho vem me ajudar. Este box é de toda a família,

todos os que têm fabrico ou fábrica vendem aqui, aqui foi conquistado por nós e serve a todos. Quem não trabalha no fabrico, vende aqui no box.⁴⁷

Como observamos, a atividade comercial assume um lugar na dinâmica do trabalho familiar: aqueles que não participam da atividade produtiva assumem uma posição na atividade comercial ou, em alguns casos, em ambas. A maioria dos trabalhadores dos boxes se insere na dinâmica do trabalho comercial trazendo uma qualificação adquirida e transmitida através das relações familiares e de parentesco, ao mesmo tempo em que observamos que algumas crianças são introduzidas nas atividades comerciais, assumindo o trabalho nos períodos de maior intensificação comercial. A noção de *ajuda* associada ao trabalho infantil é algo que perpassa o trabalho comercial, estando presente com mais intensidade nas jornadas de trabalho mais intensas, seja na atividade comercial em destaque, ou nas atividades produtivas domésticas e familiares de confecções.

Um ou dois membros da família é responsável pelo trabalho comercial no box, tendo na unidade comercial um veículo do possível escoamento de toda a produção doméstica e familiar de confecções. Em alguns boxes existe um membro específico e fixo da família para o trabalho comercial, já em outros existe certa flexibilidade para o trabalho comercial, coexistindo certa rotatividade dos membros ou parentes na atividade comercial, possibilitando-lhes, assim, exercer o trabalho tanto na atividade comercial, quanto na atividade produtiva de confecções, ou até mesmo assumindo ambas as atividades (atividade comercial e produtiva).

A renda destes trabalhadores comerciais é realizada por comissão. Não existe uma renda fixa, sendo assim oscilante nos períodos de alta e baixa das vendas. Segundo nossos entrevistados, existe uma complementação da renda no trabalho de atividade produtiva de confecções, seja no próprio *fabrico* ou fábrica da família, seja prestando serviço para outras unidades produtivas da região. Tal situação se comprova quando observamos a fala de um de nossos entrevistados:

Nós tiramos o salário por comissão. No período de festas tiramos R\$ 500,00 a 600,00, mas quando está em baixa se tirarmos R\$ 200,00 é muito. Aí temos que trabalhar nos fabricos, pra complementar nossa renda, fica muito “puxado”, pois não tem nenhum dia de folga. É, trabalho a semana toda! Quando chega o dia da feira, já estou muito cansado. Quando a feira está em alta, e precisa de gente para trabalhar na produção, temos que dar conta da

⁴⁷ Entrevista concedida por um dos empreendedores do Parque das Feiras em 22/Julho/2013.

produção e vir trabalhar aqui, o que compensa é o apurado que é maior nesses períodos⁴⁸.

Fica claro na fala de nosso entrevistado que a renda proveniente do trabalho comercial em determinados momentos não chega a ser estável, fazendo com que ocorra uma complementação da renda entre a atividade comercial e produtiva. Aqueles *trabalhadores/comerciantes* que trabalham na atividade comercial, no período de baixa nas vendas, têm como alternativa de complementariedade de sua renda o trabalho na produção, chegando a exercer a atividade em condições ainda mais precárias e com jornadas de trabalho cada vez mais intensas, sem folga semanal.

A maioria dos boxes possuem uma formalização mínima baseada no registro de alvará de funcionamento do empreendimento comercial junto ao Poder Público Municipal. Nesse sentido, a formalização vem se estabelecendo apenas no empreendimento comercial, mantendo as relações de trabalho informais assentadas nos laços familiares e de parentesco, no assalariamento por comissão, numa jornada de trabalho em função do tempo de funcionamento da *Feira da Sulanca* e com uma qualificação profissional mínima. Percebemos que o Poder Público vem se inserindo através de uma relação mínima pautada numa formalização do empreendimento comercial, enquanto que os vários órgãos e instituições privados e públicos (SEBRAE, SENAI, Poder Público Estadual e Associações) se lançam na tentativa de gradualmente reconfigurar as relações de trabalho e fomentar uma possível formalização das relações de trabalho, a partir de um discurso voltado para a formalização e descaracterização do modelo de relações de trabalho trazido da *Feira da Sulanca*.

Estas inserções das instituições públicas e privadas de reconfiguração das relações de trabalho vêm se estabelecendo através dos cursos de qualificação profissional e de gestão de empreendimentos promovidos pela ALPF juntamente com o SEBRAE e SENAI. Em relação aos boxes essas ações se colocam de forma incipiente, haja vista a pouca participação dos trabalhadores nas ações promovidas por essas instituições e reuniões da associação, mantendo assim o trabalho informal em um quadro institucional e demonstrando como a informalidade é característica histórica e marcante do Polo de Confecções, e que essa ainda se reproduz mesmo inserida nesse quadro. Até onde analisamos, não registramos nenhuma ação mais incisiva de combate à informalidade nos boxes comerciais ou, até mesmo, ações mais específicas desses atores estratégicos, configurando-se assim, no quadro institucional do

⁴⁸ O entrevistado possui uma unidade produtiva doméstica. Entrevista concedida por um dos empreendedores do Parque das Feiras em 23/Julho/2013.

Parque das Feiras, uma arena específica que reproduz a informalidade, mesmo posta em um quadro normativo e regulatório.

Em relação às lojas, essas fazem parte da segunda ampliação do Parque das Feiras, sendo compostas por empreendimentos de médio porte e algumas funcionando como filiais de Grandes Lojas. A participação desses *trabalhadores/empreendedores* nos cursos promovidos pela ALPF tem se mostrado de forma mais assídua, principalmente nos cursos relacionados à *qualificação para o atendimento ao cliente* ou *empreendedorismo*. Cabe ressaltarmos uma maior participação desses empreendedores nas reuniões promovidas pela ALPF e em outras associações às quais estão vinculados, como a ACIT, que promovem um elo com outros nichos de compradores de vários estados brasileiros. A maioria dos cursos promovidos pelas associações são demandas dos próprios lojistas junto à associação, tendo na associação a principal intermediadora dos cursos oferecidos pelas instituições de qualificação profissional e de ensino que se inserem no Polo.

Um dos nossos entrevistados, que é dono de uma das lojas, ressalta a importância das mudanças que vêm ocorrendo no Parque das Feiras:

Acho importante que o Parque das Feiras venha promovendo cursos, tenha uma administração, organize tudo isso e nos ajude a comercializar de uma forma melhor. O que víamos aqui é muita gente vendendo como se vendia na feira, aos gritos, dormindo e se alimentando nos bancos. Os cursos que são oferecidos têm ajudado muito a atender melhor o cliente, nossa mercadoria é melhor, o espaço está mais organizado, a resposta é o cliente só comprando a nós. Muitos compram no cartão de crédito, outros compram muita mercadoria, temos que ter um controle sobre isso, senão perdemos de vender ... Aqui a gente é formalizado, todo mundo tem carteira assinada e folga, isso é bom, garante nossa aposentaria, férias, décimo terceiro. Eu sei se eu tivesse trabalhando na informalidade eu ia ganhar muito mais, mais eu ia estar me “matando” de trabalhar, sem folga, sem garantia nenhuma. E quando a feira entra em baixa, que garantia se tem?⁴⁹

As lojas possuem um quadro corporativo e hierárquico mais rígido. As figuras do patrão e do empregado são estabelecidas na dinâmica do trabalho comercial de maneira mais objetiva, criando uma arena voltada para a eficiência, competência e eficácia do trabalho, ao mesmo tempo em que constituem um quadro institucional mais racionalizado e cada vez mais voltado para uma dinâmica de *acumulação capitalista*, reproduzindo cada vez menos a rede de relações de trabalho familiares provenientes da *Feira da Sulanca*. Diante disso, as associações e instituições públicas e privadas, que se inserem gradualmente no território

⁴⁹ Entrevista concedida por um dos empreendedores do Parque das Feiras em Agosto/2013

comercial de Toritama, são aliadas neste processo de reconfiguração comercial e do trabalho. O quadro institucional assumido pelas lojas proporciona uma dinâmica cada vez mais competitiva para aqueles *trabalhadores/empregados*. É notório o investimento em *marketing* e nas várias propagandas midiáticas veiculadas na rádio interna do centro comercial.

A maioria das lojas e dos trabalhadores é formal e com remuneração baseada no assalariamento, neste sentido, o objetivo dos empreendedores das lojas é criar um quadro institucional interno cada vez mais racionalizado, modernizado e normatizado.

O Parque das Feiras, e o seus segmentos de boxes e lojas, constituem um quadro diferenciado de relações comerciais e do trabalho, que mantém a informalidade inserida em uma arena institucional e com graus de formalização diversos. Os boxes mantêm a informalidade, os vínculos de trabalho familiares e uma qualificação profissional mínima, diante disso temos uma formalização que só se estabelece no empreendimento comercial, mantendo as relações de trabalho informais. Observamos que o principal vínculo institucional que tem se estabelecido baseia-se na relação destes empreendimentos comerciais com o Poder Público Municipal, através do alvará de funcionamento, ao mesmo tempo em que novos atores vêm se inserindo, tendo como veículo a ALPF. O objetivo desta é o de reconfigurar as relações comerciais através dos cursos promovidos pelas instituições de qualificação profissional e de ensino. Assim como, há um esforço de normatização e de formalização das relações de trabalho e do empreendimento comercial.

Um tal processo de reestruturação da dinâmica comercial baseado na institucionalização da informalidade, dentro de uma condição mínima de formalização, pode ser associado ao conceito de *nova informalidade*, no qual, o seu desenvolvimento está referido à presença de novos trabalhadores informais em velhas e novas atividades, articuladas, ou não, com dinâmicas de trabalho formais; ou à presença desses trabalhadores em atividades tradicionais da velha informalidade, que são por eles redefinidas (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL, 2004).

Diante disso, observamos um processo diferente na grande maioria das lojas, Esses, em sua maioria, são empreendimentos formais e com vínculos de trabalho formais (carteira assinada, férias, décimo terceiro salário, contribuição previdenciária): contratam trabalhadores maiores acima de 18 anos, com jornada de trabalho semanal, conforme a legislação trabalhista; utilizam recursos de informática para o controle das mercadorias; personalizam ou estilizam o empreendimento comercial de acordo com o segmento de roupa comercializado. Portanto, o processo interno de formalização dos empreendimentos comerciais e do trabalho

não se estabelecem nas mesmas bases nos boxes e nas lojas. A adesão dos empreendedores ao quadro institucional normativo e regulatório do Parque das Feiras se constitui de forma diferenciada.

Enquanto a maioria dos *comerciantes/trabalhadores* dos boxes ainda resiste à incorporação das novas normatividades, assim mantendo o caráter informal, familiar e o não reconhecimento de lideranças institucionalizadas, o mesmo não ocorre com as lojas. Entretanto, neste caso, a informalidade continua a se reproduzir mesmo sob esse novo quadro institucional de gestão e organização comercial, assumindo novas práticas e sentidos para os diversos atores, gestores públicos, lideranças empresariais, confeccionistas formalizados e não formalizados, trabalhadores.

Mesmo com esse tipo de formalização mínima, induzida pelo novo quadro institucional, observa-se que a informalidade se reproduz na base de uma imbricada relação entre o formal e o informal (DRUCK, 2002; NEVES, 2006; LIMA e SOARES, 2002; LIMA, 2006). O Parque das Feiras possui no mesmo espaço comercial um quadro de relações de trabalho heterogêneo, onde os impulsos de formalização das relações de trabalho se estabelecem ou são legitimados pelos atores sob diferentes formas.

4.3.2 As Grandes Lojas

As Grandes Lojas são os empreendimentos comerciais que esboçam um maior quadro de trabalhadores assalariados e formais, com registro em carteira e com jornada de trabalho de 8 horas semanais. Além de atender ao comércio local e nacional, participam de outras arenas de comercialização, como as *rodadas de negócios* – que vendem mercadorias para todos os estados do Brasil e para os países da América Latina – e possuem sítios virtuais de compras pela internet. Segundo Araújo (2006), essas lojas em termos de *layout* e a apresentação nada deixam a dever a lojas de grandes grifes instaladas em *shopping centers* da capital de Recife.

A nossa entrada enquanto pesquisador nas Grandes Lojas foi por várias vezes dificultada, a maior parte de nossas entrevistas ocorreram fora do ambiente de trabalho ou com aqueles que já trabalharam nas Grandes Lojas. Observamos nas nossas visitas de campo que as Grandes Lojas possuem um corpo hierárquico mais rígido e complexo, existindo trabalhadores ligados diretamente à atividade comercial ou aqueles destinados aos serviços,

como controle do estoque, limpeza, segurança, entre outros. Além disso, observamos que algumas das Grandes Lojas utilizam nas suas atividades um corpo de *designer* para as suas coleções anuais, mantendo uma exclusividade e uma grande rotatividade de suas confecções, atendendo públicos diversos e mais exigentes.

A principal dificuldade encontrada pelas Grandes Lojas é conseguir mão de obra qualificada, já que contratam *designers*, contadores, administradores. Por mais que esses empreendimentos comerciais estejam fortemente relacionados a uma dinâmica do trabalho formal, contratando trabalhadores com carteira assinada, férias e décimo terceiro salário, observamos que a informalidade ainda continua a se reproduzir, principalmente nos períodos de alta nas vendas, em que são contratados trabalhadores temporários, informais e com vínculos contratuais de trabalho.

Quanto mais esses empreendimentos se estabelecem no cenário regional, nacional e internacional, mais observamos um movimento de formalização das relações de trabalho, estabelecido através de contratação sob a forma de assalariamento, com formalização em carteira, observação da jornada de trabalho fixa e de garantia dos direitos trabalhistas (férias, décimo terceiro salário, folgas semanais). Entretanto, mantém-se recorrente uma inserção dos trabalhadores informais contratados temporariamente nos períodos de maior atividade comercial. Alguns trabalhadores são inseridos sem registro em carteira e com uma jornada de trabalho maior em relação aos trabalhadores efetivos e assalariados. Nesse sentido, a informalidade se reproduz em um quadro institucional de relações de trabalho formais, se mantendo em bases precárias e tendo como características marcantes uma alta rotatividade no emprego e condições diferenciadas de trabalho entre os trabalhadores efetivos e contratados.

A dinâmica do trabalho nas Grandes Lojas mantém um limite quantitativo de formalização para os seus trabalhadores, e nos períodos de maior intensificação das atividades comerciais, para manter suas condições de funcionamento, contratam trabalhadores informais e sem registro em carteira, consolidando uma dinâmica de trabalho flexível e fazendo com que a informalidade se reproduza em novas práticas, com um novo sentido e sob um novo modelo de gestão e organização do trabalho.

Estudo do DIEESE (2011) cataloga duas categorias para analisar os trabalhadores informais em Caruaru e entorno⁵⁰, destacando os trabalhadores contratados e os *independentes*. Os dados revelam que um terço dos trabalhadores contratados são

⁵⁰ Os municípios pesquisados são Caruaru, Bezerros, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

trabalhadores flexíveis que prestam serviços às grandes empresas. Dos 220 mil ocupados na Região de Caruaru e Entorno, segundo formas de contratação, os trabalhadores contratados representam 55,2% e os trabalhadores independentes, 28,5%. Entre os contratados, destaca-se a significativa participação das contratações “flexibilizadas” que representam 31,2% do total de ocupados, ou seja, quase um terço dos vínculos pode ser considerado flexível, enquanto que as contratações formalizadas apresentaram um percentual de 24,0%.

Nos períodos de alta nas vendas, comumente nos festejos anuais, a jornada de trabalho ultrapassa 8 horas diárias. Em Toritama, geralmente os locais de trabalho não cumprem a jornada de trabalhos referentes às 08 horas diárias estabelecidas em lei. Frequentemente, as Grandes Lojas têm como referência temporal para o trabalho a *Feira da Sulanca*, iniciando suas atividades às 3 ou 4 horas da manhã e tendo seu término às 17 horas. Os *dias de feira* ainda constituem um marco temporal importante para as Grandes Lojas, mantendo uma referência temporal do trabalho informal assumida tradicionalmente e historicamente pela *Feira da Sulanca*.

4.3.3 A Feira da Sulanca

A *Feira da Sulanca* é o espaço comercial mais antigo do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano, constituindo juntamente com o Parque das Feiras um dos maiores espaços de comercialização do Território Comercial de Toritama. A feira é composta, em sua maioria, por pequenos produtores, que participam da atividade comercial desde a sua antiga constituição na área urbana e central de Toritama.

Na medida em que esse território produtivo-comercial foi se constituindo e se estruturando, passou a ser alvo dos processos de reconfigurações espaciais, organizacional e das formas de trabalho, impulsionados pelas novas institucionalidades e condições materiais de funcionamento.

Atualmente, a permanência da *Feira da Sulanca* de Toritama é garantida por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta, ao mesmo tempo em que tal permanência implica na reprodução do seu caráter eminentemente informal de gestão e relações de trabalho, mesmo tendo ocorrido certo grau de regulamentação e formalização do espaço da feira. O trabalho informal se reproduz, assim, como a principal característica que a acompanha: as relações

familiares e domiciliares enquanto base estruturante das relações de trabalho e as redes pessoalizadas e de confianças enquanto base estruturante das relações de troca.

Os bancos/barracas de madeira, emblema das feiras de região e da *Feira da Sulanca* em particular, representam para a maioria dos feirantes um *patrimônio familiar*: na perspectiva comum entre os próprios atores locais, *aqui não existe patrão, nem empregado*, mas uma rede familiar que se assegura no espaço da feira para o escoamento das mercadorias por eles próprios produzidas. Embora não seja frequente acontecer, os bancos/barracas de madeira enquanto *patrimônio de família* também podem ser passados para alguém que não faça parte necessariamente da família, como um amigo, em uma transmissão por preferências que envolvem laços de amizades e relações econômicas. A transmissão familiar e informal é o principal e mais tradicional modo de se conseguir um banco/barraca de madeira, conforme comentam *feirantes/sulanqueiros* e frequentadores do espaço. Desse modo, a família tem um papel fundamental e determinante na transmissão dos bancos/barracas de madeira, pela forma com que assegura as relações familiares no contexto da feira, através do modo de estabelecer as posições entre os sujeitos dentro da ordem do trabalho familiar.

Em uma de nossas entrevistas, um das trabalhadoras da *Feira da Sulanca* relata como a rede familiar e informal constitui uma rede importante para a constituição da unidade produtiva/comercial:

Toda a minha família trabalha na confecção. Antes eu trabalhava na agricultura, mas aqui é uma região muito seca, então não teve saída, tive que vir com minha família para a confecção. Geralmente é nós três que trabalhamos, quando tem muito serviço no período que a feira está em alta, passa pra quatro trabalhadores, trago a minha neta. São todos da família. Eu não contrato gente de fora, exige você “fichar” e temos que ter um capital pra isso... Quando termina a feira, eu pego o apurado e vou pra Santa Cruz, comprar tecido para produzir mais roupa. A vida é corrida, sou dona de casa, comerciante e fabricante, tenho que me dividir nessas três áreas e tirar um tempo pra deus.⁵¹

Observando o relato da entrevistada, a atividade comercial faz parte de uma dinâmica maior de trabalho no Polo, percorrendo desde a atividade produtiva, a atividade comercial e a compra de matéria prima para iniciar uma nova produção, constituindo assim um ciclo de atividades que tem como base a rede de relações familiar e de parentesco. Como relatamos, anteriormente, o trabalho na Feira da Sulanca é majoritariamente feminino. Diante disso, as trabalhadoras desempenham uma dupla ou tripla jornada de trabalho, exercendo o trabalho

⁵¹ Entrevista realizada com uma trabalhadora da Feira da Sulanca em Agosto/2013.

doméstico, o trabalho produtivo de confecções e atividade comercial na feira. Em pesquisa realizada pela Universidade Federal de Pernambuco/Campus Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA (2010), pode-se verificar que a maior parte dos trabalhadores é do gênero feminino – 67,65% em Caruaru; 60,33% em Santa Cruz do Capibaribe e; 52,31% em Toritama. As mulheres assumem o banco/barraca de madeira em dias de feiras, enquanto que os maridos e outros membros da família, outras atividades, incluindo parte da costura, que também é realizada pelos homens.

Durante nossas entrevistas, a participação das crianças na atividade comercial esteve sempre ligada à noção de *ajuda* ou enquanto uma forma de aprendizado ou qualificação mínima para exercer o trabalho comercial futuramente, demonstrando que a qualificação para o trabalho é estabelecida de modo familiar. Segundo um de nossos entrevistados, é necessário ser bom entendedor de *contas*, atender bem os clientes para conquistar uma clientela semanal fixa e estar sempre atento a tudo que acontece no entorno da barraca/banco de madeira, pois ocorrem alguns assaltos em períodos de maior atividade comercial, como fica claro na nossa entrevista:

Meu sobrinho vem sempre me ajudar aqui na feira, eu comecei assim ajudando e fui apreendendo aos poucos como negociar. Acho importante que ele venha conhecer a feira, só assim não ficam só trabalhando no fabrico e aprendem como negociar e conquistar o cliente. Para trabalhar na feira, tem que ser esperto, se não soubermos fazer contas ou não prestarmos a atenção no cliente, perdemos de vender, sem falar que quando tem muita gente querendo comprar, existe alguns roubos, em um vacilo roubam uma ou duas peças... Nos períodos de festa, ele me ajuda, senão, não damos conta de abastecer o banco, vender, trocar dinheiro e prestar a atenção em tudo.

O que observamos do relato da entrevistada é que a qualificação para o trabalho comercial se inicia-se na fase infanto-juvenil, onde a participação na atividade - através da noção de *ajuda* - esta ligada a entrada e permanência de um membro da família na atividade comercial.

Uma das dificuldades no trabalho dos *sulanqueiros/feirantes* diz respeito à luta por melhores condições de trabalho na feira, junto ao Poder Público Municipal. Tais dificuldades são maiores para os *trabalhadores/comerciantes* ambulantes ou para aqueles que se utilizam de lonas para comercialização de seus produtos. Não existe um reconhecimento desses trabalhadores junto ao Poder Público Municipal, e nenhuma regulamentação para o trabalho desses feirantes no atual quadro institucional da *Feira da Sulanca*. A presença desses *trabalhadores/comerciantes* ambulantes vem sendo, em alguns momentos, banida pelo Poder

Público Municipal, seja dentro da feira ou, no seu entorno, como relata um de nossos entrevistados:

A prefeitura só reconhece os feirantes que têm banco, a gente que trabalha como ambulante vivemos nos escondendo para não levarem nossa mercadoria. Não se tinha isso aqui, a feira era um espaço onde todo mundo tinha lugar, agora que colocaram a feira para próximo a Br, ficou desse jeito. Pra conseguir um banco aqui é muito difícil!⁵²

O relato do entrevistado deixa claro como, ao longo do tempo, a *Feira da Sulanca* vem se tornando um espaço comercial normatizado, regulamentado e com uma formalização mínima instituída pelo Poder Público, legitimando um tipo específico de trabalho para a atividade comercial na feira. O marco institucional e regulatório assumido pelo Termo de Ajustamento de Conduta para o funcionamento da feira reconhece um modelo particular de trabalhador, ou seja, aquele que possui banco/barraca de madeira e que tem um espaço comercial demarcado pelo Poder Público, desde a alocação da *Feira da Sulanca* no entorno ao Parque das Feiras. Aqueles nichos comerciais que não se enquadram nessa estrutura comercial são vistos pelos *feirantes/sulanqueiros* como comerciantes que vendem suas mercadorias por um preço desleal ou que *roubam* os clientes daqueles que possuem uma clientela fixa na *Feira da Sulanca*. A *Feira da Sulanca* reproduz a informalidade dentro do quadro institucional baseada em uma formalização mínima, sendo essa assumida no reconhecimento do espaço de comercialização pelo Poder Público Municipal e pelo marco regulatório baseado no Termo de Ajustamento de Conduta. Esse quadro normativo e regulatório favoreceu uma fragmentação e exclusão dos nichos comerciais daqueles que participavam anteriormente da dinâmica do trabalho comercial, não reconhecendo os trabalhadores ambulantes e os vendedores que instalam suas lonas para comercialização.

Aqueles feirantes que não se enquadram na formalização mínima para o trabalho na feira, ou aqueles que não possuem um espaço comercial legitimado pelo Poder Público, são vistos pelos *feirantes/sulanqueiros* e pelo Poder Público Municipal como *invasores* ou *ilegais*, estando assim fora dos parâmetros mínimos para a atividade comercial e do consenso estabelecido entre os *feirantes/sulanqueiros*. Observa-se que o quadro institucional assumido pela *Feira da Sulanca* continua a produzir diferenciações dentro do seu espaço comercial, fazendo com que aqueles que não estão dentro deste marco *estabelecido* reproduzam o trabalho informal em condições ainda mais precárias.

⁵² Entrevista concedida por um trabalhador ambulante em Agosto/2013.

O Poder Público Municipal e Estadual tem conseguido senão dar alguns passos tímidos no sentido de normatizar esta marca que representa a informalidade nos negócios e, principalmente, no trabalho. Vasconcelos e Ferreira (2010, p. 7), em sua pesquisa com os três principais municípios do Polo, destacam a disposição em pagar algum tipo de imposto por parte dos trabalhadores para estarem na formalidade:

Em Caruaru, 62,75 % dos entrevistados afirmaram que estariam sim dispostos a pagar algum valor para entrarem no mercado formal. Já em Santa Cruz, as respostas foram bastante divididas, 50 % estão dispostos e a outra metade não está disposta. Por fim, em Toritama, 50,77 % dos entrevistados disseram que não estão dispostos a pagar qualquer tipo de imposto para fazerem parte do mercado formal.

Além desses dados, o estudo de Pereira (2011) ressalta que em Toritama não existe nenhuma Lei Municipal específica para a microempresa, empresa de pequeno porte ou empreendedor individual, seja para o trabalho produtivo ou comercial. Segundo a autora, a chegada do Programa Empreendedor Individual – PEI (do Governo Federal) no Polo do Agreste se deu de forma limitada. Isso pode ser compreendido, entre outros, através dos seguintes fatores: a) os principais agentes de implantação local do programa (SEBRAE e INSS, ambos com sede em Caruaru) têm área de jurisdição muito ampla, o que pode se configurar em limitações de tempo e espaço; b) falta de maior interesse dos parceiros em difundir o Programa; c) cultura local pautada na informalidade; d) arranjos estruturais do Programa e dificuldades de adequação ao local; e e) a carga tributária é considerada elevada para os padrões locais – aquilo que se configura como a fala mais recorrente. Estabeleceu-se, assim, atualmente, um tipo de ação mínima no intuito de assegurar uma regulamentação do trabalho comercial, na tentativa de promover um elo de fiscalização e normatização das instituições públicas e privadas.

Fica, assim, evidente que a informalidade assume práticas e sentidos distintos para o trabalho na *Feira da Sulanca*, reproduzindo-se em um quadro institucional baseado numa formalização mínima para o trabalho, ao mesmo tempo em que esses nichos comerciais *não reconhecidos* dentro do quadro institucional da *Feira da Sulanca* passaram a reproduzir a informalidade em níveis ainda mais precários de trabalho, atribuindo à informalidade características de *ilegalidade e marginalidade*.

Nesse sentido, a formalização mínima baseada em um tipo de regulamentação e normatização para o trabalho assumida pela *Feira da Sulanca* favoreceu uma possível relação dos feirantes/trabalhadores com o Poder Público Municipal, ao mesmo tempo em que mantém

o caráter informal e familiar das suas relações de trabalho. A entrada de atores estratégicos (instituições de qualificação profissional, instituições de ensino e agências financiadoras) ainda se coloca de forma incipiente na *Feira da Sulanca*, embora venha ocorrendo uma ligação, mesmo que tênue, desses feirantes com essas instituições.

4.3.4 A Feira da Invasão

Por mais que tenha se estabelecido um tipo de regulamentação do espaço público, com garantia das espacialidades ocupadas pelo bancos/barracas de madeira e pelas condições básicas para o trabalho na feira, observamos que atualmente vêm se constituindo novos espaços de comercialização à margem destas regulamentações e normatizações, a exemplo da *Feira da Invasão*. Esta é composta por pequenos produtores que não se estabeleceram na *Feira da Sulanca* ou que não possuem boxes ou lojas no Parque das Feiras.

A *Feira da Invasão* emerge sem nenhuma organização por parte dos atores coletivos ou instituições que se inserem gradualmente no Polo, mas a partir da iniciativa dos próprios indivíduos, em resposta às normatizações, regulamentações e formalizações que gradualmente vêm reconfigurando a dinâmica social, econômica e política do território comercial de Toritama. Incorpora pequenos produtores/comerciantes, que encontram uma oportunidade de escoar a produção familiar de confecções. Foi registrado dentre os *sulanqueiros* da Feira da Invasão um número considerável de *feirantes* oriundos da *Feira da Sulanca*, que ali se instalaram no intuito de ampliar o seu espaço de comercialização, possibilitando assim oportunidade de outros membros da família de participarem da atividade comercial ou de migrarem da atividade produtiva para a comercial.

Observamos que a *Feira da Invasão* é uma tentativa de ampliar o espaço comercial da *Feira da Sulanca* a partir da ação dos próprios feirantes e produtores que não possuem um espaço comercial. Essa iniciativa reproduz a informalidade em um nível ainda mais precário e com condições de trabalho insalubres: nenhuma iluminação; falta de sanitários públicos; sem segurança e limpeza do local. Fica claro em um dos relatos de nossos entrevistados:

Estamos aqui lutando por um espaço para vender nossas confecções, não queremos roubar o espaço de ninguém, estamos aqui sem iluminação, sem limpeza e em condições muito ruins para trabalhar. Não vamos sair daqui, enquanto a prefeitura não nos reconhecer. A rua é pública e não temos

condições de comprar um banco na feira. A prefeitura tem que reconhecer que fazemos parte da feira e não ficar nos impedindo de vender aqui.⁵³

O Poder Público Municipal é o principal órgão público que garante para os pequenos produtores/comerciantes as condições de funcionamento da feira em condições básicas para o trabalho comercial (iluminação, segurança, limpeza, sanitários públicos, entre outros). O marco regulatório da *Feira da Sulanca*, assumido pelo Termo de Ajustamento de Conduta, coloca a feira em um locus específico, engessando-a no Território Comercial de Toritama. Esse acordo se estabeleceu em consenso entre os *feirantes/sulanqueiros*, o Poder Público Municipal e as lideranças do Parque das Feiras. Como refletimos anteriormente, toda extensão comercial não reconhecida pelas instituições e órgãos é visto como *invasão, ilegalidade e marginalidade*. Para os que compõem a *Feira da Invasão*, a sua permanência está fortemente ligada a uma estratégia de sobrevivência, pois garante o escoamento da produção familiar desses pequenos produtores, ao mesmo tempo em que é uma extensão da *Feira da Sulanca*.

A *Feira da Invasão* e a informalidade – característica constitutiva do Polo – continua a se reproduzir mesmo longe do quadro institucional que garante as condições básicas e mínimas para esses pequenos produtores trabalharem na feira e ainda, em meio a condições de trabalho de extrema precariedade. Em uma das falas dos nossos entrevistados fica claro como as normatizações e regulamentações são uma barreira rígida para a entrada de novos feirantes na atividade, demonstrando que a feira é um fenômeno que está em constante processo de transformação interna, principalmente no que diz respeito à entrada de novos feirantes na atividade.

A feira não pode ser uma propriedade de alguns e outros não. A feira é do pobre, precisamos vender nossa mercadoria para ganhar nosso sustento. A feira, com o tempo, cresce ou diminui, e não se pode dizer onde ela pode ficar. Precisamos que a prefeitura nos reconheça e nos dê condições de trabalhar aqui.⁵⁴

Na medida em que a *Feira da Sulanca* é delimitada, as entradas para novos feirantes ficam dificultadas, frente às regulamentações para o seu funcionamento, expressando assim uma dinâmica coletiva de trabalho distinta dos espaços comerciais no seu entorno. A *Feira da Invasão* surge em resposta às formas de formalização, ainda embrionárias, estabelecidas para o funcionamento da *Feira da Sulanca*.

⁵³ Entrevista realizada por um trabalhador da Feira da Invasão em Agosto/2013.

⁵⁴ Entrevista realizada por um trabalhador da Feira da Invasão em Agosto/2013.

É sob essas condições de formalização e delimitação espacial dos vários espaços comerciais que se reproduz o trabalho precário e a crescente *marginalização* dos trabalhadores da *Feira da Invasão*. Ser excluído dessa formalização – assumida pelo poder público municipal – que propicia condições mínimas para o trabalho, não se torna um privilégio, e sim um fator de inserção em uma condição de privação e de pobreza, restando a essa massa marginal procurar outras formas para garantir a sua sobrevivência e ocupar os espaços dentro da centralização comercial assumida no território comercial, sujeitando-se esses trabalhadores a níveis ainda mais precários de trabalho informal.

Fica claro que, mesmo tendo se estabelecido certos impulsos nos processos de formalização, com algumas regulamentações e normatizações na organização e gestão do trabalho no Território Comercial de Toritama, a informalidade como uma marca histórica da *sulanca*, continua a se reproduzir na *Feira da Invasão* em condições de trabalho ainda mais precárias que nos novos espaços comerciais existentes nesse território comercial. Mantendo, assim, a informalidade como característica constitutiva das relações de trabalho no Polo.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observamos no decorrer da pesquisa, o Polo de Confecções do Agreste Pernambucano surge irradiando sua dinâmica produtiva e comercial por várias cidades do Agreste pernambucano, constituindo assim situações de trabalho que articulam produção e comercialização especialmente por meio do fenômeno socioeconômico da *Feira da Sulanca*. Na base e no desenvolvimento dessa experiência histórica se encontra, como uma de suas características distintas, a natureza informal e familiar das relações que lhes são constitutivas (trabalho e gestão das unidades econômicas).

Como ressalta Vêras de Oliveira (2011), a dinâmica do trabalho emerge de forma “autônoma” e “autoreferida”, tendo surgido por iniciativas dispersas (não organizadas) e, ao mesmo tempo, convergentes, da parte de milhares de indivíduos, famílias e redes sociais. Para os indivíduos ou famílias mais bem sucedidos, foram se estabelecendo vínculos mais diretos com uma dinâmica cada vez mais mercadológica, capitalista.

A implantação do Centro Comercial Parque das Feiras possibilitou uma base material e institucional para a incorporação de novas referências organizativas e funcionais à dinâmica do referido território produtivo e comercial. Uma maior presença dos poderes públicos e agentes sociais demarcou uma nova fase na trajetória do Polo, quando um novo referencial prático-discursivo trouxe a autodenominação de Polo de Confecções, em substituição à *Feira da Sulanca*. Isso acarretou, como uma de suas implicações, a incorporação de certos impulsos de formalização da gestão e do trabalho.

Constituiu-se, então, um processo gradual de reconfiguração dessa dinâmica baseado em certos impulsos de formalização da gestão e das relações de trabalho, possibilitando constituir outro campo de possibilidades para a atuação de instituições que adentram essa arena comercial, através da inserção de novas tecnologias para o comércio, cursos de qualificação profissional, um novo *habitus* comercial baseado no discurso do empreendedorismo e um novo quadro institucional.

Entretanto, apesar de certos avanços nesse sentido, não foram suficientes, tais impulsos, para indicar a superação da informalidade como característica marcante do Polo. Observa-se nesse processo, que por mais que haja uma tentativa de reconfiguração da dinâmica do trabalho voltada para a formalização dos negócios e das relações de trabalho, o que vem se colocando é uma formalização mínima, que firma um tipo de ligação desses

empreendimentos comerciais com instituições e órgãos, mantendo, no entanto, a informalidade como característica marcante e estruturante da dinâmica, sobretudo, do trabalho neste quadro material-institucional constituído no Parque das Feiras.

O tipo de regulação e formalização incorporado por meio do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre poder público municipal, o Parque das Feiras e a Associação dos Feirantes e Sulanqueiros de Toritama – AFEST, embora tenha possibilitado a garantia de funcionamento da *Feira da Sulanca*, mesmo com o advento do Parque das Feiras e das Grandes Lojas, não foi capaz de garantir sob as mesmas bases (mesmo que assim, parcialmente formalizadas) a instalação de novos feirantes/trabalhadores no seu espaço. Algo previsível, tendo em vista a expansão das atividades do Polo e, mesmo, com a reprodução dos grupos familiares que se encontra na base dessas atividades, conforme já vimos.

Foi assim que surgiu a *Feira da Invasão*, reproduzindo em condições das mais informais, o velho padrão das antigas *Feiras da Sulanca*, como se para esses, que passaram a constituir o novo espaço, nada tivesse ocorrido durante todos esses anos, em termos de novas materialidades e institucionalidades.

Mesmo com as Grandes Lojas, representando o que há de mais organizado e referido a um padrão capitalista de gestão empresarial, onde o grau e a formalização do negócio e do trabalho – inclusive por imposição das relações empresariais – atingiram seu patamar mais elevado, a informalidade tem sido capaz de se preservar e se reproduzir em alguma medida. Em relação à dinâmica do trabalho, mais particularmente, observa-se nesses espaços a incorporação de processos que vão se constituindo por influência, seja das tradições no *território da sulanca*, seja dos novos métodos de gestão empresarial, tais como os processos de terceirização e de flexibilização das relações de trabalho. Fato que tem ocorrido principalmente nos períodos de maior intensificação da dinâmica comercial (São João, Carnaval e festejos de final de ano), quando é recorrente a contratação de trabalhadores temporários sob condições de intensa rotatividade, se praticam jornadas de trabalho bem acima do permitido pela lei e os salários se restringem ao pagamento de comissões por peça vendida. Nesses momentos, se estabelecem nas Grandes Lojas um cenário hierárquico entre os trabalhadores efetivos (formalizados) e os contratados terceirizados (informais). Sendo, assim, a informalidade não se constitui e se reproduz tão somente como algo resultante de uma *estratégia de sobrevivência*, mas agora também enquanto estratégia empresarial.

Se os impulsos de formalização da gestão e principalmente do trabalho serão capaz de produzir outra dinâmica na relação entre o formal e o informal, de modo a apontar para a superação da marca histórica da informalidade em Toritama e no Polo, isso é algo em aberto.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. **A estrutura institucional do APL de Confecções do Agreste Pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama.** João Pessoa: UFPB, Dissertação de Mestrado, 2008.

ARAÚJO, C. A. L; PEREIRA, C. F. **A indústria em Pernambuco: impactos e oportunidades em um cenário pós- ATC (Acordo sobre Têxteis e Confecções).** In: XIII SIMPEP. Bauru/SP, 2006.

ARAÚJO, J. F. **A História da Santa Cruz do Capibaribe.** Santa Cruz do Capibaribe: (EDITORA), 2003.

ARAÚJO, M. J. **Memórias de Minha Terra Toritama.** Recife: CEPE, 2007.

BEZERRA, E. M. **O Trabalho a domicílio das mulheres do Cariri Paraibano no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Campina Grande, UFCG, 2011.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C. **O Ofício de Sociólogo: Metodologia de Pesquisa na Sociologia.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, B. M., **A informalidade no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano: processos de diferenciação dos empreendimentos comerciais e suas implicações para as relações de trabalho.** Revista de Iniciação Científica – PIVIC/UFCG, 2010.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV- XVIII.** Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BURNETT, A. **A saga dos retalheiros: Um estudo sobre a institucionalização da feira da sulanca no Agreste Pernambucano.** Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.3, no 2, p.09-40, jul./dez. 2013.

CABRAL, R. M. **Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais: Estudos de casos no Polo de confecções do agreste pernambucano.** Salvador, 2007. 313 p. Tese de Doutorado em Administração. Universidade Federal da Bahia.

CACCIAMALI, M. C. **O setor informal urbano e formas de participação na produção.** São Paulo, Ed. IPE/USP, 1983.

E O LINK PDAMATTA, R. **A Casa e a Rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DIESE-PE. **Diagnóstico do setor têxtil e de confecções de Caruaru e região.** Recife. 2010.

EUFRÁSIO, M. P. A. **O Projovem no território da “sulanca”: A informalidade no Agreste Pernambucano como desafio de política pública.** Dissertação de Mestrado. Campina Grande: UFCG, 2013.

FILGUEIRAS, Luis; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela do. **O Conceito de Informalidade.** *Cadernos do CRH*, Bahia, v. 17, n. 41, 2004, p. 221-229.

HELENO, E. A. **Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupa de jeans no município de Toritama.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais). João Pessoa: UFPB, 2013.

LIMA, A. S. **“Empreendendo” a Sulanca: O SEBRAE e o Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campina Grande: UFCG, 2011.

LIMA, Hilário Siqueira. **As lavanderias de jeans de Toritama: uma contribuição para gestão das águas.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

LIMA, J. C.; SOARES, M. J. B. **Trabalho flexível e o novo informal.** Salvador: Caderno CRH, Salvador, n.37, p. 163-181, jul./dez. 2002. Dossiê: Trabalho, flexibilidade e precarização.

LIMA, J. C. **Novas formas, velhos conteúdos: diversidade produtiva e emprego precário na indústria do vestuário.** *Revista Política e Trabalho*, João Pessoa, set/1999.

LIPIETZ, A. **O Fordismo Periférico.** *Ensaio FEE*, Porto Alegre, nº 10, vol. 2, 1989.

LIRA, S. **Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência.** In: *Revista de Geografia*. UFPE – DCG/NAPA, Recife, 2006.

MELO, P. S. **As Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano: Suas incidências em alguns grupos de mulheres.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campina Grande: UFCG, 2011.

MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NEVES, M.; JAYME, J.; ZAMBELLI, P. **Trabalho e cidade: os camelôs e a construção dos shoppings populares em Belo Horizonte.** *30º Encontro Nacional da Anpocs*, out/2006

OIT. **Employment, income and equality: a strategy for increasing employment in Kenya**, Geneve, OIT, 1972.

OLIVEIRA, F. **Economia Brasileira: Crítica a Razão Dualista.** Petrópolis: Vozes, 1987.

PEREIRA NETO, E. V. **Qualificação Profissional e Relações de Trabalho: Trajetória e Perspectiva de Atuação do SENAI.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Campina Grande, Paraíba. Brasil. 2011.

PEREIRA, J. N. **O Programa empreendedor individual e as estratégias de formalização das atividades econômicas no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campina Grande: UFCG, 2011.

RABOSSI, F. **Em La Ruta de las Confecciones.** Revista latinoamericana de ciencias sociales, dossier la vida social de la economia, Crítica em desarrollo, nº 2 segundo semestre, 2008.

RAPOSO, M. e GOMES, G. **Estudo de caracterização Econômica do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano.** Recife: FADE/UFPE/SEBRAE, 2003. Disponível em: <<http://200.249.132.89:8030/downloads/poloconfec.pdf>>. Acesso em: 27/07/2013.

SEBRAE/UFPE. **Estudo de Caracterização econômica do Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco.** Recife, FADE/UFPE, 2003.

SEBRAE-PE. **Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste Pernambucano.** Recife. 2013.

SILVA, L. **“Da Informalidade à Empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho)”** Caderno CRH, Salvador, no. 37, jul/dez, 2002, p.81-109.

SILVA, S. R. A. **A juventude na “Sulanca”: Os desafios da inserção do mundo em Taquaritinga do Norte/PE.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Campina Grande: UFCG, 2009.

SOUZA, A. M. **“A gente trabalha onde a gente vive” – A vida social das relações econômicas: parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no Agreste das confecções.** 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Programa de Pós- graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VASCONCELOS, V. M. **Migração e pendularidade: As consequências de atração da população para o município de Toritama-PE.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Recife: UFPE, 2012.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O Polo de Confecções do Agreste Pernambucano: ensaiando uma perspectiva de abordagem. In: ARAÚJO, Ângela; OLIVEIRA, Roberto (orgs), **Formas de trabalho no capitalismo atual.** São Paulo: Annablume, 2011.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. **Para discutir os termos da nova informalidade: a questão da informalidade enquanto uma categoria de análise válida para a apreensão da realidade atual das relações de trabalho.** João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

ANEXO A – TAC - Termo de Ajustamento de Conduta



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TORITAMA

CURADORIA DA CIDADANIA

TERMO DE COMPROMISSO DE
AJUSTAMENTO DE CONDUTA N.º 003/01

Interessados: Ministério Público do Estado de Pernambuco e Prefeitura Municipal de Toritama-PE.

Objeto: Renovação e expedição de Alvarás para os feirantes da Sulanca.

Pelo presente instrumento, na forma dos *Artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal de 1988; Artigos 1º, 25, inciso IV, letra a, 26, inciso I e 27, da Lei Federal n.º 8.625 de 12.02.93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - LONMP); e na Lei Complementar Estadual n.º 12, de 27.12.94 (Estatuto do Ministério Público de Pernambuco - EMPPE), o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, através do Promotor de Justiça abaixo firmado, no exercício da Curadoria da Cidadania, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE TORITAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, representado por seu Prefeito Constitucional, **WALDOMIRO IZIDIO PEREIRA**, assessorado tecnicamente pelo **Dr. Clovis Bezerra da Silva**, **Procurador Municipal**, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, celebram o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, nos termos e condições constantes das seguintes cláusulas:*

CLÁUSULA PRIMEIRA - O **COMPROMISSÁRIO** admite que são procedentes as informações que a Prefeitura no ano de 2001 não renovou, nem expediu os alvarás de autorização para os feirantes que participam da **FEIRA PÚBLICA DA SULANCA**, estando ciente, ainda que tal conduta importa em dispensa de receita para o Município:

[Assinatura]

[Assinatura]
Sérgio Cadeira Souto,
Promotor de Justiça

[Assinatura]

CLÁUSULA SEGUNDA - O **COMPROMISSÁRIO** assume a obrigação de, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da assinatura do presente termo de compromisso, ter renovado todos os alvarás regularizando assim situação dos sulanqueiros, obedecendo a numeração pretérita. Assume ainda, a obrigação de em igual prazo expedir novos alvarás indistintamente, regularizando, portanto, aqueles feirantes que encontram-se labutando de forma irregular;

CLÁUSULA TERCEIRA - O **COMPROMISSÁRIO** assume também a obrigação de realizar, exclusivamente através dos Guardas Municipais, a segurança da feira pública da sulanea.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em se fazendo necessário, o **COMPROMISSÁRIO** solicitará diretamente ao 15º Batalhão de Polícia Militar de Pernambuco, com sede em Belo Jardim-PE, reforço no Policiamento Ostensivo na referida feira pública de modo a assegurar aos feirantes, bem como aos seus frequentadores a segurança necessária.

CLÁUSULA QUARTA - O **COMPROMITENTE** poderá fiscalizar a execução do presente acordo, caso se faça necessário;

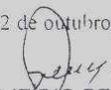
CLÁUSULA QUINTA - Em caso de descumprimento das obrigações constantes no presente termo e dos prazos estipulados na cláusula segunda, o **COMPROMISSÁRIO** ficará sujeito ao pagamento de multa diária de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), por cada ato praticado em desacordo com o ora ajustado, valor este que reverterá para o fundo de que cuida o Artigo 13, da Lei n.º 7.347/85 (LACP), além das medidas judiciais cabíveis;

CLÁUSULA SEXTA - Este compromisso produzirá efeitos legais a partir da celebração, e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do Artigo 535, inciso VII, do Código de Processo Civil;

CLÁUSULA SÉTIMA - O **COMPROMITENTE** fará publicar, em espaço próprio, o presente Termo de Ajustamento de Conduta, no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, encaminhando cópias do presente ao Conselho Superior do Ministério Público e ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania.

E, por estarem as partes justas e acordadas, firmaram o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, que vai devidamente assinado, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Toritama (PE), 02 de outubro de 2001.


WALDOMIRO IZÍDIO PEREIRA

Prefeito do Município de Toritama

 Sérgio Cadyha Souto
Promotor de Justiça

ANEXO B – Registro do DAM - Documento de Arrecadação
Municipal da *Feira da Sulanca*

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA SECRETARIA DE FINANÇAS DAM - DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL				
CADASTRO:	MATRICULA:	VENCIMENTO:	PARCELA:	DIA:
NOME:				
RUA: 0				
Nº DO BANCO: 000				
VALOR DA TAXA (R\$):	DATA DO PAGAMENTO:		CONTROLE/EMISSÃO:	
MENSAGEM: Sr. Feirante:				
Evite a interdição de seu local pagando sua taxa em dia. Pagamento desta parcela não quita débitos anteriores.				
SR. FISCAL: CARIMBO E ASSINATURA NO VERSO DO CARNE				